

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO POPULAR E SUBJETIVIDADE
NA FEIRA AGROECOLÓGICA

NELSÂNIA BATISTA DA SILVA

JOÃO PESSOA – PB
2006

NELSÂNIA BATISTA DA SILVA

EDUCAÇÃO POPULAR E SUBJETIVIDADE NA FEIRA AGROECOLÓGICA

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação no curso de mestrado da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

João Pessoa

2006

SS48 e Silva, Nelsânia Batista da

Educação popular e subjetividade na feira agroecológica /
Nelsânia B. da Silva. – João Pessoa, 2006.

140 p.

Orientador: José Francisco de Melo Neto

Dissertação (mestrado) CE / UFPB

1. Educação Popular 2. Subjetividade

UFPB/BC

CDU: 37 (043)

NELSÂNIA BATISTA DA SILVA

EDUCAÇÃO POPULAR E SUBJETIVIDADE NA FEIRA AGROECOLÓGICA

Dissertação aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

PROFº. Dr. JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO
Orientador – UFPB

PROFº.Dr. GENARO IENO NETO – CCHLA/UFPB

PROFº. Dr. ALDER JÚLIO CALADO – FAFICA/PE

DEDICATÓRIA

Às mulheres e aos homens que
concretizaram esta experiência.

A todos/as que, diante da
necessidade, sonham e têm coragem
de construir uma vida melhor para si
e para humanidade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador José Francisco de Melo Neto (Zé Neto) por provocar nas pessoas o desejo da busca do conhecimento, por sua dedicação, compromisso social e suas inspirações na realização deste trabalho.

Aos meus orientadores de outros momentos que continuam inspirando os meus trabalhos acadêmicos, Genaro Ieno e Milton Athayde. E a professora Ângela Fernandes, por ter também contribuído com essa reflexão.

À professora Lúcia Nunes, pela revisão e pelas sugestões que só vieram acrescer este trabalho.

À Valéria, por ter contribuído na digitação do trabalho. A Jucélio, por realizar o trabalho de transcrição da fitas.

Ao meu querido Ugo e à Edna que cuidou dele nas minhas ausências.

À minha mãe, Marina, a meu pai, Nelson, e aos meus irmãos Melkior, Marenilson, Marenildo, Marinésio e Nelciana.

À minha tia Maria Batista que colocou o estudo como uma necessidade e à tia Val, pelo cuidado e amorosidade que sempre teve com os sobrinhos e para comigo.

À Sávia, minha amiga, que esteve presente nos momentos mais difíceis desta trajetória e nas reflexões sobre o trabalho.

À minhas amigas do coração: Kelli, Glória, Celinha, Nova, Neide, Leidacy, Rosa, Lila, Cilvonete, Corrinha, Carla, Débia, Lucicléia e Eunice.

Ao meu amigo Carlinhos.

Aos colegas de trabalho que deram força nessa caminhada Robertta, Daniella e Ulisses.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a dimensão educativa e aspectos subjetivos presentes na organização e realização da Feira Agroecológica. A Feira efetua-se na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), campus I, em João Pessoa, sendo administrada pelos trabalhadores e trabalhadoras de áreas de assentamento de reforma agrária da região da Várzea paraibana. A metodologia utilizada foi definida pela prática da pesquisa qualitativa, valendo-se de técnicas da observação participante, de entrevistas semi-estruturadas, de anotações em caderno de campo, de registro fotográfico, da participação em oficinas e reuniões, de visitas a locais de moradia de trabalhadores/as e do acompanhamento das atividades durante a realização da feira. Uma metodologia que contemplou três movimentos: o primeiro, uma síntese, expressa por elementos teóricos de configuração de aspectos da realidade e de sua explicação; o segundo movimento, uma análise traduzida pela busca das características da feira, tendo como instrumental os elementos teóricos anteriores; e o terceiro movimento, nova síntese resultante dos movimentos anteriores, ressaltando aspectos de subjetividade da vivência da feira. A pesquisa destaca aspectos educativo-populares dessa experiência e mostra elementos de subjetividade que dão sustentação às relações existentes, bem como, sugere a Feira como uma alternativa de vida, diferenciada da lógica do desenvolvimento dominante na sociedade, sustentada pela presença da economia solidária popular e orientada por princípios de humanização das relações como a solidariedade, a igualdade e a cooperação.

Palavras-chave: Feira agroecológica, Educação Popular e Subjetividade

ABSTRACT

This research has got as objective to analyze the educational dimension and subjective features presents at the Agroecological Fair. The fair takes place at Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I, in João Pessoa, being managed by worker men and women of agrarian reform settling down areas in Paraíba meadow. The methodology used was defined by qualitative research practice, making use of participative observation techniques, of half-structured interviews, of field notes, photographical record, meetings and workshops participation, visits to workers houses and follow-up activities during the fair. A methodology that observed 3 movements: the first, a synthesis, expressed by configuration theoretical elements of reality features and its explanation, the second movement, and analysis, interpreted by fair characteristics search, having as instruments the early theoretical elements, and the third movement, a new synthesis, dive to early movements, standing out fair experience subjectivity features. The research detach educational-popular features of this experience and shows subjectivity elements that give maintenance to exerting relations, as well as suggests the fair as life alternative, differentiated from society dominant developing logics maintenance, by popular economy with solidarity and orientated by relations human principles, as the solitary, equality and cooperation.

Key-words: Agroecological Fair, Popular Education and Subjectivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
 CAPÍTULO 1 - ELEMENTOS DE REALIDADE.....	13
1.1 - A lógica do modelo dominante.....	14
1.2 - A educação nos movimentos sociais populares.....	19
 CAPÍTULO 2 - A FEIRA AGROECOLÓGICA	24
2.1 - A organização da Feira.....	24
2.2 - A economia e finanças.....	29
2.3 - O espaço educativo.....	32
2.4 - A reflexão.....	33
 CAPÍTULO 3 - ECONOMIA SOLIDÁRIA POPULAR, EDUCAÇÃO POPULAR E SUBJETIVIDADE.....	36
3.1 - A economia para autogestão.....	36
3.2 - O desenvolvimento sustentável.....	41
3.3 - A educação popular para produção.....	42
3.4 - As presenças subjetivas.....	45
 CAPÍTULO 4 - A VIVÊNCIA DA FEIRA.....	55
4.1 - A organização coletiva.....	58
4.2 - A ação educativa para outra economia.....	62
4.3 - A educação popular.....	69
4.4 - A vivência com desafios.....	72
4.5 - A agroecologia.....	74
4.6 - Os intercâmbios.....	75
4.7 - O incentivo à convivência.....	76
4.8 - A dimensão subjetiva.....	78

CAPÍTULO 5 – SUBJETIVIDADE.....	85
CONSIDERAÇÕES.....	96
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICES.....	106
Apêndice A- Roteiro de entrevista.....	106
Apêndice B- Conteúdo de entrevistas.....	107

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como base as nossas experiências anteriores, junto à organização dos trabalhadores e trabalhadoras de áreas de assentamento de reforma agrária, tanto no papel de educadora popular como de psicóloga social. Constitui-se da análise de como vem ocorrendo a organização da Feira Agroecológica da região da várzea paraibana, na perspectiva de uma alternativa econômica solidária popular. Uma experiência que tem apontado algumas pistas significativas no sentido de refletir alternativas de desenvolvimento diferentes daquelas apresentadas pela economia de mercado dominante.

Produto de uma busca com destaques às dimensões educativas que mobilizaram e mobilizam trabalhadores e trabalhadoras rurais em torno da viabilização de uma *Feira Agroecológica*, realizada no Campus I, da Universidade Federal da Paraíba. Mostra aspectos que instigaram a práxis desse projeto coletivo de desenvolvimento com desejos de auto sustentabilidade, construído pelos agricultores e agricultoras de áreas de assentamento da reforma agrária da Paraíba, acompanhadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), contando com o apoio da Caritas, da UFPB e do mandato do deputado estadual Frei Anastácio.

Nesse sentido, procuramos analisar como vem se desenvolvendo essa experiência em suas dimensões educativas mais significativas, abordando a economia solidária, o processo educativo-popular e suas dimensões subjetivas.

O objetivo maior é compreender a dimensão educativa presente na mobilização e organização dos trabalhadores e trabalhadoras para a criação e desenvolvimento dessa Feira. De forma específica, procuramos descrever o processo de mobilização que originou a atividade da feira, identificar os principais problemas enfrentados para que tal atividade se desenvolvesse e destacar as dimensões subjetivas marcantes do processo.

O aspecto metodológico deu-se a partir de inquietações a respeito da problemática em torno do desenvolvimento de alternativas significativas que atendessem as necessidades de sobrevivência desses agricultores e agricultoras. Já que tem sido evidente a problemática para se manter na terra e ter uma sustentabilidade econômica. Nesse sentido, a Feira Agroecológica vem se fortalecendo e se tornando um espaço significativo de construção de alternativa econômica e social daquelas pessoas.

Diante desse contexto, as questões que se apresentam são as seguintes: Qual a dimensão educativa que essa experiência tem apresentado? Quais os caminhos trilhados por esses agricultores e agricultoras? Em que essa experiência vem contribuindo à organização dessas pessoas? Que aspectos subjetivos afloram nas relações da feira?

A ênfase na dimensão subjetiva decorre da importância de analisar a construção de experiências concretas compartilhadas entre sujeitos que rompem o determinismo historicamente construído e lutam pela transformação do mundo em que vivem.

Essas são questões que estão evidenciadas como desafios a serem desvendados no processo de elaboração e análise desta pesquisa.

Aproximar-se dessa experiência, observá-la, questionar suas possibilidades e detalhar os processos organizativos utilizados pelo grupo, mas, ter o distanciamento necessário para uma análise crítica, sem perder a emoção, é o nosso propósito, desenvolvendo assim uma “proximidade crítica”.

A pesquisa foi iniciada já nos primeiros contatos junto ao grupo, no acompanhamento da feira, na participação em reuniões, realizando entrevistas e registro fotográfico. O processo de conhecimento deu-se através da observação participante, construindo instrumentos de pesquisa, como a entrevista com os participantes. Além dos registros de campo, houve a pesquisa bibliográfica. Na apreensão teórica, foi considerado o que já existe produzido nesse aspecto e que pode estar relacionado ao que está na realidade da experiência. Que elementos já estão na teoria que aparecem na experiência prática?

O caminho metodológico foi construído aberto às possibilidades das proposições dos próprios envolvidos como objeto e como sujeitos da pesquisa, questionando, problematizando e sistematizando o conhecimento construído a partir dessa experiência. Na realização da pesquisa tivemos a oportunidade de atuar promovendo oficina sobre a reflexão da prática dos participantes da feira, por solicitação dos mesmos, participando de suas reuniões e das discussões internas àquele grupo.

O universo de pesquisa foi composto pelos participantes da feira e demais sujeitos envolvidos na mobilização e organização além da assessoria da feira.

A coleta dos dados ocorreu durante todo o processo da pesquisa, mas sua sistematização ocorreu a partir das entrevistas, relacionando-a com o que já vinha apontando por essa dinâmica organizativa.

A análise dos dados considerou as etapas anteriores num movimento de reflexão e análise, buscando novas sínteses que produzissem algo para o grupo. A partir da análise de todo o processo de pesquisa, apontamos algumas considerações ao nosso ver importantes na construção de alternativas nessa direção e em especial os aspectos subjetivos das relações na Feira.

A metodologia utilizada consistiu numa abordagem qualitativa de apreensão da realidade, análise dos dados e construção de novas realidades. Houve aproximação com o ambiente e com as pessoas, promovendo-se conversas informais. Além da participação nas reuniões, nas assembléias, em visitas de intercâmbio e no acompanhamento à realização da Feira. Também fizemos visitas aos locais de moradia, conversas com as famílias e entrevistas. Visitamos o local de produção agrícola e o trabalho de preparação do dia anterior à Feira, acompanhando o caminho percorrido de organização até a sua realização às sextas-feiras no Campus I, João Pessoa, da Universidade Federal da Paraíba.

Durante o processo de pesquisa, o diálogo com os participantes da feira foi princípio norteador. No início da pesquisa, houve a apresentação do nosso projeto de pesquisa durante uma assembléia, em outro momento houve a devolução das entrevistas aos participantes e uma reflexão acerca dos objetivos da pesquisa, desencadeando uma discussão sobre educação, economia solidária e subjetividade.

Foram realizadas 17 entrevistas individuais semi-estruturadas, sendo três com membros da coordenação, sete com pessoas dos quatro assentamentos e do acampamento, três com o grupo de mulheres, três jovens e um assessor. As entrevistas tiveram a participação de oito mulheres e sete homens. Como os assentamentos Dona Helena e Padre Gino têm o maior número de participantes, foram entrevistadas duas pessoas de cada um, possibilitando anotações em caderno de campo, detectando algum possível aspecto singular.

A pesquisa bibliográfica esteve presente durante todo o processo de elaboração, num diálogo permanente entre o que estava na teoria e o que se apresentava no desenvolvimento da atividade. A nossa participação na reflexão do Grupo de Pesquisa em Extensão popular (Extelar), na Universidade Federal da Paraíba, também contribuiu significativamente no campo teórico, bem como em relação às dimensões que envolvem a

pesquisa voltada para as demandas sociais populares, possibilitando-nos uma exposição desta pesquisa, gerando importantes discussões e reflexões.

O presente trabalho constituiu-se de um primeiro movimento, uma discussão geral da lógica excludente da sociedade capitalista, seu desenvolvimento e a possibilidade de construção de alternativas de vida; contempla uma descrição do desenvolvimento da Feira Agroecológica e os seus desafios na construção de saídas econômicas para se poder viver melhor.

Procuramos apresentar uma discussão teórica acerca da economia solidária popular, como subsídio para o exercício de construção de alternativas de desenvolvimento, considerando uma lógica permeada por princípios da educação popular e com destaque a aspectos subjetivos. Estão expressos nos capítulos um, dois e três do texto.

Num segundo movimento, fizemos uma análise qualitativa da feira, com destaque à dimensão organizativa, educativa, procurando elementos da subjetividade, buscando mostrar como a realidade se apresenta a partir dos dados coletados. Este estudo está demonstrado no capítulo quatro.

No terceiro movimento, apresentamos uma reflexão sobre a dimensão subjetiva na construção de experiências dessa natureza, bem como na construção de um projeto de vida coletivo que combine as necessidades individuais e coletivas em função de um mundo melhor de se viver. Uma permanente busca para se compreender o que permeia, o que impulsiona, o que mobilizou e mobiliza as pessoas na realização dessa experiência. A reflexão crítica em torno dessa prática com exercício na construção de caminhos efetivos e afetivos no processo de transformação dos homens, das mulheres e da sociedade. Neste texto, expresso pelo capítulo cinco e considerações.

Processos de ação e reflexão que constroem consciência, conhecimento e fortalecem esses sujeitos sociais que se constituem em grupos, lutando pela vida cotidiana e tomando as rédeas de suas próprias vidas.

A construção do conhecimento nessa perspectiva pode subsidiar os movimentos sociais populares para apontarem caminhos no enfrentamento de problemas que lhes provocam sofrimento. A Feira Agroecológica insere-se nesse contexto maior da luta dos trabalhadores e trabalhadoras, utilizando-se de práticas educativas que fundamentam a luta,

inventando e reinventando a construção do seu próprio conhecimento para mudanças que se multiplicam e se enraízam no meio popular.

CAPÍTULO 1 - ELEMENTOS DE REALIDADE

A lógica de como a sociedade vem se organizando tem priorizado o desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento com maior abrangência que envolva as possibilidades humanas, ecológicas e demais formas de vida. Esse modelo predominante, por exemplo, não tem dado a devida relevância aos problemas sociais e ecológicos decorrentes de seu próprio modelo. A história tem mostrado que a sociedade vem se desenvolvendo sem uma necessária preocupação dos governantes e das classes favorecidas pelo sistema com os danos causados pelas desigualdades sociais e ecológicas. Há uma histórica concentração de riquezas nas mãos das classes dominantes. No Brasil, nos primórdios da colonização, a terra foi dividida em capitanias hereditárias e sesmarias destinadas aos apadrinhados da nobreza. Só em 1850, criou-se a primeira lei de terras no intuito de legalizar formalmente a propriedade da terra, a que nem todos tinham acesso, mas, tão somente, aqueles que pudessem pagar uma quantia em dinheiro e legalizá-la em cartório. Segundo Stédile (1997: 10):

[...] Dom Pedro II promulgou a lei 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a *primeira Lei de Terras*, que definiu a forma como seria constituída a propriedade privada da terra no Brasil. Essa lei determinava que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade em dinheiro para coroa. Essa lei discriminou pobres e impediu que os escravos libertos se tornassem proprietários.

Essa lei contribuiu para a legalização dos latifúndios e a exclusão daqueles que trabalhavam na terra, mas não tinham como pagá-la. Dessa forma, foram excluídos os negros, os índios e a pobreza em geral. Essa lei, entre tantas outras, fundamenta a estruturação política, social e econômica do país e dá sustentação ao tipo de sociedade em que vivemos. Uma história que acentua as desigualdades sociais e estas, por sua vez, vêm sendo construídas e permeadas por subjetividades ideológicas. Todavia, esse não é um movimento linear que, de forma contraditória, promova os movimentos que se contrapõem a essas realidades socialmente construídas. São visíveis os movimentos dos quilombolas, das ligas camponesas, dos movimentos de sem terras mais recentes e o dos ecologistas. São reações populares frente às injustiças sociais e à agressão ambiental. Esses movimentos têm

se manifestado de diversas formas, entre elas, por meio de reuniões, de mobilizações, de marchas, de passeatas, de ocupações, da comunicação apresentada às suas reivindicações, proposições e crítica ao modelo dominante.

No seio das lutas populares, uma práxis educativa, todavia, é algo que precisa ser desvendado por pesquisas comprometidas para o desvelamento dessa realidade social. No seu interior, estabelece-se uma ética de um bem coletivo capaz de apontar pistas e subsidiar na direção de uma sociedade pautada por princípios de igualdade, de solidariedade e de respeito a todas as formas de expressões de vida e de invenções humanas. Como mostra Barros (2001: 71):

A criação de instrumentos e intervenção de estratégias que interfiram no processo de produção e distribuição do que é produzido, bem como nas formas como o trabalho se organiza deve ser, portanto, alvo de preocupação daqueles interessados em contribuir para formação dos trabalhadores.

Construir um conhecimento com bases críticas ao modelo dominante é um desafio, pois há uma construção ideológica que mantém a sociedade e o conhecimento produzido com expressão última da verdade. A lógica como a sociedade está estruturada e a produção do conhecimento favorece o fortalecimento do sistema e a sua manutenção.

1.1 A lógica do modelo dominante

A sociedade capitalista vem se mostrando incapaz de resolver os problemas sociais da humanidade e isso é coerente com seus princípios originais que favorecem a concentração de riquezas, a promoção do individualismo, a ênfase no mercado como um bem, gerando em consequência desigualdades sociais. O crescimento econômico tem se apresentado como fim a ser alcançado, para isto, não importam as consequências para o planeta, para a vida e para a humanidade.

Um desenvolvimento que ganha força com as idéias do neoliberalismo que se apresenta em grande velocidade no modo de produção capitalista, quase convencendo mentes e corações de ser a única opção de vida. Segundo Anderson (1995: 23): “Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito [...] disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios.”

O que está por trás dessa lógica é a produção de uma concepção de humano que consome não só os produtos que geram lucro para o sistema, mas um consumidor de idéias, de desejos, de cultura, de regras que apontam para um tipo de sociedade desejada, pela sutileza das comunicações, tomam espaço nas mentes, nos corpos, nos sonhos e nos ideais. Isto tudo é produto da concepção de mundo, rebatendo na perspectiva de vida das pessoas.

Nesse sentido, a idéia de não existir outra possibilidade de vida ou outra sociedade é grave porque coloca o humano apenas no lugar de indivíduo, isolado e sozinho. Imobiliza a possibilidade de querer construir algo que venha se contrapor a esse modelo. Mesmo em situação de desvantagem social, o indivíduo isolado e “sem esperança” na possibilidade de construção humana de outra sociedade restringe as possíveis intervenções e invenções.

Seu foco está no econômico, mas suas estratégias encontram-se ramificadas em todas as escalas de poder, inclusive nas classes populares. Há uma produção de subjetividade permeada pela ideologia dominante determinista que pode mutilar a possibilidade da pessoa em perceber que é possível mudar. O indivíduo na relação com o mundo vai incorporando idéias, desejos de possuir, sonhos de consumo, comportamentos que estão além de sua própria realidade.

Esse tipo de visão impõe-se em escala mundial, aumentando com a queda do que foi chamado de “socialismo real” e tentando eliminar qualquer utopia de construção de uma sociedade diferente dessa lógica. Uma sociedade que se construa de forma igualitária, justa, com responsabilidade ecológica e ambiental.

O desenvolvimento capitalista é muito eficiente para a classe dominante. Ele está pautado em princípios individualistas, em liberdade para competir, concorrer e disputar. Ideologicamente todos podem crescer, se desenvolver, só precisa ter competência. Mas, o saldo decorrente dessa lógica são as desigualdades sociais que, sequer, permitem que as disputas de fato ocorram em todos os espaços. As oportunidades não são para atender a todos, pois fogem do bem coletivo. O essencial nesse mundo econômico é o lucro e a acumulação de bens materiais. As pessoas são essenciais sim, mas enquanto expressam capacidade de produtores de bens, de riquezas, de conhecimento, de tecnologia em função de uma minoria que pode usufruir dos privilégios desse sistema. São esses os valores reforçados de forma ideológica na família, na escola, nas instituições, na mídia e nos diversos espaços pela comunicação. Em contrapartida, o exercício do pensar crítico e do

sentir coletivo vai se perdendo diante da capacidade de velocidade com que se lançam as produções capitalistas incorporando desejos, vontades, necessidades, idéias, modos de ser e de existir enquanto parte da manutenção e sustentabilidade do sistema.

Apesar da força como o capitalismo se desenvolve, reforçado pelos ideais neoliberais, contudo, não é a única forma de globalização presente no mundo. Na perspectiva de Santos (2002: 14):

Esta forma de globalização, apesar de hegemônica, não é a única, e de fato, tem sido crescentemente confrontada por uma outra forma de globalização alternativa, contra-hegemônica, constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal mobilizados pela aspiração de um mundo melhor.

Assim, pensar num outro desenvolvimento sustentável é uma preocupação daqueles que acreditam que ainda é possível transformar a sociedade a favor da vida, tanto hoje como para as gerações futuras, considerando a ecologia, o ambiente, a participação política, a distribuição das riquezas, o desenvolvimento das possibilidades humanas de trabalhar, criar, produzir, amar e ser feliz.

A utopia continua e não morrerá enquanto houver exclusão, desigualdade social, pois sua razão de existir é exatamente o sonho de transformação dessa sociedade excludente, desigual e degradante, para um outro tipo de sociedade em que a vida seja para todas as pessoas.

Na visão de Bobbio (1992), o comunismo fracassou e com ele também o sonho de transformação. Para ele, como pensador liberal, o modelo de sociedade socialista experienciado como prática não conseguiu servir como modelo de sociedade a ser seguido. O modelo capitalista, em contrapartida, também não atendeu a demanda de todos e de todas.

A possibilidade de construções subjetivas libertárias capazes de garantir as liberdades humanas tão necessárias para se viver a criatividade, o prazer, a felicidade e a capacidade de sonhar fazem parte da busca permanente do ser humano. Mas a utopia de uma sociedade diferente da sociedade capitalista, que seja justa, igualitária e libertária se perpetua em diversas gerações. A questão é como pensar a construção desse novo caminho

a partir dos princípios citados e de forma compartilhada, de modo a favorecer uma construção em que cada um possa contribuir de alguma forma.

O capitalismo se fortaleceu no seu desenvolvimento tecnológico, na sua expansão, mas fracassou enquanto sistema que possibilitaria a todas as pessoas terem acesso a uma vida digna e com qualidade. Esse acesso se expandiu nas possibilidades de qualidade de vida, mas se restringiu a um número muito limitado, determinado pelas condições de classe. Esse sistema foi capaz de avançar e produzir termos de criatividade, qualidade, quantidade, no entanto, a riqueza produzida não tem como objetivo resolver os problemas humanos. É um sistema para poucos, para a classe que domina. O regime capitalista não permite a democratização e acesso aos bens e riquezas a classes populares.

As experiências desenvolvidas pelas sociedades ditas socialistas não conseguiram desenvolver formas democráticas de sociedade, o que segundo Miliband (1992: 26), contribuiu para o seu fracasso: “acredito que é sobretudo na natureza autoritária que devemos buscar a razão da crise que os engoliu. Pois a sua falta de democracia e de liberdades civis tem afetado todo e qualquer aspecto de sua vida, do desempenho econômico à rivalidade étnica.”

Poder experienciar processos libertários com espaço de aprendizado está na essência das construções humanas na direção de uma transformação profunda de uma sociedade.

Segundo Fromm (1975: 64), a sociedade socialista pensada por Marx deve considerar os princípios de liberdade e criatividade humana, assim,

[...] para ele, o alvo do socialismo era a liberdade, mas liberdade em um sentido muito mais radical que o concebido pela democracia existente – liberdade no sentido de independência, apoiada no fato de o homem valer-se a si próprio, utilizando suas próprias forças e relacionando-se produtivamente com o mundo.

Apesar da força do capitalismo contemporâneo, de sua estrutura de poder econômico, da legalização de suas práticas, do controle sobre as instituições, da associação e fortalecimento das grandes corporações, das estratégias de concentração de riqueza, ele não conseguiu dar respostas a problemas básicos como a sobrevivência das pessoas. Esse deve ser de fato um direito elementar de todo ser humano.

O modelo de desenvolvimento promovido pelo capitalismo exclui as possibilidades de criação e autonomia, bem como o poder sobre a produção do conhecimento por parte das classes populares. Isso se percebe a partir de como se dão as políticas de desenvolvimento implantadas em determinada época, como nos anos sessenta com a implantação da “revolução verde” que estabeleceu o técnico científico com a exaltação das tecnologias respaldadas pelo conhecimento científico, com pacotes tecnológicos, junto com a implementação de agrotóxicos. Introduziram um modelo que provocou degradação ambiental mudando o cenário da biodiversidade brasileira. Elegeram um modelo de agricultura, desqualificando todo conhecimento construído culturalmente pelos/as agricultores/as. Além do mais, causaram grandes danos ambientais resultantes de suas prática tecnológicas. Para Petersen (1998: 3):

Em paralelo a difusão do modelo técnico que foi desenvolvida segundo um princípio organizador que privilegia o lucro e a dependência tecnológica, enraizou-se na consciência social dos agricultores uma série de mitos e valores relacionados a uma pretensa modernização e eficiências das tecnologias baseadas na químico-modernização. A força ideológica do paradigma técnico-científico veiculado pela Revolução Verde terminou por desqualificar em meio aos próprios agricultores a sua vocação como portadores e geradores legítimos de conhecimentos de extrema valia para o desenvolvimento tecnológico.

Há uma complexa multiplicidade de elementos que se produzem historicamente, construindo valores de uma sociedade, uma lógica de ser, de pensar, de sentir e de viver. Na lógica da sociedade capitalista não cabe a construção de uma sociedade igualitária, justa, que seja para todas e todos, que respeite a vida e as necessidades humanas, que cuide da natureza e do ambiente. A sua lógica é alimentada pelo capital, pela competição, pela riqueza concentrada num pequeno grupo, gerando cada vez mais exclusão sem nenhuma responsabilidade social ou ecológica, o que também atinge as dimensões da vida das pessoas. Segundo Guattari, (1996: 28) quando uma potência quer se implantar economicamente num determinado local, ela primeiro começa a trabalhar as subjetividades daquela população: “Sem um trabalho de formação prévia das forças produtivas e das forças de consumo, sem um trabalho de todos os meios de semiotização econômica, comercial, industrial, as realidades locais não poderão ser controladas.”

As relações subjetivas desse sistema avançam para a construção de subjetividade que funciona de forma a permitir seu enraizamento mesmo em condições adversas à sua aceitabilidade. Apresentam promessas falsas de crescimento econômico para todos, mas que favorecem apenas as classes dominantes. Elegem uma suposta democracia, só que a condicionam ao capital não estando acessível a todos. Em termos sociais, humanos e ecológicos o capitalismo não tem se voltado à vida de todos, porque ele não tem como preocupação a vida, nem se propõe resolver os problemas da humanidade. A sua essência é o fortalecimento da propriedade privada ou a acumulação de capital com o crescimento econômico e reforço ao mercado, mas fracassa no cuidado com a vida.

De forma contrária, o desejo de construção de uma sociedade com uma lógica diferente do modelo proposto pelo capitalismo está presente em diversos grupos que procuram desenvolver uma práxis diferente desse modelo destruidor das capacidades de desenvolvimento humano, de desrespeito à vida e ao ambiente. Essas experiências precisam ser analisadas, socializadas para o conjunto da sociedade como alternativa diferente de vida.

Na concepção de Boff (2002: 189):

O ser humano se encontra sob a regência do tempo. Este não significa um puro correr, vazio de conteúdos. O tempo é histórico, feito pela saga do universo, pela prática humana, especialmente pela luta dos oprimidos buscando sua vida e libertação. Ele se constrói passo a passo, por isso sempre concreto concretíssimo. Mas simultaneamente o tempo implica um horizonte utópico, promessa de uma plenitude futura para o ser humano, para os excluídos e para o cosmos. Somente buscando o impossível, consegue-se realizar o possível.

Estas são possibilidades que podem ser construídas na prática e na reflexão das ações compartilhadas na organização dos movimentos populares e de tantas experiências que contribuem para a construção de uma sociedade justa para todos/as, homens e mulheres, de todas as classes, etnias e gerações.

1.2 A educação nos movimentos sociais populares

Incomodar-se com o instituído, com a exclusão, com as injustiças sociais e ter como propósito a transformação social tem sido o papel dos movimentos sociais comprometidos

com as causas populares. Nas organizações populares, constroem-se outras perspectivas de vida, compartilham-se as frustrações, as tristezas, as desesperanças, como também alimentam-se as esperanças de transformação social. Criam-se alternativas que só são possíveis com a força e a energia do grupo que se fortalece através das místicas desenvolvidas por cada grupo. Os vínculos de companheirismo vão se fortalecendo na organização, apesar da existência real das discordâncias e afastamentos. Porém, enquanto na luta existem as frustrações momentâneas, no imobilismo há uma acomodação, ou desespero, que não aponta para caminhos de construção de alternativas, mas minimizam as possibilidades de vida.

Nesse sentido, os movimentos sociais populares têm tido a preocupação de, em sua práxis, desenvolver alternativas que venham contribuir para a construção de uma sociedade humana e igualitária. É na práxis que se experienciam possibilidades de alternativas de construção coletiva de uma sociedade diferente para todos/as, sendo, portanto, uma tarefa também coletiva.

Isso não invalida as construções intelectuais fundamentais na sistematização e idealização de uma sociedade humana, justa, afetiva, amorosa, eqüitativa e que respeite as diversidades, que cuide da natureza e que seja fundamentada não nos princípios econômicos mercadológicos, mas com o cuidar da natureza e da vida. Segundo Garcia (2000: 11), [...] “no fazer coletivo, trabalhadores vão se fazendo mais humanos, mais generosos, mais solidários, pois este é o sentido profundo do trabalho, quando não é resultado de exploração.”

Esse fazer coletivo, no entanto, pode produzir uma diversidade de movimentos que não necessariamente segue esses princípios.

Um fazer coletivo plantado por vivências educativas de ensino e aprendizagem em bases de uma educação popular que pode propiciar o estabelecimento de vínculos presentes nas práticas dos movimentos sociais populares, no campo formativo, nas experiências vivenciadas, nas lutas específicas.

Essas práticas educativas não ocorrem de forma pontual, mas fazem parte de processos construídos coletivamente. Em seu interior, os movimentos sociais populares têm se mostrado com uma preocupação em relação aos processos educativos que devem fazer

parte da construção de experiências coletivas e que podem subsidiar as práticas de mudanças dos diversos movimentos e a sua relação com a sociedade.

Em suas atividades educativas utilizam como estratégias dinâmicas de reuniões, palestras, encontros, vivências, técnicas de dinâmicas de grupo, exibição de vídeos, na busca de construção de um diálogo entre os conhecimentos comprometidos com as causas populares, o desenvolvimento de tecnologias, experiências acumuladas em suas vivências e visitas de intercâmbio entre experiências que estão sendo positivas.

As visitas de intercâmbio têm sido um espaço estratégico de diálogo, de exaltação das experiências, de construção de conhecimento e um motor mobilizador de energia, de força, de renovação de esperança na possibilidade de construir alternativas viáveis. O processo de diálogo não se dá apenas no mundo das idéias, ele permite olhar o mundo ali onde o diálogo está ocorrendo, permeado pelo mundo concreto que ilumina um horizonte que antes parecia obscuro. As experiências podem apontar caminhos para a transformação de sua própria realidade. Segundo Petersen (1998: 4):

Nesse processo de intercâmbio, o debate decorrente se alimenta dos conhecimentos do conjunto dos agricultores ao mesmo tempo em que a sua riqueza e intensidade cria as condições para o reforço do espírito inovador de cada um deles individualmente, criando-se um círculo virtuoso no qual o conhecimento individual e o conhecimento coletivo se realimentam continuamente.

Ver a concretização de experiências mexe com as subjetividades e possibilita outras construções em suas vidas. O intercâmbio como exercício educativo tem dinamizado o conhecimento e a concretização de projetos que sejam significativos para a realidade dos trabalhadores/as, como na Feira Agroecológica em análise. Na concepção de Petersen (1998: 3), é fundamental a organização do intercâmbio como processo de formação.

No processo de intercâmbio estimulado via o programa de formação, torna-se fundamental a sistematização prévia das informações a serem intercambiadas. Os testemunhos dos agricultores-experimentadores têm sido, neste sentido, meios pedagógicos extremamente valorizados e efetivos. A partir destes testemunhos (presenciais, em vídeo, em folhetos etc) estimula-se uma reflexão acerca da experiência relatada que envolve desde aspectos relacionados à sua operacionalidade (técnica, econômica etc) até os valores que permeiam a visão de mundo da família experimentadora.

A utilização de aspectos do conhecimento teórico, em especial através das assessorias, tem mobilizado o contato com o novo. Essa construção do conhecimento se dá de forma permanente, considerando a diversidade de saberes, dos objetivos semelhantes ou não, o que desencadeia a construção de um conhecimento maior, produzido de forma coletiva que vai gerando a consciência da realidade. De acordo com o pensamento de Gohn (2001: 20):

A consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas da população, no presente e no passado. Os encontros e seminários contribuem para a formação desta visão que historiciza os problemas.

Porém, o processo de aprendizagem não é igual para todos, já que as experiências, os interesses e as vivências são diferenciadas. As especificidades estão presentes em todos os grupos. E ainda assim não existe um sujeito que atinja essa capacidade de consciência absoluta, até porque, além dos aspectos ideológicos presentes na vida social, um sujeito carrega consigo sua própria historicidade que também está enraizada no seu existir, elencando desde questões que lhe são “claras” até aspectos inconscientes que não são disponíveis à consciência. Então, consciência absoluta ou total não se constitui numa realidade. O humano está num processo de busca para, a partir da história sócio-cultural, procurar aproximar-se da compreensão dos seus processos individuais e coletivos que venham contribuir para soltar suas “próprias amarras”, seus impedimentos, seus recalques, na busca permanente de se tornar sujeito histórico. E sentir poder ser mais, ver mais, analisar mais, constitui-se numa descoberta que denominamos de consciência, mas é sempre um campo em aberto num movimento em que o ser vai sentindo, percebendo o mundo concreto, analisando e construindo outras abstrações e proposições. E esse movimento do existir em relação ao mundo se dá no indivíduo, no subjetivo, numa relação permanente com o seu mundo. Um mundo de relações intersubjetivas que potencializam produções subjetivas e que a partir de princípios derivados da vida são capazes, também, de produzir outras realidades em que o humano sente-se sujeito.

As contradições, como em espaço social, estão presentes, mas nesse espaço coletivo elas podem ser evidenciadas e cuidadas com o grupo. Reconhecer as diferenças, respeitar os interesses de cada um, os desejos pessoais tem sido um desafio para qualquer grupo que

pretenda estabelecer diretrizes e caminhos comuns. Isto exige um processo de discussão e tomadas de decisão, de acordo com as convivências estabelecidos coletivamente. Esses aspectos têm sido considerados no sentido de que as decisões devam passar pela assembléia. Dessa forma, os caminhos tornam-se menos dolorosos, porque são construídos por todos de forma compartilhada.

Nessa caminhada por outra sociedade, não se pode negligenciar os aspetos individuais, as necessidades subjetivas, os sonhos, os desejos e os prazeres. Mesmo reconhecendo a importância de entender as necessidades ideologicamente construídas, vivendo-se experiências significativas, aproveitando-se da capacidade reflexiva que homens e mulheres têm é que se pode ultrapassar aquilo que está socialmente estabelecido e dominando.

O grupo que organizou a Feira Agroecológica teve como um dos propósitos eliminar a exploração estabelecida durante anos pela comercialização intermediada por atravessadores, abrindo caminho para outra lógica de atuação. A superação do atravessador, que parece uma pequena atitude e conquista, relaciona-se com outras possibilidades de desenvolvimento de novas realidades em que os sujeitos sintam-se influenciando na direção de sua história, com dividendos econômicos e sociais importantes.

CAPÍTULO 2 - A FEIRA AGROECOLÓGICA

2.1 A organização da Feira



Final de feira – momento de acolhimento

A existência da Feira Agroecológica se dá a partir da organização do movimento de luta pela terra, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica. E mesmo reconhecendo o seu caráter econômico como fundamental, desde a sua origem, existem outras dimensões que acompanham a sua trajetória e a sua forma de organização. Os princípios que a embasam seguem um caminho compartilhado com os movimentos sociais populares na sua lógica de organização.

A Feira Agroecológica, realizada semanalmente na sexta-feira, no interior do campus universitário da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, é organizada por

agricultores e agricultoras de assentamentos situados nos municípios de Sapé e Cruz do Espírito Santo.

Nela, são comercializados produtos agrícolas diversos, como hortaliças, legumes, cereais, frutas, flores, aves, caprinos, remédios caseiros, mel de abelha, lanches, comidas típicas e mudas de árvores. Os produtos são cultivados sem utilização de agrotóxicos e de produtos químicos que degradam a natureza, numa vertente ecologicamente responsável, preservando a vida e o ambiente.

Segundo um de seus participantes, a feira foi gerada a partir da necessidade dos trabalhadores e trabalhadoras de se organizarem para atender a sua sobrevivência. “Quando a gente lutou pela terra já foi por uma sobrevivência melhor. A gente já falava com Dorival: como era que a gente ia comercializar. Esta era uma discussão que já vinha muito antiga”. Esse processo foi ocorrendo através da articulação dos diversos assentamentos existentes na região que se reuniam freqüentemente para refletir sobre sua realidade. O processo de organização em torno da produção e comercialização foi se desenvolvendo, sendo criado um grupo denominado de “grupo da pequena produção” que se reunia sistematicamente, com o objetivo de criar estratégias de comercialização para produção dos assentamentos de reforma agrária.

O processo de organização da feira teve o acompanhamento de assessores da Caritas e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de um acompanhamento permanente de dois técnicos em agropecuária, sendo um deles vinculado a CPT e uma técnica em agroindústria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No processo de elaboração e concretização da Feira teve também o acompanhamento de um técnico em agropecuária do mandato popular do deputado Frei Anastácio (um dos coordenadores da CPT).

A feira conta com uma estrutura física padrão conta com barracas metálicas desmontáveis, uniformes, bonés, caixas plásticas, sacolas, baldes para lixo. Essa estrutura foi adquirida e mantida de forma coletiva para atender a todos os participantes.

Depois de analisarem e discutirem sobre várias possibilidades, surgiu a idéia da feira que se concretizou num primeiro momento no bairro Mangabeira, em João Pessoa, estabelecendo-se, posteriormente, no campus universitário.



A Feira – uma relação entre parceiros

Organização interna

Os trabalhadores e trabalhadoras estão organizados numa associação denominada Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana (ECOVÁRZEA), com estatutos e regimento interno. Segundo seus estatutos, “a Ecovárzea se constitui como uma organização de princípios educativos, de integração e cooperação de economia solidária.” Nesse sentido, existe um processo organizativo interno coletivo e todo o grupo envolvido na Feira tem que participar dessa organização.

O processo organizativo se dá em diversos espaços tendo como espaço privilegiado as reuniões, encontros e cursos. Há reuniões sistemáticas semanais, após a realização da feira, assembléias extra-ordinárias e assembléias ordinárias mensais. Nas reuniões pós-feira, são discutidas as questões emergentes e problemas que não podem esperar pela assembléia. Nas assembléias, ocorre discussão de uma pauta avaliando os processos em curso e realizando a avaliação e planejamento das ações a serem desenvolvidas.

Existe uma coordenação executiva com coordenador/a executivo/a, um/a vice coordenador/a, um secretário/a e um tesoureiro/a, um conselho fiscal com três sócios e um

conselho de ética também composto de três pessoas, todos/as eleitos/as em assembléia geral. As reuniões específicas ocorrem só com a coordenação, antes das assembléias, para a discussão dos problemas e assim encaminharem-se as questões mais urgentes.

Além da organização interna, existe um grupo que se reúne sistematicamente no Mosteiro de São Bento, em João Pessoa, composto pelos coordenadores de todas as feiras realizadas nas regiões do Litoral e da Várzea, como também existe uma organização embrionária de articulação entre todas as Feiras Agroecológicas do Estado, através da Articulação do Semi-árido Paraibano (ASA).

A dinâmica de organização da feira é construída num trabalho prático/reflexivo anterior, que vai desde a organização em grupo, até a sua concretização. Isso se dá em vários espaços de organização do grupo. As assembléias mensais ocorrem nas últimas quartas-feiras de cada mês com todos os participantes. Mesmo considerando as especificidades de cada momento, o grupo criou a sua dinâmica organizativa. O início das assembléias mensais se dá com um café da manhã compartilhado por todos, seguido pelo momento de oração com a leitura e discussão do evangelho, integrando a religiosidade com as dimensões do trabalho, da luta, do plantio agroecológico e da terra. Em seguida, ocorre a leitura e aprovação da ata da assembléia anterior, apresentação da pauta da assembléia em curso (aberta a propostas), prestação de contas e possíveis questionamentos. São expostos os problemas e dificuldades dos participantes na organização, com o resgate do planejamento e das responsabilidades de cada um e da necessidade de se seguir o regimento interno. Os encaminhamentos são realizados pelos responsáveis e finalizando com uma oração em círculo, de mãos dadas. Depois, o almoço é servido coletivamente.

Outro espaço de organização coletiva que podemos citar é a reunião pós-feira que ocorre logo após seu término, no próprio local de sua realização. Nessa ocasião, é feita a prestação de contas, do que foi arrecadado pelo grupo e a coleta para o fundo de feira¹. Compartilham-se as dificuldades mais emergentes e definem-se as soluções coletivamente. Esse também é um momento de oração e agradecimento feito de forma coletiva, em círculo e de mãos dadas.

¹. Fundo de feira refere-se a uma parte dos recursos financeiros arrecadados de todos os participantes da Feira após sua realização. No caso é uma porcentagem de 5% do total de cada um que servirá ao coletivo.

Além desses espaços, existem os encontros, as visitas de intercâmbios que ocorrem junto a experiências significativas de outros grupos de agricultores/as. Há também as festas e visitas dos consumidores parceiros da feira às áreas de assentamento em dias de comemoração, isso proporciona tanto um conhecimento da realidade onde se dá o processo de organização, produção, bem como um momento festivo que fortalece os vínculos entre esses parceiros.² Também aconteceu comemoração no próprio local de realização da feira.

Podemos identificar também outro ambiente desse processo de organização que é o próprio espaço da produção agroecológica: nos roçados, nas hortas, no cuidado com os animais, na cozinha com o preparo dos bolos e na produção dos remédios caseiros. A preparação dos produtos para serem comercializados se dá no espaço do cotidiano, durante a semana, compartilhado com as famílias.

Durante todo esse processo, vários aspectos apontam para práticas educativas populares, mesmo reconhecendo as contradições inerentes à sociedade capitalista na qual se está inserido. Isto nem de longe destrói o ideal de construção de uma relação mais humana, economicamente mais justa, com produção e consumo mais saudáveis para todos e todas. As vivências de momentos de reafirmação permanente dos princípios de solidariedade, de respeito à vida, de respeito ao ambiente, do “comércio justo”, da economia solidária popular, com autonomia dos agricultores na gestão compartilhada, não se configura em uma realidade pronta, mas na busca de aproximação desses valores na construção de outros modos de existir.

² As visitas dos consumidores solidários aos assentamentos ainda é uma prática tímida nessa experiência. No entanto, eles têm percebido que essas visitas fortalecem os vínculos. Essa prática tem ocorrido com o grupo da Feira Agroecológica do bairro do Bessa.

Cada um é responsável pela produção, porém tem que seguir as regras construídas coletivamente de não usar agrotóxicos, de preservação ambiental, de participar ativamente das reuniões e assembléias, de não gerar um clima de competição e do respeito pelo outro.

O desrespeito a essa forma de trabalho ou atividades que ofendam qualquer pessoa pode ser motivo de discussão coletiva. A ética que sustenta esse trabalho se baseia nesses princípios que foram compartilhados pelo grupo e estão afirmados no estatuto da Associação. Nesse sentido, todos e todas conhecem os princípios e sabem que têm que segui-los para permanecer no grupo. A comissão de ética tem como papel cuidar para que os princípios sejam respeitados.

Os produtos são transportados de forma coletiva e o frete é dividido pelo número de participantes. Os produtos trazidos são vendidos e o lucro é individual de acordo com o que cada um conseguir vender, porém, de todo o lucro 5% é arrecadado para o fundo de feira. Este fundo de feira se constitui numa poupança coletiva feita por todos/as e quem ganha mais paga mais.

Este fundo é utilizado para as despesas coletivas e para empréstimo rotativo ou fundo rotativo solidário⁵. As despesas coletivas são de alimentação nas assembléias, reuniões da coordenação ampliada, alimentação dos encontros, passagens da coordenação, investimentos na infra-estrutura da Feira e para alguma dificuldade financeira que o grupo ou algum membro esteja passando. Segundo um de seus integrantes: “A gente tem que pensar o fundo de caixa como um bem comum, para beneficiar a todos.”⁶ Os empréstimos são realizados por qualquer pessoa da associação, que não precisa de avalista, de conta em banco, de possuir bens e nem renda fixa. Não há cobrança de juros. Esses são pagos em pequenas parcelas, no final de cada feira, através de uma porcentagem estabelecida em assembléia geral. Para tirar o empréstimo, o sujeito coloca a sua necessidade na reunião e o grupo aprova ou não.

⁵ Fundo rotativo solidário – É um pequeno recurso financeiro e social que é disponibilizado para ser utilizado por uma família ou grupo com o objetivo de desenvolver mobilização e ação social. Visa potencializar a realização de algum projeto na comunidade, o recurso fica circulando na comunidade para que possa beneficiar outras experiências. Esse recurso é devolvido para ser utilizado em outras experiências. Em alguns casos a devolução pode ser também através de mão-de-obra.

⁶ Membro da Feira da coordenação, texto de conversas informais durante a realização da Feira, anotada em diário de campo.

Segundo um dos participantes “o fundo de feira é um recurso que pode servir para empréstimo pessoal, sem juros para qualquer pessoa do grupo e pode ser utilizado para produção, como para outros objetivos como em caso de doença.”⁷

Essa poupança coletiva arrecadada através do Fundo de Feira carrega consigo não apenas elementos econômicos, mas uma disponibilidade de recursos necessários para assegurar algumas necessidades do grupo coletivas e até individuais que as pessoas venham ter.

Quando ocorre de algum projeto ser financiado por algum órgão sem caráter de fundo perdido, esse Fundo de Feira pode sofrer pequenas alterações, pois a forma de pagamento desenvolvida pelo grupo para quitar as dívidas com aquele projeto se dá através do recolhimento, em cada Feira, de uma porcentagem acessível para todos/as, discutida e aprovada nas assembléias. Dessa forma, já pagaram o empréstimo da infra-estrutura inicial com a Caritas. Também receberam um projeto a fundo perdido do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e em assembléia resolveram formar um fundo de reserva, a partir daquele recurso, decidindo-se em pagar 50% do projeto com a poupança coletiva do grupo. O objetivo dessa arrecadação é formar um fundo extra de reserva para que o grupo possa trabalhar e desenvolver a sua autonomia.

Para evitar problemas de arrecadação, desenvolveram essa forma de dividir pagamento através de porcentagem no final de cada Feira. O grupo analisou que quando a arrecadação era feita de forma individualizada havia uma certa resistência de alguns, mas quando é realizada juntamente com o Fundo de Feira o pagamento acontece de forma mais tranqüila.

Assegurar um recurso econômico disponível às necessidades coletivas proporciona uma segurança ao grupo, na busca da autonomia. Pois para as questões básicas existe um recurso que pode ser acessado a qualquer momento. Não dependem de banco, ou de outros financiadores, porém, para os projetos maiores que exigem uma maior infra-estrutura, essa questão também é ponto de discussão.

Segundo um dos participantes, “eu não estou fazendo empréstimo ao banco, fico preocupado quando estou devendo e fico dando conselhos a meus colegas que não entre nessa, pois para receber é fácil, mas para pagar é difícil, pois é do jeito que eles querem.”⁸

⁷ Membro da coordenação da Feira, texto tirado do diário de campo, em conversas informais.

O grupo apresenta como meta não trabalhar com projetos que não provoquem endividamento ou dependência econômica que inviabilizem sua autonomia. Até o momento receberam financiamentos da Caritas, Banco do Nordeste, MDA, mas não devem a nenhuma dessas instituições.

A esse respeito, um dos participantes abordou: “Apoio a gente quer, mas não vai ser banco ou seja quem for que vai dá nossa linha de atuar. Quem dá nossa linha somos nós. A gente precisa discutir as questões dos empréstimos, dos endividamentos. É a gente que precisa propor os projetos.”⁹

2.3 O espaço educativo

A Feira Agroecológica vai além de um espaço de comercialização de produto de origem rural. Nela está presente uma diversidade de dinâmicas, de relações, de afetos, de sentimentos, de subjetividades, de crenças, de religiosidade, bem como de relações de sujeitos, de indivíduos e de diversos movimentos que se interpenetram e formam um todo dinâmico. Diverso em seus fatos, acontecimentos, forças, e intervenções, até o ponto de conter também suas contradições. Há uma intensa mobilização de energias, de ideologias, de necessidades, de sonhos e também de desejos.

Antes da mobilização para a comercialização, o movimento já existia e não era definido pelos participantes da Economia Solidária, nem do movimento da agroecologia, nem do movimento pela saúde. Existe uma força que uniu esses trabalhadores na luta pela terra junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nesse sentido, a feira está inserida no contexto do movimento de luta pela terra, como afirmou uma das participantes: “Essa organização da gente já vem da luta pela terra. Quando se luta pela terra, também é para uma sobrevivência melhor”. A luta da Feira se vincula a luta pela terra que não termina apenas com a conquista da terra.

Os valores da Economia Solidária são centrados nas necessidades humanas e no respeito à vida. Nela há uma valorização de trabalho produzido pelo humano, entendendo o humano se realizando no seu trabalho.

⁸ Membro da feira, pertencente ao assentamento Boa Vista, texto de entrevista realizada para essa pesquisa.

⁹ Membro da coordenação da Feira, em assembléia geral da associação (ECOVARZEA).

São os entrelaçamentos dos movimentos populares que acabam se reforçando mutuamente, baseado na utopia de uma sociedade igualitária, no sentido das condições materiais de existência. Seja a resistência indígena, dos negros escravizados, dos povos que estiveram sempre excluídos da sociedade, mas que cultivam o sonho de construir uma sociedade capaz de oferecer as mesmas oportunidades de vida para todos e todas, incluindo os anseios de liberdades que precisam se concretizar de fato.

Nesse sentido, os movimentos sociais populares têm dado visibilidade à temática da economia solidária, buscando experienciar de fato proposições que caminhem na construção de alternativas diferenciadas do modelo dominante. Para tanto, existe um movimento nessa direção, inclusive é um esforço dos movimentos sociais para que a economia solidária se efetive como política pública. Então existe uma interlocução entre esse movimento e o atual governo para que se institucionalize de fato. Nesse intuito, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que tem como objetivo organizar, junto aos Estados, programas voltadas aos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária.

Apesar desse esforço, prevalece a luta por recursos destinados especificamente para esse campo, tendo em vista que o modelo de economia dominante é o da disputa de mercado capitalista e a economia solidária ainda está em estado embrionário, tendo muito espaço a ser disputado.

2.4 A reflexão

No contexto da Feira, está presente a sensibilização para aspectos ecológicos e ambientais, princípios de solidariedade, de respeito à vida, num processo em construção, com diferentes graus de participação, referentes às contradições do percurso. São experiências deles e delas que se acumulam. São vários espaços onde se desenvolve a sua práxis, envolvendo tanto a reflexão pessoal como a de grupo e efetivando-se com um produto organizativo.

Um aspecto diferencial nessas experiências não é a inexistência das contradições tão presentes nas relações essencialmente capitalistas, mas é a possibilidade de evidenciar essas contradições no espaço coletivo, podendo refletir e construir caminhos que apontem para

tomada de decisões próprias do grupo que concorram para sua superação. Isso não se dá de forma linear, tendo um estágio de perfeição da consciência, mas, muito pelo contrário, cheios de altos e baixos. Apesar dos avanços, o processo educativo faz parte do cotidiano da Feira e dos movimentos sociais em permanente busca de melhoria da organização coletiva.

Frutos desses encontros têm-se o contato com os valores da Economia Solidária permeada por políticas educativas populares, aspectos objetivos e subjetivos que alimentam essa práxis, intermediada pelas ações concretas de uma feira.

Essa tem um caráter multiplicador, pois o movimento pretende expandir a experiência para outros trabalhadores, chamando atenção dos aspectos: um se refere ao fato desses trabalhadores e trabalhadoras optarem em desenvolver a produção, considerando uma abordagem ecológica; o segundo aspecto envolve a economia solidária, considerando que os agricultores comercializam seus produtos direto ao consumidor, dimensionados pela prática da solidariedade.

A Feira está inserida num contexto que não se limita à sua realização pura e simples. Muitos passos já foram dados, mas há uma série de outros que ainda estão sendo construídos, dentro de uma complexa dinâmica, com múltiplas determinações, que nem sempre se apresentam claramente.

Experiências semelhantes de feiras agroecológicas vêm ocorrendo em outros municípios como Lagoa Seca, Campina Grande, Massaranduba, Aparecida, Cajazeiras. Observa-se nessas experiências uma organização comum desenvolvida por pequenos agricultores familiares e trabalhadores assentados da Reforma Agrária, que produzem e vendem produtos agrícolas diretamente ao consumidor, baseada na agroecologia. Desenvolve-se um processo educativo de convivência e respeito à biodiversidade, ao ambiente e às pessoas.

Segundo Santos, há uma necessidade de uma relação entre as diversas experiências (2002: 53):

No campo da produção, a fragilidade das alternativas existentes torna necessária a articulação destas entre si – em condições que devem ser negociadas para evitar a cooptação e o desaparecimento das alternativas, com o Estado e com o setor capitalista da economia. Esta articulação em economias plurais em diferentes escalas que não desvirtuem as alternativas não capitalistas é o desafio central que enfrentam, hoje,

movimentos e organizações de todo o tipo que procuram um desenvolvimento alternativo.

A experiência vivida nestas bases, isto é, na interação existente entre os próprios agricultores nas áreas de assentamento e da agricultura familiar, vem gerando um rico processo de discussão, de apresentação das experimentações, das visitas de intercâmbio, das reuniões e dos encontros, que reforça o saber da experiência vivenciada e compartilhada, bem como a produção do conhecimento nas classes populares. Segundo constatações dos próprios agricultores, o processo de organização da Feira possibilita a “elevação” de todos.

Segundo Oliveira (2004:41) “Uma das descobertas no processo de organização da Feira Agroecológica foi a de que o pequeno produtor não consegue se manter na terra produzindo e comercializando seus produtos sem ter uma organização coletiva.”

Para as pessoas envolvidas nesse processo, a Feira Agroecológica é uma alternativa viável que reforça a luta para consolidação da reforma agrária. Alguns dos desafios demonstrados atualmente são: manter a regularidade da atividade, diversificar a produção e ampliar o quadro de acompanhamento técnico.

Os desafios apresentados na organização de alternativas que venham adentrar nessas experiências reforçam a força de transformação dos sujeitos e de sua realidade, segundo Santos (2002: 16), [...]“ênfase na necessidade de fomento de outras formas de produção alternativa, além do domínio de todos os mecanismos de distribuição dos produtos, tentando superar o permanente processo de descarte de populações”.

Nessa perspectiva, as alternativas de subsistência como a Feira têm apontado para uma reflexão mais profunda sobre a construção de um outro modelo de desenvolvimento que coloque a pessoa humana no centro de suas preocupações, respeitadas as diferenças do outro enquanto participam de sua própria historicidade e suas subjetividades. Mas que outra economia e que outra educação?

CAPÍTULO 3 - ECONOMIA SOLIDÁRIA, EDUCAÇÃO POPULAR E SUBJETIVIDADE

3.1 A economia para autogestão

À medida que se formava a classe trabalhadora com a expansão industrial, sobretudo a partir do século XIX, se estabeleciam crises com o novo sistema que se formava, surgiam profundas dificuldades para a vida desta classe, para homens mulheres e crianças.

O modo de produção constitui-se em bases de incentivo à propriedade privada, ao mercado e à acumulação de bens e capital. Estabelece um tipo de desenvolvimento regulado pela acumulação de bens para um indivíduo, tendo como característica apenas as dimensões econômicas de vida.

De forma contraditória engendra também uma classe possuidora dessa propriedade, por um lado e por outro uma classe daqueles sem posses de bens, sem propriedades. A esta classe foram impostas as condições de penúria e miséria que, por sua vez, reage buscando outras possibilidades para garantir a sua vida.

A classe trabalhadora encontrou nas relações coletivas, na cooperação entre seus pares, na organização cooperada, possibilidades concretas e alternativas de outro jeito de produzir, de organizar-se e de viver. Este outro jeito de organização das relações econômicas e das relações interpessoais pode ser demonstrado nas cooperativas e nos instrumentos de reivindicação dos sindicatos. Essas foram formas encontradas pelos trabalhadores/as para superarem, de modo coletivo, as lutas internas dos próprios trabalhadores de como enfrentarem a organização dos compradores da sua força de trabalho.

A invenção dessas cooperativas segue um conjunto de regras para incentivo às relações coletivas como: as cooperativas seriam administradas de uma forma democrática; cada sócio daria apenas um voto; estaria aberta a qualquer trabalhador desde que integrasse uma quota que era igual para todos e todas; a divisão do excedente teria regras próprias de repartição; incentivo a compras na própria cooperativa; a venda realizada seria apenas à vista; estaria assegurada a venda de produtos de boa qualidade e a sociedade se manteria

neutra em relação à política e a religião. Essa base desse movimento na economia tenta ser uma alternativa ao modo de produção capitalista.

Segundo Singer (2002: 24), “A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril de produção”. Outras relações econômicas acontecem com princípios e lógica. Nesse sentido, um de seus representantes mais significativos foi Owen, que experienciou e elaborou propostas de desenvolvimento em outra lógica de economia, fazendo uma análise da exploração desenvolvida pelo capitalismo. Nessa perspectiva, Singer (2002: 30) mostra que: “Owen, como muitos socialistas da época, rejeitava o comércio visando ao lucro como essencialmente parasitário”.

Além da exploração dos que produzem, também aponta para uma produção de excluídos, da qual a economia de base capitalista não consegue dar conta, porque sua preocupação não é resolver os problemas sociais da humanidade, mas conseguir desenvolver a economia, gerando lucro para os donos do capital. Daí foram surgindo as experiências de cooperativas de produção, de crédito, de serviço e os clubes de trocas.

Enquanto a economia capitalista tem como princípio fundamental a competição, na economia solidária o princípio de solidariedade é que deve prevalecer. Em ambos os casos, há uma produção subjetiva que alimenta seus princípios. Só que, na economia capitalista ganha quem for o melhor, o mais competente e o mais eficiente, configurando-se numa lógica de apologia aos vencedores. E as empresas capitalistas que quebram, como os desempregados vão viver? Isso não é de responsabilidade do capitalismo. Isto não pode constituir-se como impedimento a mais às transações econômicas. Para o capitalismo, há oportunidades para todos e todas e nessa lógica qualquer um pode ter prosperidade, ganhando os melhores.

Segundo Singer (2002: 8), “os descendentes dos que acumulam capital ou prestígio profissional, artístico etc. entram na competição econômica com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais.”

Assim, uma sociedade que tenha como princípio a igualdade arrasta consigo o desejo de superação da vida promovendo a cooperação. Na cooperação, o central é o

coletivo. Todos precisam se desenvolver e se alguém não consegue torna-se responsável de todos. A solidariedade na economia se estabelece com a organização igualitária daqueles que desejam produzir, procurando comercializar. Não será o contrato entre desiguais? Nesse sentido, as decisões são tomadas coletivamente e todos podem participar do processo de discussão. Isso não invalida o fato de alguns se destacarem mais, mas a preocupação é com um desenvolvimento cooperativo para todos.

Segundo Singer (2002: 10) “A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.” Esse tipo de economia aponta como uma alternativa à desigualdade e exclusão produzida pelo capitalismo. Os excluídos precisam construir um processo de cooperação e solidariedade necessário à concretização de alternativas, cuidado com as pessoas, com respeito ao outro e ao ambiente.

Não basta apenas possibilitar o acesso econômico, tem que se considerar toda a dimensão das necessidades humanas e ambientais. A sustentabilidade econômica é uma necessidade inerente a todos os grupos, todas as comunidades, todas as pessoas, parte dos seus próprios anseios por autonomia.

A economia solidária aponta para a construção de novas relações de trabalho, de respeito às pessoas, à vida, construindo relações de sustentabilidade econômica de forma humanizadora que não pode se sustentar apenas na lógica do discurso, mas que deve ser intrínseca às relações macro e micro-sociais.

Nela não existe a figura do patrão. Os meios de produção são de propriedade coletiva, os lucros ou as sobras¹⁰ são distribuídos por todos que fazem parte do processo produtivo. O objetivo principal não é o capital, como no capitalismo, mas o ser humano.

A Economia Solidária se constitui numa forma de economia socialmente justa, respeitando a biodiversidade, procurando satisfazer as necessidades humanas de todos e todas. Refletindo também nos mecanismos de gestão, é no desenvolvimento de alternativas com intuitos educativos populares que se pode experimentar uma gestão compartilhada, que ao invés da competição dê lugar à cooperação. O autoritarismo é superado pelo poder compartilhado. A exploração pela produção é superada pela co-

¹⁰ Sobras – São os recursos econômicos que excedem, o que na economia capitalista é chamada de lucro. As sobras são compartilhadas no coletivo, diferente da economia capitalista que é concentrada no patrão.

responsabilidade nesse processo, realizando-se uma construção coletiva de outros jeitos de se viver melhor.

Esse exercício tem encontrado seu alimento nas tentativas de construção autogestionárias. A organização para a autogestão permite a expressão das dimensões humanas nas suas “infinitas” possibilidades. Permite que o sujeito possa ser, possa expressar suas subjetividades, construir uma práxis coletiva a partir das proposições dos sujeitos. Isso não se dá pela permissão bondosa do outro, mas pela conquista de todos de poder ser. Não se tem que agradecer, como produto da subserviência, ou pedir permissão para se expressar, pois a expressão da pessoa se apresenta como direito elementar. Segundo Albuquerque (2003: 20):

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

Mas poderíamos nos perguntar se isso se constitui numa realidade concreta. Poderíamos dizer que são processos em construção e que essa realidade se concretiza na intervenção que é uma conquista cotidiana experienciada em diversas experiências autogestionárias. Não se constitui em algo acabado, fechado, mas em algo em construção, pois a autogestão se dá no processo que também é um processo educativo compartilhado por homens e mulheres.

A autogestão não se apresenta como um modelo, mas seus princípios básicos possibilitam o crescimento e o desenvolvimento não apenas de uma liderança isolada, mas de todos/as como responsáveis pelo processo de desenvolvimento de produção da vida real como também pelo desenvolvimento das potencialidades humanas. As possibilidades humanas estão além do que nossa realidade nos condiciona, nos enquadra. Sair desse lugar naturalizado como nosso, como do nosso ser, experimentar, questionar, estranhar, vivenciar outras possibilidades, pensar sobre nossa prática, refletir, criar outras alternativas de forma compartilhada.

O coletivo, o grupo é um lugar privilegiado para esse estranhamento já que pode ser compartilhado com outros estranhamentos que não necessariamente são os seus, mas que abrem possibilidades para outras dimensões. É um terreno fértil de produção de subjetividades, de intersubjetividades, de produção de conhecimento, de proposições, de construção de alternativas que não se constitui num somatório de propostas, mas de uma construção coletiva de estratégia de vida compartilhada pelos pares.

As possibilidades de concretização são muito mais evidentes numa perspectiva de grupo. Construir alternativas de gestão individual numa sociedade excludente como a capitalista, especialmente para as classes populares, é uma tarefa difícil de se sustentar. A estratégia do grupo fortalece o ser que sai do individual para o coletivo, nem sempre porque se deseja, mas pela própria necessidade de viver, de ter uma alternativa de sobrevivência.

A lógica da autogestão é construída em função de homens e mulheres, não do mercado. A questão econômica é fundamental para atender as necessidades humanas de vida. A economia deve existir em função do bem viver para todos, para alegria, para a felicidade não apenas de alguns. Assim como o trabalho é compartilhado por todos, é de responsabilidade de todos, os frutos do trabalho devem ser partilhados, de modo que todos se beneficiem, sem que para isso precisem explorar o trabalho do outro. Isso tudo faz parte dos princípios da economia solidária.

A lógica que prevalece não é a da competitividade de mercado, mas da cooperação, no sentido de que todos precisam de todos para que continuem se desenvolvendo, mesmo que não seja na mesma medida, todos crescem e se desenvolvem. Quando alguém está ficando para trás torna-se uma preocupação compartilhada pelo grupo em suas discussões, num diálogo coletivo. E isso leva as proposições que podem ser coletivas.

Nessa perspectiva de economia solidária, as relações experienciadas, valorizadas pela coletividade, são de natureza solidária. Este modo de produzir encontra seu alimento num processo educativo permanente que acompanha o desenvolvimento das experiências coletivas. Atividades educativas que têm um papel significativo na construção desse discurso, nesse processo em construção. Uma educação que contribui para os alicerces dos valores que sirvam para a concretização desses sonhos e cuja produção simbólica processual seja também pertencente aos seus produtores. Uma educação popular que

facilite o diálogo entre esses saberes, promova o encontro entre as experiências e produza novos saberes nesses esforços da concretização de utopias.

3.2 O desenvolvimento sustentável

Pensar em desenvolvimento das comunidades não pode ser a mesma forma de desenvolvimento empresarial de pessoas que culturalmente vivenciaram outras realidades, construíram outra lógica de mundo e de atuação. Pessoas que têm outras vivências, outras experiências e que sempre estiveram em situações de exclusão, quanto ao acesso à educação de qualidade, ao conhecimento produzido, às pesquisas e às tecnologias. O problema é que não puderam escolher estar naquela situação, não lhes perguntaram se elas queriam viver naquele tipo de situação, assim como não puderam dialogar com outros tipos de conhecimentos e até aprofundar, de forma sistemática, os seus.

Compreendendo a sustentabilidade como uma lógica que contempla um tipo de desenvolvimento que considera as necessidades atuais dos humanos, o ambiente, a biodiversidade e as tecnologias em favor da vida com responsabilidade com as gerações futuras.

A educação popular é um espaço em que os diversos saberes podem ser evidenciados e construído. Um diálogo em que as realidades aparentemente estáticas possam se mover. Sendo assim, conhecimentos estabelecidos podem ser questionados para que a partir daquela realidade transcenda-se para a construção de novas realidades mais humanas, mais justas, mais solidárias, mais sensíveis às pessoas, à sociedade e ao mundo.

Pensar num outro tipo de desenvolvimento envolve também outras dimensões, além da educação, que precisam estar sensíveis à realidade cultural, histórica, subjetiva em que as populações sejam inseridas. Não adianta pensar um desenvolvimento, por mais bem intencionado que se possa parecer, se ele está distante da realidade dos envolvidos. Parece também não adiantar pensar num desenvolvimento em que o poder público esteja distante da casa, do corpo, das emoções das pessoas. Não para promover o assistencialismo perverso, mas para sustentação de ações que sejam efetivadas por comunidades que se encontram, em geral, carente de bens materiais, de afeto, de amor e de auto-estima. As pessoas precisam se sentir fazendo parte sendo elas mesmas sujeitos de suas vidas.

O poder público precisa estar a serviço do público, do povo, não tem como propiciar tudo, mas pode possibilitar o acesso do povo num encontro de políticas que enfatizem a construção de espaços de cidadania, de relações mais fraternas, de distribuição das riquezas produzidas. Acesso a partir de sua práxis, do aprender a fazer fazendo e pensando, da ação, como diria Paulo Freire. Da participação efetiva no processo que se dá no dia a dia, que faz com que homens e mulheres se afirmem enquanto sujeitos que constroem a sua realidade, dura e difícil, mas estão ali na esperança de transformá-la numa realidade melhor, não só para alguns, mas para todos. A gestão tem que ser compartilhada pelos sujeitos da ação e as políticas públicas devem caminhar nessa direção. O olhar não pode ser unilateral, ele tem que dá conta da questão local, mas contextualizada com a realidade externa. O diálogo entre saberes estando estabelecidos, entre os vários tipos e áreas de conhecimento.

Nesse sentido, pensar uma concepção de organização popular envolve necessariamente a intervenção do humano em construção de sua própria autonomia e de sua atuação no mundo.

3.3 A educação popular para produção

Foram diversos caminhos trilhados pelos que acreditaram nos princípios de uma educação popular, tanto no campo da educação formal, como em outros espaços como nas experiências realizadas nos movimentos de cultura popular (MCP), nos centros de cultura popular do movimento estudantil (CPCs da UNE), no movimento de base de cultura popular da igreja católica no Movimento de Educação Básica (MEB), e nos movimentos sociais populares em geral.

A história da educação popular teve o seu berço nos movimentos populares da América Latina. Segundo Gadotti (1998), a educação popular nasceu na América Latina no meio das lutas populares e teve como seu principal representante o educador Paulo Freire. A educação popular passou por diversos momentos, nos anos 50 e 60, tinha como bandeira a conscientização e nas décadas de 70 e 80, a defesa da escola pública popular.

No início dos anos 60, a educação popular no Brasil estava desencadeando um processo de desenvolvimento cultural popular e com o apoio do poder público federal pretendia alcançar todo o território nacional. Brandão (1981: 17) faz a seguinte observação

sobre o significado dessa experiência: “[...] Na aurora do tempo em que, coletivamente, pela única vez alguma educação no Brasil foi criativa e sonhou que poderia servir para libertar o homem, mais do que, apenas, para ensiná-lo, torná-lo doméstico”.

Isso se deu em vários momentos, porém destaca-se o momento anterior ao golpe militar de 1964, que reprimiu o seu avanço e violentou a livre expressão dos educadores populares, rompendo um processo, mas não conseguiu destruir a utopia e a perseverança daqueles que acreditavam na sua realização como elemento fundamental no processo de elevação humana e transformação social.

Entre esses educadores estava Paulo Freire que teve que deixar o país, mas continuou perseverando em seus propósitos. Apesar dos danos, a ditadura não conseguiu matar as raízes da educação popular, pelo contrário, brotou em outros espaços, bem como em outros países. Paulo Freire conseguiu multiplicar as experiências, produzir, sistematizar, avaliar, publicar trabalhos, como é o caso do destacado livro *Pedagogia do Oprimido*, escrito a partir da prática e das reflexões dos grupos populares que desenvolveram experiências com ele. Experiência e sistematização permitiram que houvesse um fortalecimento em práticas educativas que se multiplicaram em diversos espaços do meio popular, especialmente na América Latina.

A educação que vem se desenvolvendo na Feira tem sua metodologia definida por um pensar a partir das coisas concretas, das questões concretas que estão presentes. Isso conduz a uma compreensão educativa nos moldes da educação popular geradora de um conhecimento a partir da realidade objetiva dos sujeitos envolvidos no processo educativo, no intuito de possibilitar a consciência da multiplicidade de elementos que determinam aquele dado contexto. Fundamenta-se num referencial teórico e metodológico escrito a partir da práxis das educadoras e educadores populares comprometidos em subsidiar toda prática pedagógica.

As atividades desenvolvidas na Feira, nas relações internas, potencializam o diálogo entre as pessoas buscando seus conhecimentos próprios. Na educação popular, o conhecimento que vai desde o conhecimento popular ao conhecimento elaborado cientificamente se caracteriza pelo pensar coletivo, sendo esse conhecimento acessível a todos e a todas. Uma educação em que as pessoas se apoderem do conhecimento e possam também fazer parte da construção desse conhecimento, bem como reconhecer os diversos

interesses envolvidos nessa elaboração; um saber que instrumentaliza o fazer e o ter posse do conhecimento, reconhecendo as possibilidades de atuação na participação dessa construção de conhecimento.

A educação processual na Feira emerge da práxis desses feirantes na sintonia entre o saber teórico e o saber prático, em um processo permanente de ação e reflexão em que se busca construir formas alternativas de organização, de gestão, de realização, sempre pensando em um saber elaborado, que seja de todos, para todos, como um bem comum. Uma educação que Freire (1992: 109) já compreendia como, [...]“a prática educativa implica ainda processos, técnicas, fins, expectativas, desejos, frustrações, a tensão permanente entre prática e teoria, entre liberdade e autoridade.”

É fundamental reconhecer que nos processos educativos, bem como em outros espaços, como na Feira, as contradições sociais estão presentes o tempo todo, mas o que diferencia as práticas educativas populares é a possibilidade dessas contradições serem evidenciadas, problematizadas, e a partir delas surgirem outras elaborações necessárias à inserção das pessoas no mundo que desejam modificar. Nesse aspecto, é uma metodologia com propósitos claros de democratização do conhecimento em função daqueles que estão de fora do acesso a uma vida humanizada, não só em termos educativos, mas sociais e econômicos. É exatamente por se estar numa realidade contraditória que desumaniza a existência de uma maioria em função da manutenção de privilégios de poucos que se faz necessário esse tipo de educação. Mas, um dos desafios da educação popular é esse: atuar numa realidade cheia de adversidades, de problemas econômicos, sociais, emocionais, culturais, alertando para questões ambientais, contemplando aspectos subjetivos.

Este tipo de educação considera a existência de classes sociais: a classe que possui o capital e a classe que possui apenas a força de trabalho. Sua existência é mostrada nessa mesma realidade objetiva sendo sua evidência presente ao longo da história das sociedades, exacerbando-se no atual modo de produção, o capitalismo. É a falta crescente de oportunidades para a grande maioria da população, com pobres e miseráveis sobrevivendo à margem da sociedade, sem suprir as suas necessidades básicas de sobrevivência.

A Feira é expressão da necessidade desses/as trabalhadores/as pela sobrevivência que passa pela organização e pela aprendizagem de autonomia emocional, cultural, política, social e econômica, enfim, de todas as dimensões dos seres humanos.

Para esses, essas ações vêm sendo tratadas também contra o sectarismo, muito comum nesses processos de organização. Freire (1992: 94) alerta contra esse sectarismo:

[...] há momentos históricos em que a sobrevivência do todo social coloca às classes a necessidade de se entenderem, o que não significa estar-se se vivendo um novo tempo histórico vazio de classes sociais e de conflitos. Um novo tempo histórico sim, mas em que as classes sociais continuam existindo e lutando por interesses próprios.

As ações educativas e populares na Feira são uma perspectiva em defesa não apenas do acesso à educação para as pessoas, mas também o despertar para as mudanças sociais. O desafio é como pensar na emancipação desse ser que é indivíduo e que é sujeito social inserido numa situação de exclusão não por opção, mas por condicionantes do sistema que o exclui. Como sair desse lugar de exclusão? Quando a sociedade concretiza bens, tecnologias, conhecimento numa dimensão e velocidade fantástica, permeada por uma produção de idéias, desejos, sonhos que procuram penetrar o mundo subjetivo das pessoas que se produz no social. Nesse sentido, a prática social dos componentes da Feira passa pelas subjetividades do sujeito, sua relação com os outros e com o mundo.

3.4 As presenças subjetivas

A educação popular tem como um de seus objetivos o desenvolvimento do homem e da mulher em toda a sua dimensão física, intelectual, afetiva, emocional, profissional, econômica, social e pode ser comparada a uma terapia coletiva, em que são evidenciados os problemas e alternativas, sendo uma educação pela práxis. As várias reuniões que ocorrem com os participantes da Feira são ocasiões propícias para o desvendamento da realidade, dos impedimentos, dos problemas que dificultam o desenvolvimento e, também, crescimento das pessoas. No ambiente da coletividade e fora dela, aquelas pessoas podem falar, ouvir, dialogar sobre suas vidas e conseqüentes elaborações possíveis capazes de se perceberem enquanto sujeitos “condicionados” por uma realidade social, por um sistema com sua lógica e seus propósitos de sociedade.

Esse trabalho da educação popular mobiliza energias das pessoas e dos grupos, e no dizer de Fromm (1992): “Uma prática educativa assim é uma espécie de psicanálise histórico-social-cultural e política” (Apud Freire, 1992: 106).

A educação popular tem um enfoque no humano, no crescimento, no desenvolvimento das pessoas e de suas capacidades, compreendendo as oportunidades. O enfoque não é apenas no aspecto intelectual, mesmo reconhecendo sua relevância, mas tem no homem e na mulher os sujeitos que devem criar sua autonomia, se colocarem enquanto cidadãos responsáveis em tomar conta da sua história, apesar dos condicionantes sociais, econômicos e culturais, e mesmo estando expostos aos diversos tipos de ideologia, ainda assim podem construir uma história diferente.

O grupo possibilita a visibilidade de problemas que aparentemente estão congelados. Reconhecer os sentimentos, os medos, as angústias, os impedimentos subjetivos, a história de submissão vivenciada é fundamental para ultrapassar as limitações; significa reconhecer aquilo que estava guardado, muitas vezes de forma inconsciente para evitar sofrimento.

Esse processo de consciência passa por aspectos individuais, mas tem uma dimensão coletiva, já que nenhuma subjetividade é tão individual a ponto de não sofrer nenhuma influencia do outro e do mundo. Tudo está relacionado com o contexto, com a história, com a sociedade. Existe relação entre os fenômenos, pois a realidade está em movimento, não pode ser simplesmente recortada. As questões objetivas que nos movem são identificáveis mais facilmente, enquanto que as subjetivas ficam na invisibilidade e nem sempre são elucidadas, embora estejam presentes em todo fazer concreto dos sujeitos. O ser humano não é determinado um indivíduo com características naturalizadas definidas que guiem suas ações, mas um sujeito com história própria, com uma relação permanente com o mundo. Para Lane (1995: 74) “A subjetividade se objetiva nas ações do homem sobre o meio, assim como este meio e o que constitui objetivamente se tornam subjetivos no psiquismo humano”.

Na Feira, as objetividades das ações vão mostrando a subjetividade também concreta. A falta de lucidez, de contato consigo mesmo, com os sentimentos, com as barreiras, com as “couraças”, impossibilita a evidência de problemas e limitações mais íntimas que impedem de construir uma práxis libertária, tanto em relação consigo mesmo

como em relação ao mundo. Questões dessa natureza estão presentes também na Feira, cujas ações vão na direção de sua superação.

Enquanto as classes populares ficarem no silêncio ou paralisadas pelo medo (congelado), o opressor tem livre acesso para agir, reforçando assim seu poder. O opressor só pode existir se tiver alguém que assuma o papel do oprimido. O silêncio subserviente compartilhado entre os oprimidos legitima o opressor. Na visão de Freire (1992: 126):

Uma das tarefas da educação popular progressista, ontem como hoje, é procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza. Esta é a esperança que nos move.

A ausência de diálogo entre as classes populares impossibilita a construção de estratégias de articulação conjunta, de enfrentamento, de proposições. Sair desse lugar cronificado da submissão, da subalternidade, da opressão, ter uma postura questionadora, de práxis, passa pelo reconhecimento dessa realidade, pela não aceitação e identificação daquele lugar.

Porém, não se liberta apenas pelo reconhecimento de uma realidade injusta e opressora. Além da elucidação da realidade, o sujeito precisa ser tocado nos seus sentimentos mais íntimos, precisa romper a barreira do objetivismo e se identificar de alguma forma com as pessoas, com os motivos, com os sentimentos. Precisa estar movido por uma perspectiva de mudança e de esperança. Segundo Freire (1992: 100):

[...]inventamos a possibilidade de nos libertar na medida em que nos tornamos capazes de nos perceber como seres inconclusos, limitados, condicionados, históricos. Percebendo, sobretudo, também, que a pura percepção da inconclusão, da limitação, da possibilidade não basta. A libertação dos indivíduos só ganha profunda significação quando se alcança a transformação da sociedade.

O fazer acompanhado da reflexão se reconhece como transformador de sua realidade e eleva o “grau” de compreensão do sujeito, de sua realidade.

No entanto, a luta pela reforma agrária e a conquista da terra não significam necessariamente a transformação do sujeito. Porém, tomar consciência de sua história, das

suas limitações já faz parte do processo de transformação, das intersubjetividades que perpassam também o processo de transformações sociais.

Apesar de reconhecer os condicionantes sociais que têm se construído ao longo da história, de desigualdades sociais, de opressão e de subserviência, a existência humana tem que estar movida por uma perspectiva de vida melhor, por um sonho que acredite que é possível se realizar através da luta cotidiana.

A educação em desenvolvimento nas atividades para realização da Feira configura-se numa prática pedagógica educativa voltada às classes populares (que dispõem de força de trabalho, mas não dispõem dos bens). Uma educação que busca proporcionar o desenvolvimento das pessoas e promover sua atuação na sociedade de forma autônoma, enquanto cidadão consciente e comprometido com as transformações sociais. É uma educação que parte da realidade desses sujeitos, tentando superá-la.

Essa educação segue uma lógica de organização metodológica com princípios, com objetivos e referencial teórico que visam à construção do conhecimento com uma postura política clara de transformação social. A educação popular é uma utopia possível de ser exercitada. Configura-se num espaço para compartilhar saberes a partir da realidade. Possibilita o diálogo entre o saber teórico e o saber prático. Durante o seu processo já se pode exercitar formas democráticas de se viver, evidenciando as realidades. Aprende-se também que as idéias, as verdades, podem ser questionadas.

A educação popular tem uma postura política que é a transformação social das estruturas de poder e das pessoas a sua condução maior é para a superação do humano, da sociedade e do Estado. É uma educação que tem como princípio o desenvolvimento humano em toda a sua dimensão, considerando aspectos intelectuais, afetivos, sociais, físicos, etc. É libertadora, pois possibilita um olhar crítico sobre a realidade e a compreensão de que as pessoas podem interferir nessa realidade como sujeito ativo. Apesar de reconhecer os condicionamentos sociais e econômicos, existe também o entendimento de que assim como aquela realidade foi construída, ela também pode ser transformada. Para Melo Neto (2001: 68):

A educação popular expressa, ainda, a busca de sua utopia, que é a busca da liberdade. Liberdade no sentido político, cujo exercício se espelha no respeito aos direitos dos outros, mas contendo o germe do rompimento

através da ação política, de regras desumanas. Liberdade no sentido ético, que possibilita o direito de agir das pessoas, sem necessariamente estarem prisioneiras de determinações externas. Liberdade no sentido filosófico, que mostra as condições e limites do exercício dessa própria liberdade, considerando a existência do outro, com a clareza de que o humano não é um ser acabado, posto que histórico. Por fim, liberdade de pensamento, que torna o indivíduo capaz de dizer o que deseja, assumindo também, com coerência, a responsabilidade desse pensar e desse agir.

Liberdade conquistada no cotidiano, num processo de busca da autonomia das pessoas, de todas as pessoas, incluindo jovens, mulheres, crianças como um objetivo primordial, no sentido de se sentirem gente, capazes de transformar a sua realidade, de elevarem-se na sua emancipação enquanto humano, de reconhecerem que sua capacidade humana é bem maior do que imaginam ser. Aprendem que condições sociais interferem nas suas possibilidades de crescimento, bem como têm a percepção de que os problemas psicológicos contribuem nas suas realizações. Assim, fatores sociais e subjetivos interferem na sua realidade, influenciando a ação e o pensamento. O concreto e o subjetivo estão intimamente ligados, seja na ação ou na reflexão, pois em ações concretas existe a presença da subjetividade, assim como nas emoções e nas reflexões existe uma realidade objetiva concreta da qual o sujeito faz parte. Segundo Freire (1992: 97): “Não posso entender os homens e as mulheres, a não ser mais do que simplesmente vivendo, histórica, cultural e socialmente existindo, como seres fazedores do seu ‘caminho’ que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam ao “caminho” que estão fazendo e que assim os refaz também.”

O grupo é um espaço de se sonhar e de se pensar em novas realidades em que se considere a construção de princípios coletivos norteadores de vida, de cidadania, de solidariedade contemplando as questões de gênero, etnia, geração e ecologia. Espaço de realização e de práxis, que se apresenta em alguns grupos populares; grupos que trabalham de forma articulada ou coletiva, como por exemplo, os trabalhadores e trabalhadoras das áreas de assentamento de reforma agrária; em experiências de educação de jovens e adultos nos movimentos sociais; em grupos que trabalham com a experiência de organização das feiras agroecológicas, e entre muitas outras experiências que trabalham tais princípios de educação, uma educação popular que ajuda na construção e superação da realidade.

Pela educação popular são feitas análises da realidade, de compreensão de mundo, em que a situação da vida é evidenciada. Tem uma postura política clara, a serviço das

classes populares, no acesso aos saberes, na construção do conhecimento, na leitura da realidade. A partir de uma metodologia que envolve o diálogo, a educação popular possibilita a problematização da realidade, questiona pelo confronto a diversidade de saberes postos, buscando um saber “maior e melhor”, mais elaborado, em que todos os participantes tenham a possibilidade de compartilhar com os diversos saberes. Segundo Melo Neto (2001: 69):

É, portanto, um processo permanente de teorização sobre a prática que serve ao avanço histórico dos movimentos sociais populares. Como sistema aberto, apresenta-se, ainda, com uma característica determinante, no sentido de poder novas formulações ou ratificar, corrigir ou eliminar aquelas já estabelecidas. [...]deve estar aberta a novas formas de captação da realidade, contemplando o emotivo, o sensitivo e o físico dos indivíduos nesse processo de educação, para além da via intelectual, até então, considerada quase única e, ainda, à ampliação dos sujeitos sociais, ao considerar a complexidade organizativa da sociedade.

A educação possibilita potencializar os saberes e a força das classes populares, seja na Feira, nos sindicatos, nos assentamentos de reforma agrária, nos diversos movimentos sociais, nas organizações não governamentais (Ong's), nos postos de saúde, nos hospitais, no serviço público em geral, na escola formal e até na universidade.

Essa educação popular não tem a pretensão de transformar a realidade social sozinha, mas se entende como necessária às transformações sociais, na dimensão ambiental, ecológica, educacional, na saúde pública, nos direitos dos cidadãos, nas relações de gênero, nos direitos reprodutivos, no respeito às diferenças étnicas e econômicas, assim como, na busca de alternativas de construção de uma sociedade mais justa para todos os homens, mulheres, meninos, meninas, jovens e velhos. E essa busca atravessa dimensões aparentemente invisíveis que permeiam qualquer prática humana e que se produzem na historicidade cotidiana de suas vidas. Não são apenas idéias que mobilizam o humano, apesar de serem necessárias, mas se faz necessário reconhecer outras dimensões que mexam com seu o ser.

A educação popular vem tendo um papel relevante nos processos organizativos das classes populares e na organização dessa Feira. Contribui na memória histórica das organizações populares e tem sido comum a existência de práticas educativas que se fundamentam nesses valores.

Numa sociedade que, contraditoriamente, gera desigualdades, os resultados do desenvolvimento são apropriados por poucos, em todas as dimensões da vida social, inclusive na educação, que também se enquadra neste contexto. Na tentativa de formar um movimento de resistência, as classes desfavorecidas e seus interlocutores criam alternativas e oportunidades, a exemplo da educação popular que compõe esse esforço de luta e resistência. É um campo de diálogo entre os saberes acadêmicos (intelectuais e científicos) e os saberes populares, que ao serem problematizados, compartilhados, analisados e construídos em um diálogo coletivo se constituem em conhecimento igualmente rico e complexo. A construção do conhecimento se dá a partir da realidade, mas não fica restrito aquele universo, pois abre espaço para o acesso ao conhecimento produzido e também problematizado. É fruto de um saber coletivizado, compartilhado, nascido do fértil terreno da discussão e de uma lógica solidária.

Esse trabalho da organização da Feira na perspectiva de *educação popular* é uma decisão política, não porque seja melhor ou pior do que outras formas de abordagens metodológicas, mas porque demanda a transformação das pessoas e do mundo, a favor da vida. Não se trabalha com educação popular para manter as desigualdades sociais, mas no horizonte da transformação e da mudança, não uma mudança unilateral, mas que seja capaz de dar conta da complexidade de “elementos” que permeiam a realidade.

Na dinâmica de transformação da realidade, tanto se mexe com aspectos concretos como também com idéias, sentimentos, valores, visão de mundo que o sujeito tem, com a perspectiva de futuro, com o desenvolvimento cognitivo e com o corpo. Assim, transformando a realidade, as pessoas também vão se transformando. Nesse sentido, a perspectiva, as formas de sobrevivência são diferenciadas e podem seguir diferentes caminhos, podendo tornar significativo as estratégias de sobrevivências discutidas e planejadas coletivamente.

A presença da educação popular em experiências coletivas viabiliza-se na práxis comprometida em problematizar e desvendar a realidade, compartilhar saberes, refletir sobre eles, com o compromisso de construir uma prática libertária compartilhada por homens e mulheres que vivem e reconhecem as contradições sociais e defendem o compromisso político da ação educativa. Isso se expressa a partir de sua práxis comprometida com a transformação social. Segundo Melo Neto (2001: 64):

[...] é uma exigência da educação popular expressar-se pela sua metodologia, teoria de conhecimento, conteúdo avaliação e filosofia como uma prática política. Torna-se prática política na medida em que expressa uma ação coletiva, não se esgotando em possíveis relações entre indivíduos ou pessoa, como a relação educador educando. É uma relação entre todos os participantes das ações educativas com o mundo - relações sociais – objetivando a organização do povo.

Pensar a educação popular nesse campo de experiências, constituindo subjetividades com grupos é compreendê-la como uma prática política que transforma, construindo um projeto de sociedade diferente, um mundo para todos de uma maneira coletiva nos grupos, na comunidade, nas escolas, nos movimentos sociais. As subjetividades das pessoas, contam com os sonhos, os desejos, os planos, a história de vida de cada um, as “limitações” e como esses sujeitos se posicionam diante do mundo. Perceber as subjetividades é elucidar o humano que é o ser capaz de transformar o ambiente, a si mesmo e a sociedade. Para tanto, precisa-se de um olhar crítico, para além do aparente. A medida que reconhece as relações como construções humanas pode confrontar a desumanização como uma construção perversa e destruidora da vida. Visto assim, o humano abre espaço para outra lógica de existência, podendo se reconhecer no lugar de sujeito, dialogando por meio de suas necessidades coletivas e individuais.

Portanto, a educação popular é humanizadora, incentiva o diálogo entre subjetividade e objetividade. Subjetividade como uma relação individual e dialética não podendo ser confundida com individualismo. No individualismo não se constrói educação popular. Dessa forma, a educação popular envolve o sujeito em toda sua dimensão, considerando as intersubjetividades que estão sendo construídas nas diversas dinâmicas sociais.

As subjetividades estão em relação direta com o mundo objetivo podendo ser influenciadas e ideologizadas. Esses aspectos devem ser elucidados pelos grupos que pretendem trabalhar com educação popular. Envolve a conquista da liberdade que deve ser para todos, mas que é ao mesmo tempo conquista de cada um. Pode-se falar em liberdade de expressar seus pensamentos e sentimentos, liberdade de criação, liberdade de viver plenamente esse mundo e compreender que os outros também querem ter essa liberdade. A

plenitude da liberdade só é possível se for para todos e todas, expressando também a igualdade.

As classes populares estão em desigualdade de condições de acesso às riquezas produzidas, aos bens, ao trabalho digno, a moradia, ao lazer, à alimentação, à saúde, e, em especial, à educação e à produção de conhecimento através da pesquisa.

Essas classes não têm uma educação que lhes sirva, que esteja a seu dispor, no sentido de possibilitar o desenvolvimento das capacidades humanas de todas e de todos, capaz de transformar em sujeitos dos processos históricos; promover o diálogo em todos os espaços de atuação; promover a autonomia e a igualdade; proporcionar o acesso ao conhecimento e a participação na construção desse conhecimento; aberta à criatividade, à criação de “formas” de vida e que se respeite a cultura. Porém, faz-se necessário evidenciar na concepção de popular o que tem de ideológico, pois este saber também está permeado por múltiplas influências, advindas particularmente da ideologia dominante. Sabe-se que, dentro da cultura popular, existem muitos elementos advindos da ideologização dominante, cobrando a sua desideologização.

Dessa forma, a educação popular se torna essencial para fundamentar e subsidiar as práticas educativas e a construção da subjetividade em curso que vêm ocorrendo em diversos espaços formais ou informais. *Pesquisar*, olhar para a realidade assim como ela se apresenta. Urge desnudar essa realidade, perceber as múltiplas linguagens e a multiplicidade de suas determinações. Pesquisar é uma atividade de questionamento e compreensão do fenômeno em seus diversos aspectos, inclusive os pontos de discordâncias e de tensão com o que está historicamente estabelecido.

Nessa situação da Feira, faz-se necessário compreender como se deu a participação das pessoas nessa construção de conhecimento. Refletir sobre a realidade conjuntural e as práticas do presente e construir um futuro em que se criem possibilidades de alternativas que sejam pensadas por e para todos/as. A pesquisa pode ser um instrumento para aprofundar saberes, conhecimentos e socializá-los, sem deixar de questionar, de desvendar não apenas o como, mas também os porquês. Segundo Freire (1992: 98):

[...] O que não podemos, como seres imaginativos e curiosos, é parar de aprender e de buscar, de pesquisar a razão de ser das coisas. Não podemos existir sem nos interrogar sobre o amanhã, sobre o que virá, a favor de que, contra que, a favor de quem, contra quem virá; sem nos

interrogar em torno de como fazer concreto o “inédito viável” demandado de nós a luta por ele.

A pesquisa baseia-se na dúvida, no questionamento, em suposições que precisam passar pelo crivo da comprovação, da fundamentação teórica e do compromisso em subsidiar a práxis social que necessita de respostas aos grandes problemas sociais, despertando elementos subjetivos ocultos. Isso em geral não é a prioridade das instituições que financiam e que trabalham com pesquisa. Richardson (1999: 16) adverte: “[...]não devemos esquecer de que o objetivo das Ciências Sociais é o desenvolvimento do ser humano. Portanto, a pesquisa social deve contribuir nessa direção”.

Essa Feira se constitui em ambiente também de um tipo de pesquisa que é útil a eles próprios, descortinando subjetividade e sensações de igualdade, proporcionando momentos que caminham na direção de alternativas que busquem desvendar formas de existência para além da lógica hegemônica de sociedade.

Mesmo com todo avanço com que a sociedade vem se desenvolvendo e todas as suas descobertas em termos tecnológicos, genéticos, virtuais, continuam pendentes as tantas formas possíveis de se resolverem problemas de necessidades básicas do humano. A lógica como essa sociedade vem se desenvolvendo tem uma preocupação com um desenvolvimento humano para todos e todas? E que tipo de sociedade se deseja alimentar?

É no cenário de agravamento dos problemas gerados pela lógica de sociedade alimentada pelo neoliberalismo, cultuando princípios individualistas, competitivos, consumistas, em que tudo pode ser descartável, inclusive as pessoas e as relações afetivas que se evidencia a necessidade de alimentar outros princípios que coloquem a pessoa humana como prioridade.

CAPÍTULO 4 - A VIVÊNCIA DA FEIRA

A necessidade econômica era um dos aspectos que estava nos primórdios da organização, no entanto, só após um processo de cerca de cinco anos de discussão e tentativas é que de fato a Feira veio se concretizar. A necessidade de se organizar economicamente estava presente nos discursos, na vivência e na realidade concreta dos agricultores e agricultoras, mas o processo de criação de uma alternativa de comercialização dos produtos da terra só foi gerada após um período de maturidade do grupo em que se percebeu a importância da organização coletiva para se atingir os objetivos. A Feira Agroecológica, segundo um de seus coordenadores:

Surgiu através da nossa necessidade e da organização como assentados da reforma agrária. Nossa produção é temporária e o produto era vendido ao atravessador muitas vezes perdendo até cinquenta por cento do lucro e mão-de-obra. Então a gente viu a necessidade de se organizar e nossa saída foi se juntar, assentados com assentados de outras áreas e partir para o comércio livre, vender direto ao consumidor. A gente se juntou em grupo, viemos de área de assentamento. Entramos na luta todo mundo organizado, então a gente viu que é se unir para conseguir os objetivos¹¹.

Um dos problemas originário da mobilização em busca de alternativas econômicas era decorrente da comercialização que desvalorizava o trabalho realizado na produção, já que a venda era feita a atravessadores que ditavam o preço das mercadorias a seu favor, no intuito de aumentar seus lucros. Segundo Ieno Neto, (1998: 21):

A comercialização da produção, porém, é um dos problemas mais sérios enfrentados pelos trabalhadores. Via de regra, a comercialização é feita, individualmente, e indiretamente com o atravessador que busca a produção nos assentamentos. Estes, geralmente, impõem preços baixos aos produtos e ainda pedem prazos para pagamento.

O problema da comercialização atravessa a realidade dos assentamentos que ainda não têm “organização” suficiente para direcionar a sua viabilidade.

A necessidade econômica está no princípio dessa organização, porém há uma necessidade de abordar outras dimensões para que o problema seja enfrentado. Para esse intuito, precisavam de elementos que não faziam parte de sua cultura, como o planejamento sistemático, produção agroecológica, comercialização. Precisavam fazer relação entre o que

¹¹ Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

se vinha praticando e o saber que estava sendo produzido e que poderia subsidiar aquela prática.

Antes do assentamento, aquelas pessoas eram empregadas de usinas de cana de açúcar ou trabalhavam como trabalhadores alugados, ou eram desempregados e não tinham autonomia para planejar e comercializar a produção. Mesmo com a conquista da terra, a produção não era suficiente para se manter na terra. A presença dos atravessadores, que monopolizavam a comercialização nos assentamentos de reforma agrária e ditavam os preços dos produtos, limitava a sua autonomia. Esse era um problema comum e exigia um enfrentamento no coletivo, pois individualmente enfraquecia o sujeito e tornava inviável qualquer possibilidade de desenvolvimento que desse sustentabilidade a um projeto dessa natureza. No grupo foi possível a sua realização porque não só os problemas, mas a esperanças, são compartilhadas e o objetivo é viver e trabalhar na terra. Segundo um dos membros do grupo, a Feira:

Originou-se de acordo com a nossa necessidade. Não dava mais para competir com o atravessador. Apareceu a feira como uma das coisas que deu mais certo na agricultura. Porque é um meio de qualidade de vida para nós e para os consumidores. Eu não acreditava mais que podia viver da terra, produzir para vender. Quando olhava o que tinha feito, o que tinha apurado para sobreviver não dava e agora tenho a certeza que produzindo e trazendo para cá a sobrevivência está garantida.¹²

Isso não significa que a história esteja de fato consolidada, pois o processo se dá em um cotidiano marcado por dificuldades econômicas e culturais. Por outro lado, trata-se de um contexto de homens e mulheres que já haviam lutado e conseguido um lugar para viver e trabalhar, gerando fortalecimento das pessoas em busca de outras conquistas, reforçando situações concretas de aprendizagem. Segundo uma das coordenadoras¹³: “A experiência é educativa porque além da gente está aprendendo a trabalhar a nossa própria renda, a gente participa de encontros, de planejamentos e todo esse processo é educativo”.

O que estava claro era a necessidade de se construir uma alternativa que atendesse as necessidades das pessoas, mas não se sabia como e que caminhos seguir para atingir tais

¹² Membro da Feira pertencente ao assentamento Rainha dos Anjos, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

¹³ Membro da Feira, pertencente ao assentamento Dona Helena, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

objetivos. Foi um tempo significativo discutindo, propondo, tentando como comercializar os produtos, sem a presença dos atravessadores. Pensaram em comercializar nos municípios de Sapé e Santa Rita, mas foram propostas que não prosperaram.

Foram diversas as tentativas para se construir essa experiência, com obstáculos sempre presentes. A Feira ocorreu num primeiro momento em João Pessoa, no bairro de Mangabeira. Realizaram-se seis feiras, um tempo suficiente para um momento de parada para avaliação e planejar melhor o trabalho. Como afirma um dos entrevistados¹⁴:

A gente não tinha prática nessa questão de planejamento, de organização da produção, por que o consumidor espera o produto toda sexta. Para você ter um produto permanente no comércio é preciso você está organizado, ter um planejamento, mas os técnicos contribuíram nesse processo em que já estávamos com o desejo e ansiedade de que isso desse certo. Nós continuamos firmes e com grandes preocupações, mas a gente manteve sempre o processo de organização para manter a Feira.

As seis primeiras feiras realizadas em Mangabeira, tiveram uma renda média bruta total de 397,00. Sendo que a receita bruta da primeira feira foi de 765,00 e na sexta Feira realizada deu apenas 250,00, o que inviabilizou sua continuidade. Depois de uma reflexão resolveram dá uma parada para avaliação e planejamento e só reiniciaram quatro meses depois, no dia 10 de maio de 2002 na UFPB. A arrecadação começou com a renda de 527,00 e foi aumentando progressivamente e no dia 06 de outubro de 2006 chegou a 4.075,00. No início da realização da Feira eram apenas 10 famílias envolvidas e atualmente participam 35 famílias.

A prática da comercialização implica em planejamento da produção, da organização, de atender os anseios dos parceiros consumidores. Essa relação de interlocução com o outro produz tanto a necessidade de planejamento para atender expectativas quanto outras necessidades, outras vontades, outras demandas, inclusive em relação à produção. O exercício do planejamento ajuda no racicínio abstrato, pois não se pode mais pensar no concreto e no imediato, mas precisa-se preparar para o futuro. Isso pode ajudar o sujeito a se preparar para realizar uma análise crítica da realidade para além do aqui e agora.

¹⁴ Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

Nesse sentido, a organização está permeada de práticas educativas que fortalecem a aprendizagem de todo o processo produtivo, inclusive a comercialização, e permitem a reflexão e o fortalecimento da construção desse caminho, de busca de alternativas pela sobrevivência. E para a sua viabilidade se faz necessário uma prática educativa com intuito de transformação de postura de vida na direção da realização do que se objetiva. As questões, portanto, avançam muito além dos aspectos técnicos e se dirigem para práticas visando outras alternativas de vida.

4.1 A organização coletiva

O processo de organização da Feira Agroecológica tem suas raízes na luta pela terra na região da várzea Paraibana. A região tem 18 assentamentos de reforma agrária, tendo em sua história marcas da luta e as ações das ligas camponesas na década de 1950.

A dimensão organizativa afirma-se como preponderante na gestação dessa experiência, não só na sua concepção, mas na constituição de toda a mobilização no seio do movimento social popular de luta pela terra, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que esteve presente durante todo o processo organizativo. Várias lideranças da Feira, também fazem parte da CPT. A entidade ligada à igreja católica tem um papel expressivo na luta pela terra no Estado, não só como apoio, mas na organização dos trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela reforma agrária.

Nessa perspectiva, o processo educativo e a mística religiosa têm sido temas transversais, presentes em todos os espaços organizativos dos grupos e em particular nesta experiência.

Isto se dá na relação construída entre os agricultores e agricultoras e a assessoria da CPT que, a partir de uma perspectiva da Teologia da Libertação¹⁵, procura refletir as dimensões da vida, relacionando com a espiritualidade. Esse aspecto é muito forte e acompanha toda a trajetória do grupo, o qual continua utilizando rituais religiosos, a exemplo de oração, leitura e reflexão da bíblia, relacionando-a com a realidade. Segundo um dos coordenadores da feira:

¹⁵ Teologia da Libertação – Movimento que busca unir as dimensões religiosas e materiais da vida, contribuindo à organização dos oprimidos.

Depois da feira, a gente tem um momento de oração muito importante. Não se sai sem fazer a oração. A gente agradece a Deus a forma que saiu de casa até que chegou, por ter comercializado. Pela pessoa que apóia a gente, por aquele que está envolvido nessa luta. É um processo de oração da palavra de Deus. Isso ocorre também nas assembléias, em todo momento de trabalho nosso. A gente costuma iniciar e também finalizar assim.¹⁶

Em seus rituais estão presentes elementos da natureza como dimensões místicas espirituais do seu cotidiano como a terra, a água, os frutos e isso ocorre nas reuniões, nas assembléias, nos encontros, no percurso do processo. Nas reuniões realizadas no final da Feira há um momento direcionado à oração e ao agradecimento coletivo por mais uma feira realizada. Nesse momento, além da religiosidade, existe uma mística¹⁷ entre os participantes que, ao se darem as mãos, reafirmam o objetivo de estarem juntos. Segundo Lima (2003: 83):

A mística diz respeito às convicções, aos sentimentos, às paixões e aos afetos adquiridos não apenas pelo conhecimento teórico das causas da opressão, mas fundamentalmente, pela convivência com as situações de opressão e pobreza e pela luta por sua superação. E a mística encontra-se nas relações amorosas, afetivas, travadas com essa realidade, na convivência e cumplicidade de companheiros e companheiras que compartilham dos mesmos ideais.

Nesse sentido, envolve dimensões de religiosidade, mas também é um espaço de reafirmação daquele coletivo, de intersubjetividades que se aproximam, na reafirmação dos objetivos individuais de satisfação de suas necessidades e de luta coletiva de suas buscas. Nisso, vão se desenvolvendo relações que estão permeadas por aproximações ou distanciamentos nas diferenças e divergências cotidianas, mas que estão guiadas por um eixo comum: a luta pela sobrevivência.

Antes da participação na organização da Feira, seus membros já participavam de outras organizações como a associação do assentamento, o grupo de mulheres, de jovens, do grupo religioso, do sindicato de trabalhadores rurais, do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Comissão Pastoral da Terra.

¹⁶ Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

Existe uma relação entre a trajetória vivenciada nos diversos espaços que permeiam o cotidiano de luta dessas pessoas e a elaboração de uma proposta de desenvolvimento coletivo. Assim, foi no processo de organização da vida, da luta, que eles perceberam que só através da organização poderiam mudar suas vidas. Segundo a entrevistada:

Eu aprendi e isso vem de muito tempo, porque eu comecei a me organizar com essas coisas desde a minha luta pelo sindicato de Sapé. Eu comecei a minha luta pela comunidade de base. A gente vivia na base, onde eu morava era a comunidade de base.¹⁸

Nesse espaço coletivo as informações e idéias foram se ampliando e gerando outras possibilidades. A participação em outras organizações contribuiu para o amadurecimento das proposições que concretizaram essa experiência. Segundo a entrevistada, a existência da feira se relaciona com a vivência dos trabalhadores e trabalhadoras em diversos espaços de luta social que fez com que eles reconhecessem a importância da organização na busca de resolver os problemas sociais:

Foi a questão social, pois as pessoas que participam dessa feira também estão ligadas à igreja e aos movimentos sociais. Então, já estão mais por dentro da realidade das coisas. Isso fez com que se despertasse para esse novo horizonte, uma nova forma de tentar resolver os problemas que a gente enfrenta não só no sítio, mas na Paraíba, no Brasil. Sentimos a necessidade da organização. A gente sabe que organizados se consegue as coisas. Se juntou todo mundo num mesmo ideal e estamos mostrando o trabalho.¹⁹

O fato de terem participado de um processo de organização anterior fortalece o movimento, a medida em que os participantes já vivenciaram um processo de leitura da realidade que, segundo a entrevistada, despertou novos horizontes, uma perspectiva de resolução dos problemas e necessidades econômicas. Além disso, a experiência tornou-se referência para outras organizações populares que estão buscando alternativas de vida numa perspectiva coletiva. Nessa sentido, aponta-se para a necessidade de organização econômica do próprio grupo, mas também para uma perspectiva de socialização do conhecimento elaborado na construção da experiência para outras organizações que

¹⁸ Membro da Feira, pertencente ao grupo de mulheres do assentamento Dona Helena, texto de entrevista realizada para essa pesquisa.

¹⁹ Membro da Feira pertencente ao assentamento Dona Helena, texto de entrevista realizada para essa pesquisa.

desejem conhecê-la, para que possam perceber se aquilo faz sentido na construção de sua realidade.

Esse acesso ao conhecimento prático e teórico, elaborado a partir das experiências, tem sido um dos aspectos fundamentais na origem desse tipo de organização. O que na realidade já vem se constituindo como prática nos movimentos sociais e organizações populares, como no caso dos intercâmbios de experiências. Os intercâmbios têm sido um espaço privilegiado entre os trabalhadores e trabalhadoras que apresentam nesses momentos suas experiências através do diálogo com os demais que têm interesses em conhecer os aspectos teóricos e práticos vivenciados pelos experimentadores/as. A própria idéia da Feira Agroecológica deu-se a partir de intercâmbios de experiências já existentes que também lhe serviram de referência²⁰.

Há uma diversidade de intervenções que interferem na práxis dos movimentos sociais nesses diversos espaços, em que se vai produzindo uma cultura de aprendizagem coletiva. Os sujeitos que desenvolvem suas experimentações sentem o prazer de expressar todo o caminho percorrido para desenvolver aquela atividade, abrindo um processo de discussão que tem buscado elementos sustentáveis ecologicamente da cultura local e mobilizado outras alternativas na perspectiva popular, em que os sujeitos sociais vão se educando entre si.

A estratégia desse tipo de abordagem é que, a partir da sua vivência, os humanos vão se apropriando de um tipo de conhecimento que vai sendo elaborado e alimentado por outras alternativas. Estas vão se relacionando através das organizações populares, dos movimentos sociais, das ongs, de algumas iniciativas governamentais. Dessa forma, esse não é um processo de intervenção única e pontual, mas decorre de intervenções construídas historicamente na vida dos sujeitos que ao transformar a realidade também vão se transformando. Segundo um dos coordenadores, entrevistado desta pesquisa:

O processo de mudança é fantástico. Desde o início eu lembro que eu era um cara que cortava cana, não tinha onde morar, não participava de organização nenhuma. Então, o processo de luta pela terra, do início até agora, ele tem sido fantástico. Com esse processo de discussão da produção, comercialização e organização, a gente aprende a cada dia com

²⁰ Um dos técnicos em agropecuária visitou uma feira no Rio Grande do Sul e o próprio grupo participou de um intercâmbio para conhecer uma feira agroecológica em Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco.

o professor, com o técnico, com o trabalhador, com o aluno da Universidade, etc. Então, isso, queira ou não, a gente cresce.²¹

Subjetividades outras vão se produzindo no seio desses movimentos que alimentam a práxis de seus participantes. Poder falar, intervir, propor, criar, participar, planejar, mesmo que para alguns seja de forma ainda inibida, tímida; a partir da participação no grupo o indivíduo mobiliza algo em que se reconhece com o outro. O desejo de transformar a sua própria realidade, as suas condições de vida, encontra no outro alguém que também compartilha necessidades. Uma relação alimentada por uma organização coletiva, por um processo educativo popular, por acesso a experiências que vêm dando resultados significativos e que têm movido sujeitos numa perspectiva de alternativas de vida para as classes populares.

A necessidade de sobrevivência faz com que os sujeitos se insiram na luta, não só na crítica, mas na busca de proposições que levem a ações efetivas que respondam a essas necessidades mais próximas, procurando manter tudo em discussão.

4.2 A ação educativa para outra economia

A educação popular lida com processos educativos voltados para a emancipação das classes desfavorecidas. É um fenômeno educativo que tem como centro uma visão diferenciada de mundo, de trabalho e do próprio humano. Promove a valorização do trabalho das pessoas e, com um olhar filosófico próprio, uma visão de mundo voltada à melhoria de vida das pessoas. Educação popular é uma metodologia de promoção de ensino e aprendizagem de conteúdos específicos de interesse dos grupos humanos que buscam a sua própria organização.

No entanto, apesar do seu papel imprescindível, a educação precisa está articulada com outras dimensões essenciais às transformações das desigualdades vivenciadas pelas classes populares. Nesse sentido, a educação popular faz parte da constituição desse grupo e acompanha todo o seu movimento organizativo. Essa visão de mundo tem como ponto de partida a realidade das pessoas, assim como a promoção de princípios éticos voltados à valorização humana, ambiental, social e destacando também o econômico. Num processo

²¹ Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

educativo que vislumbre a superação da situação de necessidade econômica extrema das pessoas, acompanha a busca de liberdade, de autonomia, de igualdade e de felicidade dessas pessoas.

Uma educação que propicia o diálogo com outros conhecimentos, procurando torná-los disponíveis às classes populares. Embora não resolva a situação financeira imediata, a educação popular contribui na compreensão do contexto social, dos avanços tecnológicos, da organização do capital e, sobretudo, traz para as discussões a pauta principal que é dimensão ética norteadora das ações das pessoas, fortalecendo as dimensões do humano e a busca por alternativas como a cooperação, em contraponto à lógica da exploração econômica e anti-humana.

No contexto atual, uma das possibilidades é o ressurgimento de uma forma de economia com outras perspectivas que se concretiza como Economia Solidária, com pretensão de contraposição à lógica de organização econômica, social, ambiental. Construir uma práxis que venha apontar para mudança da vida das pessoas é uma necessidade da espécie humana, sobretudo daqueles que se sentem explorados, mas também para biodiversidade, pois essa lógica capitalista de desenvolvimento tem sido destruidora de vidas. Pensar junto outras possibilidades que tenham como prioridade criar formas de vida, de praticar outro tipo de economia, de ir numa direção diferente do modelo vigente. Um dos membros da coordenação da Feira afirma que:

A primeira coisa é trabalhar a produção familiar que valoriza o trabalho da família, valoriza seu próprio trabalho, seu próprio esforço e depois a chamada mudança de economia. Não é aquela economia que só pensa em ter lucro, mas uma economia voltada para o excedente, ou seja, negociar, vender só o excedente, por exemplo, não é só a questão de vender, mas de trabalhar; trabalhar a consciência que a gente tem que ter cuidado com a natureza, com o meio ambiente, porque tudo isso faz parte desse contexto nosso. Se a gente pensa só em produzir e não pensa naquilo que está dando o produto, com certeza num futuro muito próximo a gente não vai ter esse produto que nós estamos tendo hoje. Uma vontade nossa é trabalhar na produção, também trabalhar o chamado sistema ecológico. Vamos tentar interagir pessoas, animais que surja em volta. A nossa filosofia é trabalhar essa questão, essa convivência com o meio ambiente,

que dificilmente a gente ver isso nas grandes produções, aí, que só pensa no lucro.²²

O modelo de desenvolvimento que se confunde com desenvolvimento econômico não serve para as classes populares, pois é provocador de exclusão. Nesse sistema, o intuito de desenvolvimento não tem como finalidade resolver os problemas da humanidade, mas gerar riquezas para um grupo de privilegiados que ganha com a acumulação do capital. É gerador de profundas necessidades para a maioria da população e provocadora de injustiças sociais acumuladas historicamente.

A ética elaborada dentro dos valores hegemônicos não aponta para a correção das injustiças sociais, pois ela está pautada em princípios baseados na reafirmação do acúmulo de riquezas, da regulação dos mercados, do compromisso com o endividamento interno e externo, em atingir metas economicamente estabelecidas por seus credores. É uma ética geradora de dependência e não de autonomia das nações dos povos e das pessoas.

Que tipo de alternativa econômica poderia dar conta de dimensões outras que não apenas o lucro acima das necessidades humanas e ambientais? Será possível se constituir uma economia pautada em outros valores, numa outra ética em que o valor central seja a pessoa humana?

Aos que promovem a construção dessa possibilidade, a *economia solidária popular* tem apontado algumas pistas a partir das experiências vivenciadas por grupos excluídos do sistema, que têm procurado caminhar por *outros caminhos estratégicos*, pensados por movimentos sociais, grupos, organizações, assessores e intelectuais. Essa abordagem diz respeito à necessidade de uma camada da população que se encontra excluída ou em processo de exclusão social. Sendo assim, há uma necessidade humana de se construir um outro caminho.

A concretização desse novo caminho diz respeito a uma *produção coletiva* de se investir em educadores populares, intelectuais, pesquisadores, grupos populares, movimentos sociais ou quem mais estiver sensível em desvendar outras “possibilidades” de vida, de economia, de construção coletiva, de trabalho, de renda e que tenha como base a

²² Membro da Feira, pertencente ao assentamento Dona Helena, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

emancipação humana “libertária” por meio de sua autonomia e sua criatividade, tendo acesso ao conhecimento e satisfação ao realizar suas atividades.

A economia solidária popular não se constitui na única possibilidade de outras utopias, porém considera dimensões essenciais na construção de uma sociedade para todos e todas.

Segundo um dos entrevistados: “Mudar o sistema de gestão participativa como a gente, poucos pensam nisso. No mundo do capitalismo, individual, todos querem, só pensam em si, em seu pequeno grupo. A terra é para todo mundo trabalhar²³”.

Mas, os valores predominantes na sociedade de economia capitalista enfatizam a concorrência como necessária à regulação econômica. Por sua vez, na perspectiva da economia solidária popular, um dos princípios alimentados é a relação de *cooperação* entre as pessoas; não se precisa derrubar o outro para a manutenção de si mesmo. A presença do outro fortalece distintas possibilidades em construção no intuito da busca de inclusão do humano com direito de construir seu próprio caminho na relação com o outro. Segundo o entrevistado:

A gente traz o produto que é nosso mesmo, a gente produz na própria terra e traz para comercializar. A gente não fica como um tipo de competição que há na feira livre tradicional. Uma competição de preços e um querendo ser melhor que o outro.²⁴

Outra dimensão essencial na construção de uma economia solidária popular é o da solidariedade como um valor ético humanizador nas relações em função da vida, uma vez que esta é mais prazerosa vivenciada na solidariedade. Acrescenta-se a isso o fato de que as classes populares precisam, para sua própria sobrevivência, ser solidárias entre si, tendo em vista que se encontram em desvantagens sociais, econômicas, tecnológicas, ambientais e culturais.

Essas experiências, em particular a Feira Agroecológica, têm demonstrado que, a partir da organização de mulheres, homens e jovens, é possível construírem-se alternativas de vida que não estavam necessariamente elaboradas, mas que a convivência em grupos, em movimentos sociais, tornou possível uma *aprendizagem* que o espaço individual não

²³ Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

²⁴ Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

possibilitaria. Nesse sentido, uma dimensão necessária que se aponta é a convivência em grupos, considerando a importância das ações coletivas para a implementação da transformação.

Na economia solidária popular, outro aspecto necessário é que a experiência seja permeada por um tipo de *educação acessível a todos e todas*, não sendo qualquer tipo de educação já que se tem propósitos claros de construir estratégias de transformação. Uma educação que não atenda esses propósitos não serve, porque é fundamental, sim, aprender a ler e a escrever, porém outras aprendizagens são necessárias à vida, para entender a realidade e para sua transformação. Nesse sentido, a educação popular tem sido transversal nessa experiência também econômica, pois acompanha a prática de organização desde a luta pela terra.

Uma outra dimensão que tem sido significativa são as *relações* que vão se dando nos movimentos. Conhece-se o sujeito, compartilham-se os problemas, traçam-se estratégias de enfrentamento, de debates, de divergências e de afetos. Vão se construindo relações que são necessárias para a sustentabilidade do grupo. Como a que tem sido desenvolvida com os consumidores parceiros da Feira, criando uma relação de parceria e confiabilidade. Segundo um dos participantes: “O nosso produto é todo natural, a gente vende nosso produto e garante que é um produto que não leva produtos químicos, então cria uma credibilidade com o consumidor.”²⁵

Nesse sentido, desenvolvem-se relações de cooperação, tanto para dentro do próprio grupo como para além daquelas relações, sendo alimentadas pela relação com consumidores, apoios, movimentos sociais.

Segundo o entrevistado, a aproximação tem contribuído para construção de relações mais afetuosas entre os produtores e consumidores:

O que eu tenho a dizer a todos que se empenham no nosso trabalho que tem dado um grande apoio a gente, eu não tenho nem palavras para dizer o quanto agradeço, esse pessoal, dentro da universidade, os professores, as professoras, os alunos. É com grande apoio dessas pessoas aqui dentro, a gente tem aquela amizade tranqüila, que a gente tem essa amizade com esse povo daqui, é uma clientela boa²⁶.

²⁵ Membro da feira, pertencente ao acampamento Ponta de Gramame, texto de entrevista realizada para essa pesquisa.

²⁶ Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

Relações afetivas têm se desenvolvido no interior da Feira e também faz parte da multiplicidade de dimensões que dão sustentação a sua existência.

Porém, mesmo em experiências bem sucedidas aparecem negativismos e tendência à desistência, o grupo, contudo, tem tido um papel fundamental no cuidado com as relações que, mesmo aparentando contradições, conseguem se manter e dão apoio uns aos outros. Existe uma estrutura da organização em que as dificuldades são discutidas, compartilhadas e as soluções são buscadas coletivamente, conforme um dos entrevistados que destaca:

Quando um companheiro nosso está fraco na produção dele e muito triste por não estar tendo renda suficiente ou a que ele esperava, então, os companheiros, aqueles que têm uma energia mais forte, dão uma força.”²⁷

Nossa preocupação nesse momento é elucidar as dimensões que têm sustentado essa experiência e esse compartilhar coletivo e os problemas e as responsabilidades que têm dado pistas para a sustentação, especialmente em relação à manutenção do grupo e de sua estrutura financeira.

Reconhecer problemas que tendem a ocorrer nesses grupos não deve ser um obstáculo à sua concretização, pelo contrário, deve servir como ponto a ser discutido pelos grupos que desejem se fortalecer e continuar crescendo juntos. Entrevista realizada para essa pesquisa com um dos coordenadores mostra que:

O processo aqui é numa visão da economia solidária onde o grupo todo quer crescer. O grupo tem uma visão não só individual, ou seja, eu não visto só o financeiro, nem o crescimento meu ou da minha família, mas o processo organizativo do grupo. É o grupo que tem que crescer, que tem que se desenvolver, que tem que mostrar para sociedade que esse é um processo diferente, até porque a produção é diferente. E o processo da agroecologia onde traz todo um envolvimento de bem estar, numa visão de futuro para todos e isso tem dado uma visibilidade para a sociedade²⁸.

Assim como os problemas são enfrentados coletivamente, existe também a força, a energia que o trabalho em grupo possibilita. Porém, a satisfação das necessidades, de resolver a questão econômica, é evidentemente central na experiência, só que o caminho se diferencia da prática hegemônica da sociedade. Mas tem se constituído num espaço de

²⁷ Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

²⁸ Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

alternativa econômica para aqueles que não tinham acesso a uma renda. Conforme é destacado por um dos entrevistados: “Só a gente saber que passa um dia cansativo, mas só em saber que a gente está unido ali no grupo; está tendo um lucro para nossa família; saber que vai voltar para casa já com o dinheiro da feira, isso é o que mais anima a nossa vida aqui na feira.”²⁹

Uma alternativa econômica que se concretiza na vida cotidiana das pessoas envolvidas.

A economia solidária popular insere-se nesse conjunto de conhecimentos tornados acessíveis a esse grupo. As peculiaridades, a criatividade, a cultura, a vivência anterior do grupo são importantes, porém se faz fundamental que os grupos populares se apoderem das tecnologias, do conhecimento produzido para fundamentar a sua prática. Tem que se estar atento à produção, pois se esta lidando com sujeitos, com movimentos sociais, com grupos e isto tudo requer um cuidado uns com os outros, com o desenvolvimento da própria pessoa humana, em termos econômicos, sociais, emocionais. O que se produz no interior desses grupos? Como eles se “alimentam” num contexto tão adverso? É necessário compreender que subjetividades estão sendo desenvolvidas nesses espaços e na sua lógica cotidiana. Entende-se que as concretizações se dão por sujeitos humanos através de seu pensar, do seu sentir, do seu desejo, do sonho, da necessidade de sobreviver que faz com que a realidade se transforme através do seu trabalho.

Compreender a educação popular voltada a uma especial economia, como intervenção social, como fomentadora de produções subjetivas na direção da concretização de transformações sociais tem sido o intuito dos movimentos sociais populares, objetivando criar alternativas na direção da equidade social, da solidariedade, do respeito à vida. Nesse sentido, esses valores precisam estar evidenciados, fazendo parte de todo o processo educativo que é a própria práxis.

Segundo Ieno Neto (2005:46)

Os conteúdos subjetivos de ordem emancipatória emergem quando os assentados explicitam, através dessas práticas, a percepção de que estão participando da construção de uma história que, para eles, está sendo diferente do passado, pois, agora se percebem como os protagonistas principais dessa construção, de forma objetiva, concreta e deliberada, na

²⁹ Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

perspectiva de seus projetos de vida. Essa liberação, no entanto, implica assumir as responsabilidades e confrontos decorrentes dessa construção como um desafio pessoal e coletivo.

O trabalho em grupo pode não ser necessariamente o desejo das classes populares e nem mesmo uma economia definida pela ética da solidariedade, porém se apresenta como uma necessidade para a sua sobrevivência, tendo em vista que existem problemas de ordem social, econômica e ecológica que são muito evidenciados. Inclusive porque as contradições da lógica individualista estão presentes nas suas subjetividades. Porém, para os excluídos, o individualismo só limita suas chances de encontrar soluções para os problemas.

São problemas gerados no social, de uma complexidade que exige um esforço coletivo nas elaborações e nas soluções. Um problema social é de responsabilidade de todos, porém se não há uma preocupação social efetiva que dê respostas as questões urgentes, faz-se necessário que os atingidos se unam para resolvê-los.

O grupo tem sido um espaço de elucidação dos problemas desses sujeitos e de enfrentamentos na construção de suas perspectivas.

4.3 A educação popular

O reconhecimento da importância da dimensão econômica como mobilizadora da concretização da experiência não minimiza outras dimensões relevantes da vida, como o cuidado com a biodiversidade, a preocupação com aspectos subjetivos e afetivos, dimensões estas que ajudam a pensar uma sociedade em bases sustentáveis e não como algo acabado.

Nesse sentido, a organização da Feira tem criado vários espaços em que a questão educativa permeia a afirmação de cada sujeito compartilhando conhecimentos e sensibilidades, que vão se tornando significativos para o seu ser social, tendo em vista que o conhecimento se constrói no social.

Um dos entrevistados destaca que:

A forma educativa é até nas formas de reuniões, nos intercâmbios, nos cursos, nas capacitações, que sentem, nas parcerias que vêm outras pessoas com outras visões, com outros conhecimentos e aí tem se dado a

formação para cada um. Quem realmente participa tem crescido³⁰.

A educação popular que atravessa todo o processo de criação, realização e avaliação da experiência da Feira ajuda a elaboração de proposições de grupos a potencializar sua própria organização. Configuram-se, assim, processos de reflexão, compreensão, elaboração de possibilidade de existência. Como mostra a entrevista:

A gente teve alguns cursos de como comercializar, produzir adubos e inseticidas naturais. Nesse processo, a gente entende que todo dia-a-dia de nossa caminhada é educativa. Mas, além disso, no momento da assembléia tem o momento de confraternização onde se dá essa educação³¹.

Os momentos educativos têm ajudado a desenvolver outra postura diante da realidade, possibilitando o acesso ao conhecimento, a compreensão crítica da realidade, o poder de intervir na construção de outras realidades, determinadas por um planejamento de sujeitos coletivos. Processos esses com propósitos claros de servir de subsídios para mobilização dos sujeitos e ajudar na busca e na construção de um tipo de realidade social mais humanizante, em que ao transformar as coisas concretas a seu favor, da humanidade, portanto da natureza, também o homem e a mulher tenham como desejo a transformação do próprio ser na busca da justiça social. Com esses propósitos, não pode ser qualquer educação.

Nos processos de reforma agrária, assim como em outros espaços de transformação e também na Feira, as contradições estão sempre presentes. Nesse sentido, esse tipo de experiência passa a alimentar o sonho de transformação social de forma coletiva, produzindo subjetividades e realidades mais coerentes, procurando uma aproximação entre o planejado e o desejado.

Porém isso não significa que essa experiência esteja permeada por um processo educativo que se isenta dos valores capitalistas e de todos os seus condicionantes. A organização das classes populares, o processo de aprendizagem se dá pelo entendimento da

³⁰ Membro da assessoria técnica da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

³¹ Membro da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

produção do conhecimento, assim como o humano, está em movimento, e sempre aberto às mudanças.

Esse processo ocorre por existir uma relação intersubjetiva entre os sujeitos através de um diálogo que envolve não só a fala e a escuta, mas também a possibilidade de se conectar com o mundo do outro, assim como ser tocado por seu mundo, envolvendo dimensões cognitivas e afetivas. Isso vem confirmar a perspectiva de Melo Neto (2004: 96) quando afirma:

Cada um pode se comunicar e tomar conhecimento das idéias e sentimentos – sofrimentos, divergências e perspectivas – dos demais tornando possível a discussão ou momentos educativos de ensinamentos e de aprendizagens. O diálogo, como uma capacidade humana de perguntar e responder ao outro, assegura essa possibilidade.

A aprendizagem coletiva possibilita a construção de outras subjetividades pautadas em outros valores. No entanto, a importância de se aprender na luta não tira o mérito da da educação formal. Assim, os espaços educativos são essenciais para alimentar a experiência, sendo assim, além do momento da comercialização, o grupo tem como espaço educativo permanente as reuniões pós-Feira e as assembléias mensais em que todos participam. Essa experiência da Feira Agroecológica não pode se sustentar em subjetividades capitalistas, do contrário desaparecerá o sentido de sua existência.

Quem fala e quem escuta sai do lugar de mero espectador para atuar, sendo sujeito não apenas do diálogo construído nessa relação, mas porque esse exercício mexe com as construções subjetivas em sua relação com o seu lugar no mundo, com o seu agir sem nunca está sozinho. Segundo Sáder (1988: 57) “ao exprimir algo o sujeito não apenas comunica algo aos outros mas também para si mesmo.” A medida que o sujeito vai se expressando também possibilita a comunicação com os outros e a re-elaboração do seu próprio pensamento.

A práxis educativa, permeada pelo subjetivo e conectada com o objetivo, possibilita que a realidade concreta e a realidade subjetiva possam ser problematizadas, elucidadas, embora não haja transparência total, mas questionamentos e aproximação. Existem questões que ficam na invisibilidade, na inconsciência, não aparecendo claramente na realidade. Sentir que a partir do reconhecimento da realidade historicamente construída é

também possível interferir na mesma. Reconhecer-se enquanto sujeito que pode modificar a sua história.

No início das construções subjetivas dessa proposta de comercialização, o grupo não tinha claro como concretizá-la, mas existia uma vontade e uma esperança. Em alguns momentos essa vontade apareceu com muito mais força, assim é que o grupo conseguiu construir a proposta de uma Feira com a contribuição de seus apoiadores.³²

4.4 A vivência com desafios

Mesmo reconhecendo o percurso que vem se desenvolvendo, não tem sido simples os desafios para a realização e a manutenção da atividade. O principal problema abordado pelos participantes tem sido a produção, tanto em relação à quantidade quanto à diversificação, acompanhado, ainda, de uma necessidade de se diferenciar com a produção agroecológica. Segundo um de seus membros:

Nós temos grande dificuldade na forma de produção porque viemos da cana, da monocultura, do abacaxi, da mandioca. Não tinha noção de trabalhar diversificado, sem veneno químico. Tudo isso era mandado, nós não tínhamos a prática de planejamento.³³

Com a conquista da terra mudaram-se as relações de trabalho, foi eliminada a figura do patrão, todavia o jeito de atuar permaneceu. A autonomia para produzir de forma diferenciada exige uma transformação de concepção de vida. Essa concepção de trabalhar a agricultura sem degradar o ambiente, procurando recuperar a biodiversidade foi uma opção escolhida pelo grupo, mas a assimilação é lenta, expressando a própria aprendizagem deles próprios, que não se apresenta como algo pronto. Tendo em vista que a história da produção na região é marcada pela monocultura da cana de açúcar ou do plantio de abacaxi, o uso de agrotóxicos é indiscriminado, sem uma preocupação com os danos causados ao ambiente. Para superar essa prática, o grupo tem se utilizado das formulações éticas reafirmadas no estatutos e no regimento interno, trazendo as questões contraditórias que

³² Assessoria da Caritas, do gabinete do deputado estadual Frei Anastácio e da Comissão Pastoral da Terra. Também teve a influência de outras experiências de Feira Agroecológica que já vinham ocorrendo no Rio Grande do Sul e em Pernambuco.

³³ Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

venham apontar para serem discutidas em grupo. Desse modo, todos vão se educando mutuamente e refletindo de forma coletiva.

A produção tem sido colocada como uma preocupação coletiva vivenciada pelo grupo, seja em relação à diversidade da produção, à quantidade, à qualidade, quanto ao planejamento, à adubação do solo, à dificuldade de água e energia. Estas dificuldades demandam uma cultura de planejamento nos diversos aspectos que não estavam presentes em seu cotidiano, para realização de um planejamento da produção de forma diferenciada. Apesar de o grupo já ter avançado nesse aspecto, ainda é um ponto de fragilidade.



Produtos à venda – diversidade

Segundo um dos coordenadores da Feira, em entrevista para essa pesquisa:

Você tem uma cultura de formação e passa agora a praticar uma coisa diferente, ou seja, praticar não aquela cultura que você viveu, aquilo que você nasceu e se criou, mas outra coisa. Então, isso é muito difícil, mas nós estamos conseguindo.³⁴

O avanço na conquista da terra não significa, necessariamente, que as dificuldades de planejar algo novo como a produção agroecológica seja fácil. Adotar práticas diferenciadas faz parte de uma aprendizagem que não envolve apenas dimensões intelectuais, mas o sujeito que vai mudando a sua realidade e transformando também sua forma de pensar, de sentir e de atuar no mundo. Passa por uma complexidade de aspectos que não podem ser entendidos de forma isolada, sem uma compreensão histórica da realidade. Os agricultores, antes de conquistarem a terra, trabalhavam a partir das ordens dos patrões e não participavam do planejamento, das decisões e nem tão pouco dos lucros. Não precisavam planejar o seu futuro, os outros pensavam por eles.

Na perspectiva de um dos coordenadores, em assembléia: “a gente não imaginava que por trás daquela tarefa que o patrão mandava a gente executar tinha um grande planejamento que ele já tinha feito anteriormente”.³⁵

Nesse aspecto, considerar uma prática diferenciada passa por aprendizagens outras que nem sempre faziam parte do seu cotidiano e que exige reflexão sobre aquela realidade para atuar estrategicamente.

4.5 A agroecologia

Para que a vida seja respeitada é preciso que o homem e a mulher sirvam-se e usufruam dos bens naturais, das riquezas, da biodiversidade, sem que para isso precise destruir os ecossistemas. Na medida em o humano produz, se alimenta, trabalha, pensando na manutenção da vida, da natureza, não esgotando as possibilidades naturais a curto, médio e longo prazo. Os recursos naturais levam mais tempo para se recuperar do que a ação que o homem pode ter no processo de destruição, além da possibilidade de esgotamento das fontes de riquezas naturais. Segundo Caporal (2002: 13):

³⁴ Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

³⁵ Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizado para esta pesquisa.

[...] a agroecologia nos traz a idéia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica.

A agroecologia não exclui o humano da biodiversidade. Ele é o sujeito do processo de construção de uma metodologia de vida que respeita o conhecimento produzido pelos agricultores ao longo da história. É um pensar práticas de convivência do homem e da mulher com a natureza, respeitando o que é culturalmente produzido e questionando as relações socialmente estabelecidas.

Respeito à cultura e à subjetividade não significa deixar de questionar algumas práticas que destruam a vida, pelo contrário, as práticas destrutivas têm que ser evidenciadas em todos os seus aspectos. O intuito é construir possibilidade de convivência com a natureza, através de um desenvolvimento sustentável, abolindo o uso de agrotóxicos, e considerando outras dimensões que envolvem o humano e o ambiente, com a biodiversidade e com os outros sujeitos.

Nesse sentido, a Feira Agroecológica é uma realidade em construção de um modelo agroecológico, não se constituindo assim numa situação pronta, mas em processo de transição.

4.6 Os intercâmbios

Os vários sujeitos formados por agricultores, agricultoras, jovens, homens, crianças, assessorias e apoios possibilitaram uma construção coletiva que envolve conhecimentos de experiências desenvolvidas por outros saberes acumulados historicamente. Envolve saber que existe, conhecer concretamente a experiência e tomar conhecimento através de visitas de intercâmbios. A relação dos participantes dessa experiência com outras que ocorrem em outras localidades tem contribuído no sentido de mobilizar, fortalecer e experimentar jeitos de produzir economicamente considerando as dimensões humanas e ambientais. Segundo um de seus coordenadores:

Nós fizemos várias visitas aos produtores que hoje também comercializa em Lagoa Seca, que é uma área forte na questão da agroecologia. Nós fizemos visitas em Abreu e Lima, Pernambuco, Glória de Goitá e outros companheiros fizeram visitas até fora do país, conhecendo novas experiências, engrossando esse apoio, essa transformação e esse objetivo. Se a gente não mudar, quando for daqui a um tempo, o planeta vai deixar de existir, a gente tem que fazer de tudo para que possa existir a natureza dentro desse planeta.³⁶

Essas visitas não se encerram apenas em ver os outros grupos, mas nelas há uma construção de um diálogo com quem está experienciando outras propostas. Isso se diferencia da exposição de um técnico ou especialista que apresenta, numa reunião, qualquer outra experiência aos agricultores e agricultoras.

No caso das visitas de intercâmbio, os sujeitos são os próprios agricultores e agricultoras que expõem suas experiências, fato que envolve um processo de diálogo em relação ao que se viu, sentiu e percebeu, pelo olhar de quem também tem suas experiências, sua cultura, história de vida, e experiências deixadas para trás. Um dos membros da feira afirma que:

Nós já tivemos visita de intercâmbio do pessoal do sertão, que já tiveram aqui. Nós colocamos para eles nossa experiência, nos visitaram. Nós fomos lá ajudar eles criar uma organização deles. Quer dizer, o que a gente tem muito material em vídeo, escrito, então nós passamos para eles. Nós mesmos sabemos aquilo colocamos para eles como é nossa experiência. Como, também, a gente traz de fora outras experiências, porque a gente tem que se renovar, senão a gente pára no tempo.³⁷

A partir de sua práxis, percebem-se outras possibilidades. Mexe-se com esperança, com os afetos, com o reconhecimento de si mesmo, com sua valorização enquanto sujeito. Existe um sujeito ali que está experimentando fazer e que está tendo resultado. Vivendo em semelhantes condições não seria possível também construir algo que atendesse as suas necessidades?

³⁶ Membro da coordenação da feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

³⁷ Membro da coordenação da feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

4.7 O incentivo à convivência

Essas possibilidades ampliam o campo de visão dos agricultores e agricultoras que não pensam apenas a partir da sua própria experiência, mas a partir do conhecimento de experiências que vão além apenas do ver. Há o relato, a reflexão e a análise daquilo que experimentou, momentos mais evidentes nas *visitas de intercâmbio* que ocorrem entre os agricultores.

A sustentabilidade econômica é um dos aspectos fundamentais e para isso se busca trabalhar com a diversidade produtiva, que tanto ajuda na recuperação do equilíbrio ambiental, como também não cria dependência exclusiva de uma cultura. O objetivo é construir uma práxis que além das respostas meramente econômicas, possa se pautar em princípios que façam parte do projeto de vida das pessoas, das famílias, das comunidades e do planeta. É a globalização de uma concepção de vida que tem um projeto de sociedade diferenciado do modelo capitalista, porque tem a vida como princípio fundamental e prima pela convivência harmoniosa com a natureza. Os interesses econômicos não se sobrepõem sobre os interesses humanos e ambientais e sobre o incentivo à organização social.

Há o resgate de experiências que ajudam à vida e promovem o convívio sem destruição da natureza como a conservação do solo com o plantio de mudas, as cercas vivas, as barragens subterrâneas, os tanques de pedras, o manejo da caatinga, a criação de animais de pequeno porte, a captação de água da chuva, o incentivo à criação dos bancos de sementes para plantar ou os bancos de sementes para segurança alimentar. Para tanto, se faz necessário a participação da família, a organização comunitária e as redes ou fóruns de discussão sobre essas temáticas.

Pensar e refletir as práticas, fazer planejamentos das ações porque o trabalho não se alimenta na individualidade, mas nas relações é que ele se cresce, se ramifica, se fortalece numa rede de conexões que não faz parte da subjetividade de um indivíduo isolado, mas passa por intersubjetividades desses sujeitos.

Segundo Freire (2003: 208),

[...] o processo de libertação, jamais pude entendê-lo como expressão de luta individual dos homens e das mulheres, mas, por outro lado, sempre recusei a inteligência dele como fenômeno puramente social no qual se

dilúisse o indivíduo, manifestação pura da classe. Pelo contrário, complexo e plural, o processo de libertação se envolve com quantas dimensões marquem fundamentalmente o ser humano: a classe, o sexo, a raça, a cultura.

Assim como as idéias, propostas hegemônicas com princípios capitalistas vão se manifestando no corpo, no espírito, no pensamento, nas subjetividades, na prática dos indivíduos. Conflitam várias concepções de mundo pautadas em outras dimensões como expressão de sínteses que podem estar sendo construídas e reforçadas na práxis cotidiana e fortalecendo o “ser mais”.

4.8 A dimensão subjetiva

Houve uma produção subjetiva construída pelo grupo que gerou o fortalecimento das elaborações que levou à concretização da experiência. Há uma produção realizada por diversos sujeitos, que é o coletivo de trabalhadoras e trabalhadores, de assessorias, de movimentos sociais, da universidade que atuou para que essa experiência pudesse se realizar. A objetividade gera-se na construção do grupo e não se concretiza nela própria, mas na inserção de sujeitos que pensam e que atuam no mundo. Segundo Bock e Gonçalves (2005: 113):

De acordo com a concepção sócio-histórica, a subjetividade é constituída em relação dialética com a objetividade e tem caráter histórico. Isso quer dizer que é na materialidade social que se encontra a gênese das experiências humanas que se convertem em aspectos psicológicos; quer dizer ainda que as experiências individuais e subjetivas são possíveis apenas a partir das relações sociais e do espaço da intersubjetividade, e que estes tem existência e determinação material e histórica; por fim, quer dizer que a subjetividade não está predefinida em cada indivíduo nem constitui-se de processos ou estruturas universais da humanidade.

Nesse sentido, é que a experiência de organização da Feira não se concretizou no momento de sua realização, mas somente a partir de um processo que mobilizou sujeitos que, estando em condições de exclusão, necessitavam transformar a sua realidade social. Foi um processo que não se deu de forma linear, em que todo o grupo tivesse motivado desde o início, mas as relações foram produzindo essa nova realidade a partir de uma

intervenção persistente de seus participantes. O grupo inicial sofreu alteração, pois tanto teve desistência, como aumentou o número de interessados, o que fez com que a necessidade se transformasse, de fato, numa realidade diferente daquela vivida anteriormente. Para um dos membros da feira:

A mobilização que motivou foi a questão de realmente manter o grupo de interesse, unido, participando de todas as discussões, das reuniões. Então, o grupo começou com 10, depois passou para quinze, foi a 25, depois voltou para 12, então, o grupo cresceu, diminuiu, depois cresceu para realmente dá resultado. Tiveram que realizar as feiras e com isso aqueles que começaram a freqüentar assiduamente as reuniões, então foi dando interesse, percebendo que a coisa era viável, que era realmente organizada. Participavam os assentamentos de Padre Gino, Dona Helena, Rainha dos Anjos, Boa Vista e Ponta do Gramame. Com a participação de todos, com reuniões freqüentes, toda semana. Isso fez com que o povo mantivesse unido e realmente sustentável porque é um grupo que discute todos os seus problemas, todas as questões de interesse coletivo.³⁸

No entanto, mesmo sentindo múltiplas necessidades, nem todos os excluídos conseguem inventar uma alternativa de vida que possibilite sua emancipação. Essa experiência em análise, contudo, tem demonstrado que mesmo em condições adversas, é possível que os sujeitos construam um jeito de viver diferente daquele imposto pelo sistema.

Quando o sujeito percebe a sua atuação no mundo, de maneira organizada e planejada, abre espaço para realização de projetos de vida. A partir das batalhas ganhas, abrem-se espaços para outras vitórias, exercitando-o para a transformação. Segundo a entrevistada:

Isso é uma coisa que vai se construindo aos poucos. Não é coisa de você dizer que vai mudar a cabeça no dia para outro não. Leva um processo muito longo para ter uma mudança de vida, de lutar pela terra, de valorizar a terra. É uma mudança de vida mesmo.³⁹

Além de estar permeada de subjetividades, a constituição desse tipo de experiência carrega consigo uma historicidade inerente às vivências humanas que devem ser consideradas, compreendendo-se as múltiplas dimensões do seu processo de construção.

³⁸ Membro da assessoria técnica da CPT, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

³⁹ Membro da Feira, pertencente ao grupo de mulheres, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

Busca-se assim perceber porque essa experiência é assim e não de outra forma. Por que numa sociedade com valores individualistas, competitivos, se caminha em outra direção? Ainda segundo Bock e Gonçalves (2005: 114):

No processo de constituição do sujeito, as experiências contraditórias que lhes são possíveis implicam no aparecimento de concepções contraditórias de sujeito. Ao sujeito do liberalismo, indivíduo contraditoriamente limitado pela realidade social, opõe-se o sujeito-histórico, compreendido como um ser determinado pelo processo social, mas, ao mesmo tempo, determinante dele, a partir de sua possibilidade de agir sobre a realidade e transformá-la.

Há uma organização social construída por sujeitos que são alimentados por uma outra lógica de sociedade, que experimentaram fazer diferente e foram excluídos, explorados, mas conseguiram se organizar em torno da luta pela terra e não pararam nessa etapa. Mesmo com os sofrimentos vividos, houve conquistas, o que possibilitou, também, um processo de aprendizagem.

Nesse caso houve um caminho e um modo de atuar que foram fundamentais para que a Feira se concretizasse. Além dos objetivos, se faz necessário sistematizar o como fazer, para que outras experiências venham a se realizar. Não basta apenas gerar renda, existem outras dimensões que interessam: o que tem essa experiência de diferente de outras tantas que existem dentro da lógica capitalista? Não precisa esperar que o sistema se transforme para que as mudanças no jeito de viver das pessoas mudem, as transformações vão se dando no cotidiano. Um dos membros da feira mostra que:

Com certeza mudou. Só basta a gente saber que não está usando agrotóxico. Faz muito mal para gente e outras pessoas. No momento que a gente está evitando plantar com agrotóxico, a gente está cuidando da gente e cuidando dos nossos clientes também. Não estamos pensando só em nós. Mudou o modo da gente viver, assim, como eu já falei na comida, assim eu sinto, que parece que a gente fica mais nutrida. Quando a gente se livra do veneno parece que a gente se livrou de uma morte, que a gente estava procurando para gente mesmo.⁴⁰

Existe um eixo que permeia toda a práxis: a existência do espaço coletivo que possibilita a potencialização de idéias, do conhecimento, dos afetos e dos desejos. E isso se dá em diferentes espaços, conforme a fala do entrevistado:

⁴⁰ Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

Então você faz um processo desse, tem uma cultura de formação e passa agora a praticar uma coisa diferente, ou seja, praticar não aquela cultura que você viveu, que você nasceu e se criou, mas outra coisa. Então, isso é muito difícil, mas nós estamos conseguindo passo a passo⁴¹.

Quando lutavam pela terra, também lutavam para que pudessem transformar suas vidas, pois ao transformar a realidade, algo vai se transformando nos humanos e novas subjetividades vão se produzindo. O que depende ainda das concepções que estão sendo geradas no interior e no contexto das experiências, nas intersubjetividades. A cada conquista ou fracasso, outras possibilidades podem apontar para uma diversidade de caminhos. A conquista da terra não limita o desejo de transformação, mas abre caminho para novas possibilidades de concretização de uma vida diferente.

O desejo de se desenvolver diferentes possibilidades se potencializam no contato com o outro, nos espaços de convivência que se dão no processo organizativo. A necessidade de construir uma alternativa econômica não surgiu do nada; é um processo de construção que foi amadurecendo, se formando coletivamente através de uma diversidade de elementos que alimentaram a sua existência e novos elementos educativos, afetivos, subjetivos, políticos, sociais, leis, regras e ética.



Café da manhã compartilhado – conversas antes da assembléia

⁴¹ Membro da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

Para uma das entrevistadas: [...] a gente aprendeu a conviver mais junto, se conhecer mais e a partilhar os nossos problemas com os outros e a partilha deu muito certo⁴².

Foi um processo gestado coletivamente, mesmo que nem todos tenham participado da mesma forma, na mesma intensidade, mas cada um contribuiu de alguma forma, com o seu próprio jeito: seja na problematização, nas proposições, na construção do projeto, no processo educativo da organização e da mobilização.

A ênfase nas relações é decorrente de um reconhecimento na necessidade de ter os consumidores enquanto aliados, assim como os consumidores também não encontram esse tipo de produto em qualquer lugar e, por sua vez, estão de alguma forma contribuindo com outras relações econômicas e sociais que vão se constituindo na sociedade. É importante, portanto, que o consumidor reconheça o seu papel nesse processo em construção, não só da Feira em si, mas que contribuições sociais estão gestadas a partir de sua cooperação.

Se os consumidores precisam dos seus produtos e eles precisam dos consumidores, a idéia é construir um elo solidário que possibilite ganho para todos.

Reconhecer que subjetividades estão se produzindo e permeiam a existência dessas experiências é uma questão essencial. Só que, na sociedade capitalista isso se dá na ordem da manipulação, na invisibilidade sutil das comunicações e com bases no individualismo e na competição. Essa construção capitalista não pode ser negligenciada pelos grupos, até para se entender a força da economia hegemônica.

Mesmo reconhecendo as contradições que permeiam essas experiências, que também estão inseridas numa sociedade capitalista com sua cultura e seus valores sustentados por uma subjetividade permeada por sua ideologia, percebe-se que a partir de experiências como a dessa Feira vão se constituindo outros valores, outras lógicas baseadas no diálogo construído na práxis.

Os valores podem ter diversos significados a partir dos interesses inerentes a eles. Valores como solidariedade variam segundo a lógica do sistema. Em determinada lógica pode significar um favor, uma campanha, uma esmola, mantendo as pessoas no mesmo lugar de exclusão. Mas, em outra sociedade, pode significar contribuir para a construção da autonomia e a humanização das pessoas que estão em situação de exclusão social, sendo

⁴² Membro da Feira, pertencente ao grupo de mulheres, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

necessária a sua participação na construção de uma perspectiva libertária que é papel também do próprio sujeito.

Assim, como a sociedade vem se desenvolvendo num projeto diversificado, mas que gera exclusão comprovada nos índices de desemprego, de miséria, de fome, de analfabetismo, também a partir da compreensão humana, do pensar, do sentir, do incômodo, da indignação e da necessidade se pode gerar outras concepções de mundo. A lógica capitalista é alimentada por uma concepção de humano, de mundo e de sociedade que favorece o capital. Outra sociedade está se gestando nessas relações diferenciadas, nessas experiências que se alimentam em outras lógicas, mas isso também precisa estar claro para todos e todas que querem construir um mundo melhor, em especial, para o movimento da economia solidária, que para ser sustentável precisa de produtores e consumidores, solidários.

Dentro dessa lógica de pensamento, há uma produção de subjetividades que favorece tanto os sujeitos envolvidos diretamente no processo de produção como os que estão sendo beneficiados como consumidores, por participarem de um comércio justo e de uma produção livre de agrotóxicos e benéfica para a saúde.

O sujeito sai do lugar de objeto que só responde as demandas do sistema e vai caminhando em outras direções, concebendo outros modos de viver. Nesse percurso, relações afetivas vão se dando na realização da Feira; relações de afeto com clientes, com professores, com alunos e com os pesquisadores. Os feirantes sentem-se valorizados enquanto pessoa em seu trabalho com as conversas que a feira mesma gera, com aqueles que buscam os seus produtos. Segundo um dos entrevistados: “Quando você trabalha, planta, trata e pode vir para a Feira mostrar a qualidade do seu produto, mostrar que aquilo é suor do seu trabalho, há uma valorização.”⁴³

Reforçados em suas raízes, construíram sua própria realidade, saindo de um lugar de conformismo para mobilizar suas energias em função da vida. Segundo outro entrevistado: “A gente tem aquela amizade tranqüila com esse povo daqui, é uma clientela muito boa.”⁴⁴

A organização e lutas para se conseguir a terra foi um momento de luta. Cada um conseguiu seu lote de terra e produzindo isoladamente não foi suficiente para resolver os

⁴³ Membro da Feira, em entrevista realizada para esta pesquisa.

⁴⁴ Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, em entrevista realizada para esta pesquisa.

seus problemas de subsistência. Agora é outro momento em que é necessário continuar junto para pensar como melhorar a vida de cada um e de todos que estão participando.

A economia solidária popular tem o propósito de elaborar os meios para atender as necessidades humanas imediatas e inadiáveis, a necessidade de sobrevivência. Porém, apesar de ser urgente e imediato, não é só para hoje, assim não pode ser imediatista, tendo em sua concepção a sustentação da vida e do ambiente em todas as dimensões.

Há uma necessidade de pensar, projetar o futuro que se quer, diante de um contexto de desigualdade, em que se verifica a produção do desemprego, da miséria, da exclusão do homem e da mulher do acesso aos bens produzidos socialmente e dos disponíveis na natureza. Pensa-se uma outra sociedade, construída em outras bases, cheia de utopias de vida para homens e mulheres.

A vida tem que estar em primeiro lugar e a satisfação das necessidades humanas de sobrevivência não espera. Elas têm que ser satisfeitas já, ao mesmo tempo em que se constroem outras formas de relações como expressões da vida, sejam outros valores, outros princípios, outras relações com a vida, com a sociedade e isso não é tarefa só do indivíduo, mas é responsabilidade partilhada.

CAPÍTULO 5 - SUBJETIVIDADE

O conhecimento a respeito do sujeito nas origens do pensamento psicológico era centrado basicamente no indivíduo, sem uma compreensão das relações existentes com o mundo. Nesse sentido, subjetividade era vista como algo individual, pertencente unicamente ao indivíduo.

A perspectiva de compreender a subjetividade de forma individualizada, centrada no indivíduo, ainda prevalece com fortes tendências hegemônicas. E apesar do avanço em função da humanização do sujeito diferenciando-o dos outros animais, podendo transformar a vida, há uma perspectiva de naturalizar as questões relacionadas ao psicológico, distanciando do mundo material. Essa concepção naturalista e individualista do humano afasta-o de pensar uma postura de humano capaz de transformar sua realidade social. Com uma visão em que há um distanciamento do mundo subjetivo do mundo concreto, é como se um existisse independente do outro, como se não quiséssemos olhar além do indivíduo em si mesmo.

A forma de compreender o mundo e intervir nele também depende de uma construção subjetiva de mundo. Mas que subjetividade é essa que se está falando? Essa categoria apresenta-se como algo complexo em um meio de concepções que surgem especialmente num momento que aparece como tema emergente da “pós-modernidade”. Porém, afirmamos a importância da subjetividade enquanto construção humana em relação com o mundo, num movimento permanente em que ao transformar o mundo o sujeito também se transforma, numa relação entre o individual e o social. Na concepção de Vigotski (1998:40): [...] essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social.

Nesse sentido, o sujeito está em relação com ele mesmo, mas permeado pelo social, pelos outros numa relação intersubjetiva e com relação ao mundo concreto, não podendo se dissociar. Assim, não posso compreender o sujeito em si, a não ser na sua relação com o mundo. Nessa perspectiva, a psicologia sócio-histórica vem subsidiar essa compreensão. Segundo Gonçalves e Bock (2003: 96):

[...] a proposta da psicologia social sócio-histórica é produzir um conhecimento que permita compreender os fenômenos sociais a partir da constituição histórica e social dos indivíduos, de sua subjetividade. Nessa perspectiva, compreender o indivíduo é compreender ao mesmo tempo a relação indivíduo sociedade, superando a dicotomia. Não há uma sociedade externa ao indivíduo; não há um indivíduo a priori ou independente da sociedade. Desvendar os processos subjetivos e sua constituição é desvendar a relação entre o psicológico e o social, compreendida aqui como uma relação de constituição mútua.

As relações existentes na experiência em análise, no caso da Feira, são compreendidas na relação histórica do humano com o concreto e o social. Nessa concepção, o humano é um ser de transformação, mesmo existindo as determinações do mundo material.

Como o humano é um ser em permanente movimento de transformação, essa compreensão nos faz pensar que é possível transformar a realidade em função da vida. Mas o movimento é permeado por uma realidade contraditória, em que a ideologia hegemônica acompanha as construções subjetivas. O humano se constitui como um ser que não age pela sua compreensão de mundo, mas existe uma ideologia que perpassa o seu ser, mesmo que nem se perceba, provocando incoerência na sua relação com o mundo. Segundo Reich (2001: 17):

A ideologia social, na medida em que altera a estrutura psíquica do homem, não só se reproduz nele, mas também – o que é mais importante – se transforma numa força ativa, num poder material, no homem que por sua vez se transforma concretamente e, em consequência, age de modo diferente e contraditório.

Então as percepções, as ações e o pensamento do sujeito desvinculam-se de sua complexidade. Assim, fica mais complexa a compreensão da realidade e o que é realmente pertencente ao indivíduo. Afinal, existe esse indivíduo independente da realidade? Existe uma diversidade de dimensões que nos perpassa a todo instante e que vão além de uma leitura puramente objetiva.

A perspectiva de perceber a realidade e poder intervir nela possibilita o desenvolvimento da criatividade, sensibilidade, inteligência, a busca de um conhecimento que subsidie as intervenções humanas em função dos oprimidos, das classes populares, dos que estão à margem, dos que estão distantes do acesso ao conhecimento e ao poder de

intervir em função de melhorar suas vidas. É nesse sentido que se afirma a importância de uma educação voltada para esse público, que ajude na intervenção no mundo de maneira radical. Entendendo que essa intervenção não se dá em si, mas no movimento humano sobre o mundo. Porém, essa perspectiva carrega consigo uma idéia de sujeito e mundo numa profunda relação que ao intervir no mundo o humano transforma a sua realidade como também é transformado por ela.

É por compreender a possibilidade de intervenção no mundo como algo complexo, que entendemos a necessidade de pensar sobre a realidade numa perspectiva dialética. Se a realidade está de tal forma, é por consequência da ação humana e nesse sentido, pode ser transformada. A medida que se entende essa possibilidade do poder de refletir, de intervir, de transformar o mundo e a si mesmo é que podemos avançar para além de como a realidade se apresenta.

A transformação social a favor da vida deve considerar o movimento dialético entre as questões individuais e coletivas. Esse movimento é polêmico e ainda não conseguimos avançar muito nessa direção. Porém, quando se está pensando numa outra lógica de sociedade, com valores construídos diferente dos alimentados por uma lógica individualista, podemos ir pensando de que forma o bem coletivo poderia existir sem esmagar o sujeito e suas peculiaridades. Como pensar nesse movimento que possibilite a combinação das necessidades individuais e coletivas sem ir para o coletivismo nem para o individualismo. Que sujeitos queremos ser e que sociedade queremos construir, para atender a quem?

A questão é que esses caminhos podem ser pensados considerando uma estratégia de intervenção do ser humano construtor de outras subjetividades que alimentem outra lógica de sociedade, que seja para todos e para todas.

Mesmo reconhecendo-se todas as adversidades que essas proposições enfrentam, é exatamente por elas existirem que há uma necessidade de transformações sociais que já estão acontecendo. Só a perspectiva de transformação de valores em função da vida e não do capital já faz diferença, como vem mostrando esse esforço coletivo da Feira. E isso se dá num processo que não pode ser de um indivíduo, mas de produções subjetivas e intersubjetivas.

A perspectiva do sonho, não pode ser perdida desde que pensado, desejado, construído, gerado, alimentado, aprofundado e inspirado por homens e mulheres que querem construir concretamente outro tipo de sociedade para se viver melhor. Também não pode perder de vista as satisfações humanas durante o percurso de transição para outro tipo de sociedade.

Na perspectiva de Calado (2000: 272):

É fundamental seu respeito à indissociabilidade entre um rumo libertário e seus respectivos métodos/meios que aqui tomamos como um processo de utopia em construção. Utopia que contemple aspectos e dimensões ao mesmo tempo macro e micro-estruturais, capazes de impregnar as diferentes dimensões do cotidiano e de projetar-se na busca incessante de criar e manter condições favoráveis a um tipo de sociabilidade que faça justiça às aspirações mais generosas do gênero humano.

Em que o humano possa realizar-se em todas as suas dimensões, a crítica, a liberdade de expressão, a sensibilidade, a criatividade, a amorosidade, a vivacidade, a produção.

Na concepção de Marx (2001: 141) seria:

[...] apropriação sensível da essência e da vida humanas, do homem objetivo, das criações humanas para e por meio do homem, não deve considerar-se apenas no sentido do ter. O homem apropria-se do seu ser unilateral de uma maneira compreensiva, portanto como homem total. Todas as suas relações humanas com o mundo – visão, audição, olfato, gosto, percepção, pensamento, observação, sensação, vontade, atividade, amor – em síntese, todos os órgãos da sua individualidade, como também os órgãos que são diretamente comuns na forma, são no seu comportamento objetivo ou no seu comportamento perante o objeto a apropriação do referido objeto, apropriação da realidade humana.

Afirmar-se enquanto sujeito, com possibilidade de viver todas as dimensões da vida é tornar-se mais humano, mais gente, e isso se dá, no campo do social e da realização do seu ser enquanto sujeito transformador de si e do mundo.

Isso não tira o reconhecimento das subjetividades inerente à lógica do capitalismo. Nesse sentido, as transformações são processos em curso que precisam ser reafirmados. Através do esforço coletivo de todos e todas que não concordam com a lógica destrutiva da

vida, em sociedade, de todos que sonham com a transformação social, no sentido de construir caminhos para uma lógica humanizante.

Para tanto, o processo educativo provocador de outras lógicas de produção de subjetividades que favoreçam a vida se faz necessária. Assim, Freire (1996: 136) afirma que:

É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógica progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica.

Parece ser sonhador, mas são nessas experiências permeadas por contradições, com todos os valores inerentes ao humano, que se pode experimentar outras possibilidades. Esses caminhos são difíceis de serem percorridos porque são processos em construção numa direção contrária ao sistema. Têm todas as fragilidades de algo em construção, pois o forte é o sistema capitalista que está sustentado em uma lógica predominante de sociedade injusta, excludente e desumanizadora.

As relações que vão se configurando no processo em que o grupo vai realizando suas atividades e o desenvolvimento do processo de aprendizagem também vão alimentando vínculos que dão sustentação ao desenvolvimento do grupo.

Nesse sentido, percebe-se que as resistências iniciais podem impossibilitar o processo de desenvolvimento do grupo, tendo em vista que é preciso um enfrentamento da realidade no sentido de construir outros caminhos, de sair do lugar de manutenção. No grupo, pessoas e realidades se transformam. Quando, a partir de um olhar sobre a realidade, as pessoas percebem que pode ser diferente e esse olhar não mais se dá de forma individual, mas há um compartilhar de diversos olhares, o processo se torna mais fortalecido. As realidades podem ser evidenciadas, as limitações, os impedimentos conscientes e inconscientes podem ser trabalhados.

O grupo é lugar fértil para as construções subjetivas, pois o individual e o coletivo estão em permanente interlocução, diálogo e interconexão. No grupo, as idéias se interconectam, se evidenciam, se relacionam de forma mais intensa. As relações intersubjetivas se acentuam, possibilitam-se outras conexões e outros diálogos.

No grupo, as subjetividades entram em conexão direta e indiretamente com outras subjetividades. Como o ser humano vive sempre em contato com outros, as subjetividades não são produções individualizadas, mas fazem parte do seu contexto e são produzidas socialmente, permeadas por ideologias, ideologicamente contaminadas pelo mundo, pelas pessoas, pelas estruturas e pela política.

Segundo Marx, assim como a sociedade produz o homem enquanto homem, também é por ele produzida, (Marx, 2001). No caso da Feira, aquelas pessoas que a fazem ser, estão construindo o ser delas mesmas.

Nesse sentido, entende-se que realidades e subjetividades podem ser transformadas. O indivíduo não consegue separar a sua realidade objetiva da subjetiva, pois elas estão em permanente relação. Dessa forma, as realidades objetivas são construções permeadas por subjetividades. E as afetividades perpassam o interior dessas relações que se produzem na organização desse processo. Observa-se uma entrevistada:

A relação que a gente tem acho que é como uma amizade que a gente tem um com o outro, entendeu. Eu acho que é uma amizade muito profunda. Tanto na experiência da horta, como na experiência da convivência do trabalho que a gente tem essa ligação. Aquele aconchego um com o outro, que a gente não sabe nem explicar como é aquilo ali, é muito interessante.⁴⁵

Subjetividades essas que não se dão apenas no plano consciente, estando também na invisibilidade da práxis marcada pela história de vida do sujeito, por suas relações afetivas, pela sua cultura, por seu contexto social, econômico. Conforme Winnicott (1994: 105):

É importante recordar que o sujeito, como realidade entrelaçada de múltiplos componentes, vive o acaso, a incerteza, a esperança, a alegria, o perigo, o prazer, a morte, miséria e riqueza. Ele age e é movido pelo passado, por sua história, personalidade, desejos, pelos sentimentos que o atropelam, as marcas da infância sempre presente.

O ser humano é um ser essencialmente de relações e à medida que vai se relacionando vai construindo as suas subjetividade.

Segundo Bock e Gonçalves (2005: 121):

⁴⁵ Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, entrevista para esta pesquisa.

Estamos usando o termo subjetividade para designar essa configuração – que nunca fica pronto – do processo de transformação do mundo, no âmbito do sujeito; desse sujeito que atua no mundo, que vive o mundo, que faz o mundo, transformando-o e submetendo-se a ele; estamos usando dimensão subjetiva para falar sobre a dimensão dos registros simbólicos e emocionais. No entanto, esses registros, além de estarem no campo da subjetividade do sujeito, também estão no campo coletivo, pois se objetivam como leis, valores, regras, significados, ideologias, teorias, ciência e discursos. Assim toda realidade social tem uma dimensão subjetiva.

A subjetividade se materializa em toda realidade vivenciada pelo humano e acompanha todas as práticas humanas, assim como a sua objetivação nas práticas sociais. Analisar o que acontece com o sujeito nas suas relações grupais é compreender as múltiplas dimensões que estão presentes na vida.

Assim como outras práticas humanas, a construção do saber está carregada por dimensões subjetivas que não se dão apenas em ambientes formais. As classes populares que não têm acesso ao saber acadêmico também constroem um outro tipo de saber. Todos os conhecimentos precisam ser analisados no seu interior com um olhar crítico, problematizador. Nesse sentido, para sua autenticidade, é necessária a participação de todos os envolvidos.

E em se tratando de grupos sociais, a formação se dá no processo de luta, ou seja, nas reuniões, nos encontros, nos seminários, nos cursos de formação, nas visitas de intercâmbio de experiências, nas comemorações, nos contatos e nas conversas informais. Mesmo reconhecendo os processos educativos decorrentes da luta, esses não bastam, nesse sentido a educação formal também se faz necessária para a vida dessas pessoas, especialmente devido ao analfabetismo existente na realidade de grupos dessa natureza. Daí que a educação de jovens e adultos se apresenta como uma necessidade de se efetivar enquanto política pública voltada para todas e todos que necessitam de uma educação mais cuidadosa com as pessoas que não tiveram acesso a esse tipo de saber.

Essas relações desencadeiam em produção de outras realidades que vão se transformando, assim subjetividade e objetividade vão dando numa relação dialética entre mundo e sujeito.

Dessa forma, Barros (2001: 86), compreende o grupo como estratégia que produz outras relações, outras conexões, outras possibilidades de intervenções e de intersubjetivações:

Assim, o grupo, como estratégia de formação, opõe-se a utilização do grupo como, simplesmente, mais uma técnica.” ... O que ganha lugar de destaque é a processualidade, o inventar modos de “aprender”, o poder olhar o texto, o contexto e o fora do texto como fluxos que se atravessam constituindo formas.

Nessa concepção, o grupo se apresenta como uma estratégia na formação, capaz de potencializar a produção de conhecimento, de compreender as múltiplas relações que se dão na realidade, de constituir outros modos de existir, de pensar a realidade, de outras possibilidades de intervir no processo de transformação da sociedade.

Ninguém fica no mesmo lugar, no processo grupal há toda uma construção subjetiva que permeia o individual e o coletivo. Ainda para Barros (2001: 85):

Quando dizemos produção de subjetividade estamos querendo apontar para o seu caráter não natural, isto é, para os processos históricos de montagens das formas subjetivas. Nessa perspectiva, a subjetividade não se confunde com uma transcendência, um já dado, um em si, um já aí. São processos que construirão certos objetos de interesse e conformarão modos de existir. Quando nos referimos, portanto, à produção de subjetividade, estamos tomando-a intensivo isto é, enquanto maneira pela qual, a cada momento da história, prevalecem certas relações de poder-saber que produzem objetos, sujeitos, necessidades e desejo.

Nessa concepção não existe um determinismo histórico, porque os sujeitos estão em movimento buscando outras possibilidades, construindo outras subjetividades.

Centrada na concepção de indivíduo, a psicologia adotou como instrumentos de análise psicodiagnóstico, a psicometria, o aconselhamento, as técnicas de dinâmica de grupo, a análise individual. Sem entrar a fundo nessa discussão, a questão que se coloca é se essas abordagens têm dado conta em responder os problemas que têm se desenvolvido por homens e mulheres na sociedade.

Onde houver humano, há subjetividade, então as ações concretas estão cheias de subjetividades. Por mais concreto que seja um determinado objeto, se ele teve a intervenção humana existe a subjetividade. A presença dos humanos se concretiza nas ações dos

sujeitos no mundo. Daí que a compreensão da subjetividade se dá nas construções históricas, numa relação entre sujeito e mundo.

Segundo Bock (2003: 22): “Nossas concepções sobre subjetividades deveriam unir o mundo objetivo com o mundo subjetivo, a fim de compreendê-los como construções históricas a partir da atuação transformadora do homem sobre o mundo.”

A compreensão das produções humanas nessa direção se faz necessária tendo em vista que é exatamente por sua capacidade de pensar, analisar, agir e criar que o humano pode atuar na sua realidade com intuito claro de transformação. Segundo Furtado (2003: 254): “Trata-se de buscarmos referências que definam esse ser da transformação, que estudem sua subjetividade e que relacionem tal subjetividade dialeticamente a condições objetivas de transformação social.”

Existe uma produção em movimento que independe do que pensamos e queremos, o próprio sistema se encarrega de alimentá-la de forma invisível e sutil das leis, das instituições, das comunicações, das relações, enfim da sociedade em geral. Nesse sentido, se faz necessário pensar por dentro do pensamento psicológico que vem se desenvolvendo no social: a que tipo de sociedade estamos servindo? E que projeto de sociedade queremos?

Tendo em vista que a construção das subjetividades ocorre nas relações dos sujeitos e mundo, Lane afirma (2003: 112):

[...] a humanidade é conquista e construção humana que se põe na cultura, nos instrumentos e na linguagem, permitindo que cada homem, ao nascer candidato à humanidade, possa apreender e aprender as formas de ser, de sentir e pensar; possa registrar o já criado e possa imaginar e criar o novo, transformando a humanidade.

A preocupação central nesse momento é o humano. Tendo em vista que não se está só no mundo e que o ser humano só existe relacionado com o seu meio, não podemos conceber uma subjetividade que só consiga entender indivíduo separado da sua realidade social.

Pensar como o conhecimento científico tem subsidiado a produção capitalista, nos leva a concluir que esse conhecimento pode servir a outros propósitos e não mais o da produtividade para explorar o trabalho humano, mas na produção de um trabalho que possibilite uma vida melhor, não dos donos dos meios, mas de quem está produzindo.

Considerando o conhecimento produzido a partir de uma educação popular e sua importância no processo educativo dos movimentos sociais, dos grupos populares, pode-se percebê-lo como fundamental sua base de construção de outra perspectiva de sociedade. Porém, ela só não é suficiente para dar conta da concretização das transformações. Nesse sentido, buscamos abordar a produção de subjetividades como base de um “modelo” de sociedade, seja qual for sua perspectiva. Mas não é qualquer tipo de sociedade que nos interessa. Esse sistema competitivo e excludente não tem dado respostas aos problemas sociais produzidos socialmente. Por isso, nos interessamos pela abordagem da economia solidária que aponta como foco diferenciado outra lógica, fundamentada em princípios de cooperação, de solidariedade e respeito à vida, a partir de alternativas concretas no seio dos movimentos sociais populares, como é o caso da realização da Feira Agroecológica.

É no espaço de convivência que se evidenciam os conflitos de interesse no interior da própria classe, num diálogo que traz consigo os confrontos e as disputas por interesses coletivos e individuais num campo de disputa. E a riqueza é que a diversidade de pensamento é colocada no espaço público, assumindo uma responsabilidade, entendendo que a educação popular não escamoteia as diferenças, assim as subjetividades podem se expressar. Aprende-se a refletir e lidar com as diferenças. A esse respeito Ieno Neto (2005:47) afirma que:

[...] As práticas de autonomia e emancipação, portanto, não escamoteiam as diferenças e os conflitos, mas os coloca como oportunidade dos assentados aprofundarem suas análises sobre o que querem construir nos assentamentos e a partir deles e, frente ao que se apresenta como diferente, assumir publicamente a responsabilidade por suas decisões.

As diferenças, confrontos e contradições estão presentes no cotidiano desse grupo, a diferença é que esses conflitos são expressos e podem se propor soluções individuais e coletivas. Nesse sentido, o processo educativo possibilita esse espaço permanente de discussão e superação para abrir a outras questões decorrentes da vivência em grupo, num movimento permanente.

Assim, a educação popular aponta, nessa Feira, para uma aliança entre o subjetivo e o concreto num movimento indissociável, pois um alimenta-se do outro. A experiência envolve uma relação dinâmica permanente entre dimensões subjetivas, porque é realizada por humano, por pessoas trabalhando, pensando, refletindo, propondo, planejando,

construindo uma perspectiva de vida, relacionando-se com o outro, na inserção objetiva de sua prática, na realização concreta da Feira, fruto da intervenção humana.

Essas e outras alternativas vêm demonstrando que, mesmo reconhecendo as fragilidades dos processos em curso, é possível desconstruir a idéia de modelo único de sociedade estabelecida. Existem possibilidades de reação a serem produzidas no cotidiano, nas organizações sociais sentidas e pensadas estrategicamente pelos sujeitos que desejem construir essas alternativas que também não podem ser únicas. Construídas na diversidade precisam ter um eixo de princípios que as guiem, porém sem perder de vista as necessidades humanas para além do econômico. Essa Feira Agroecológica é um ambiente de produção de subjetividade e bens econômicos.

Na perspectiva de Calado (2003: 26):

Não basta que apenas o rumo seja socialmente generoso, oposto portanto ao do projeto capitalista dominante. Importante também que os caminhos, os valores e o próprio jeito de caminhar dos protagonistas sejam igualmente alternativos. E aqui começa uma longa e interminável caminhada de aprendizado, de autoavaliação e de aquisição de novas atitudes por parte dos que se pretendem protagonistas (individuais e coletivos) de um processo alternativo de globalização.

Um projeto coletivo de sociedade que procura sustentar-se em princípios libertários, precisa toda via exercitar-se em seus ideais, não apenas numa utopia distanciada da práxis, mas esse caminho vai se construindo no cotidiano. Um exercício de experimentação de sujeitos que pensam, sentem e agem no intuito de um outro jeito de viver.

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa nos proporcionou uma análise em torno Feira Agroecológica relacionando a questão da subjetividade, da educação popular na construção de pistas que fundamentem uma alternativa de economia solidária popular num exercício em função não apenas de resolver problemas relacionados ao econômico, mas que exercitem propostas em função de uma sociedade diferente de lógica dominante.

Essa experiência vem da luta pela terra que se desencadeou na luta pelo trabalho, por uma economia solidária popular, fundada na aproximação de uma vivência alimentada por princípios de cooperação, de solidariedade, de emancipação humana, que mesmo reconhecendo todas as fragilidades de uma práxis numa sociedade em que a lógica dominante é o individualismo, a competição, a exploração, o autoritarismo. Alimentar outras subjetividades de forma a reconhecê-las é fundamental para mulheres e homens no movimento de construção de outras utopias em função de uma sociedade libertária.

Homens e mulheres movidos pela necessidade de transformação de suas vidas, compartilhando entre si os seus problemas, respaldados em proposições de luta pela terra, de organização e gestão de assentamentos de reforma agrária, de produção e comercialização de produtos agrícolas, permeados por um processo educativo libertário, comprometido com as transformações sociais, possibilitam a produção de subjetividades outras apontadas como alternativa de vida. No caso, a construção de uma Feira Agroecológica, com desejos de uma economia solidária popular, na esperança de que possam mudar suas vidas e apontar pistas na construção de outras realidades de outros trabalhadores e trabalhadoras em suas organizações.

Nesse sentido, não é apenas a questão de construir outras subjetividades que venham a se contrapor ao modelo capitalista, mas a questão é que tipo de subjetividades estão se constituindo junto com essas experiências. Até porque, insistir nessa mesma lógica significa correr os mesmos riscos de exclusão produzidos pela engrenagem do sistema vigente: a lógica da competição, do individualismo, da desigualdade, da injustiça social, tudo produzido historicamente no social, mas aparentemente naturalizado.

Além de estar sustentada em princípios de igualdade, de solidariedade, de amorosidade, um tipo de educação dessa natureza tem uma intencionalidade de reconhecer

os determinantes sociais; de perceber a intervenção humana como produtora de vida que não tem que ser necessariamente dessa forma. Desmistificar o determinismo redutor das possibilidades de vida. Criar outras formas de atuar de pensar, de ousar, de desvendar faz parte do humano na sua capacidade de refletir sobre o seu trabalho. Instigar a possibilidade de pesquisar, de desvendar, de criar tendo como propósito a vida.

O compromisso em minimizar o sofrimento decorrente das desigualdades sociais é uma tarefa que cabe a todos que sonham em construir uma sociedade diferente para todos e todas, não só para o futuro, mas na prática cotidiana, inclusive profissional. A transformação pode ser pensada a longo prazo, mas ela já começou, além de que a situação de miséria não espera. Nesse sentido, as práticas de economia solidária popular experienciadas na melhoria de vida e nas possibilidades de crescimento humano em si já são exitosas e estão contribuindo para a construção de uma sociedade justa, solidária e igualitária. Experiências que necessitam da crítica para sua continuidade.

É importante destacar desafios que essa experiência suscitam:

- essas experiências são importantes em termos qualitativos, mas só atingem uma dimensão mínima das classes populares, enquanto que a exclusão social avança velozmente produzindo mais e mais miseráveis, nesse sentido, expandi-las também em termos de quantidade;
- essas experiências estão sendo gestadas numa sociedade com valores, com cultura, com regras, com subjetividades aprisionadas pela ideologia capitalista que é contrária aos princípios que embasam esse tipo de experiência;
- minimizar as diferenças econômicas no interior do próprio;
- essas experiências são produzidas numa relação grupal e que abrem a questão de combinar as necessidades coletivas sem aniquilar as individualidades dos sujeitos que estão unidos por um projeto coletivo;
- essas experiências não se sustentam se estiverem isoladas, sendo necessário serem alimentadas por uma rede de experiências dessa natureza;
- a economia solidária popular necessita, assim como nessa Feira, não apenas de sujeitos que decidam produzir a partir de princípios solidários, mas por outro lado, de consumidores solidários;

- a qualidade de seus produtos precisa ser considerada;
- a estética e a propaganda de seus produtos não podem ser menosprezadas.

Não é que os valores estejam dados de outra forma já estabelecida, mas eles estão alimentados noutra perspectiva que se dá num processo embasado em outros valores que vão se produzindo e o que torna isso mais significativo é a perspectiva de emancipação humana.

Essa experiência é diferente da visão de humano alimentada pelo neo-liberalismo, que deseja um humano subserviente às suas idéias, um humano aprisionado na lógica da competição em todos os espaços da vida. E o que resta àqueles que não se enquadram nesse modelo? A idéia é que continuem sonhando com a ilusão de uma outra realidade que pode ocorrer a qualquer momento, porém não conseguem perceber a construção histórica da realidade. Podem reconhecer as condições da realidade que vivenciam, mas não se reconhecem como seres da transformação, limitando a sua ação enquanto sujeito histórico.

O humano, na perspectiva sócio-histórica, se reconhece como sujeito que está inserido em uma sociedade construída na relação com o mundo, com uma diversidade de intervenções complexas, permeadas por ideologias. Mesmo reconhecendo que existem forças contraditórias, movidas por interesses econômicos, sociais, ambientais, atuando na sociedade e que nem sempre podem ser percebidas. É um sujeito que tem a capacidade de pensar, de sentir, de planejar as suas intervenções no mundo, utilizando-se de dimensões que lhes são disponíveis enquanto ser humano.

Existe uma realidade concreta que limita a atuação humana na sociedade, seja qual for a sua perspectiva. Porém, se a lógica hegemônica não está dando conta das necessidades humanas e ambientais, que intervenções poderiam apontar pistas em direção de outro tipo de sociedade? Pela economia solidária popular não existe um modelo que dê conta dessa resposta e isso é saudável ao humano enquanto sujeito desse modelo, exercício de uma práxis que fomenta a aparição do sujeito e sua ação no mundo.

Existe a capacidade humana de criação, de intervenção no mundo com outras possibilidades de vida. O humano está permeado pelas relações com a cultura, história, idéias, mundo, ambiente, que vão se formando em função de um tipo de sociedade com

uma lógica definida. Mudar as concepções, a atuação, a relação com o mundo, requer movimento que é subjetivo, do sujeito em relação à sua postura diante do mundo.

Essa Feira é caminho de construção de utopia, e está produzindo subjetividades constituídas na base para relações humanas mais autônomas e libertárias. A subjetividade está onde a presença humana esteja. Todo fazer concreto passa necessariamente pelo cunho subjetivo.

Evidenciar as subjetividades nessas perspectivas não significa negar os processos de construção de um desenvolvimento coletivo e de um projeto de sociedade, mas considerar que as transformações vão ocorrendo no caminhar, durante a sua construção. Se as práticas se constituírem em fundamentos éticos compatíveis com os princípios de um mundo que se deseja construir, não se pode esperar um dia em que as pessoas vão atuar, pensar e sentir de outra forma. As transformações vão ocorrendo no momento de nossa existência, no cotidiano das relações.

Essa experiência da Feira demonstra que a organização dominante não é a única forma de se organizar em sociedade.

Mesmo reconhecendo a força como o capitalismo vem se organizando, “instalado” nas instâncias de poder das organizações sociais, instituições, ele também (está nas subjetividades) penetra nos sonhos, nos desejos, nas perspectivas, nas relações e nas necessidades.

Utilizando-se de sua “capacidade” de criar, de inventar, em função de suas necessidades, os humanos são capazes de inventar outras formas, outros jeitos de viver. Apesar de sua capacidade de se enraizar nas instâncias concretas e psíquicas, esta pode ir além daquela que o sistema lhe pede ou espera.

Nesse sentido, pensar numa sociedade para todos e todas não se pode negligenciar a intimidade do sujeito, sua subjetividade, que mesmo sendo construída na relação com o mundo, existe um ser em cada um com suas peculiaridades, desejos, vontades, prazeres, sonhos e história de vida, para que se possam experimentar outros jeitos, outros modos de ser, de pensar, de agir e de intervir, transgredindo o instituído.

Mesmo num projeto de sociedade sustentável compartilhado coletivamente, deve haver uma combinação entre as dimensões individuais e coletivas, no intuito de que, além da satisfação das necessidades coletivas, também sejam consideradas a diversidade, a

criação, a intimidade, o jeito de ser, suas subjetividades. É claro que essa combinação não se configura em relações simplificadas, mas com possibilidades de construir modos de existir que sejam em função da vida e da felicidade.

Ser sujeito da vida é se sentir pulsando, participando do movimento de construção do mundo e das transformações humanas a partir das necessidades de mudanças do mundo e de si. Essa relação se dá num movimento permanente, não podendo se analisar um sem o outro, sujeito e mundo. Ao transformar as coisas em função de nossas necessidades, o sujeito vai se transformando, num movimento que pode tender para uma diversidade de caminhos, entre eles a degradação das relações, das condições e do humano ou a sua emancipação que, quando alimentada por um grupo, tem como princípio a emancipação em suas dimensões de criação, de produção, de trabalho, de alegria e de felicidade.

A Feira se concretiza na intervenção de sujeitos que, na relação com outros, foram inventando a sua realidade. Para aqueles sujeitos, sua relação com o ambiente e com os outros vem mudando, tudo isso num processo de intervenção humana, num movimento de aproximação entre a satisfação das necessidades imediatas e a concretização de uma utopia da solidariedade com os outros, consigo mesmo e com o mundo.

REFERÊNCIAS

ABNT. *NBR 6023: Informação e documentação: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *NBR 10520: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2006.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In : CATTANI, Antonio David. (Org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veras Editores, 2003.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILE, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo – As políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BARROS, Regina D. Benevides. Grupo: uma estratégia na formação. In Athayde, Milton, BARROS, Maria Elizabeth; BRITO, Jussara e NEVES, Mery Yale (Orgs.). *Trabalhar na escola? Só inventando o prazer*. Rio de Janeiro: IPUB/ CUCA, 2001).

BOBBIO, Norberto. O Reverso da Utopia. In BLACKBURN, Robin (Org.). *Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BOCK, Ana Mercês Bahia. *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, MARIA da Graça M. Indivíduo-Sociedade: uma relação importante na psicologia social. In. Bock, Ana Mercês Bahia. (Org.) *A Perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópoles: Vozes, 2003.

_____, Ana Mercês Bahia; CONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Subjetividade: o sujeito e a dimensão subjetiva dos fatos. In: REY, Fernando González. (Org.). *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Tecelão da utopia: uma leitura transdisciplinar de Paulo Freire. In RODRIGUES, Luiz Dias e VASCONCELOS, Eymard Mourão.(Orgs) *Novas configurações em movimentos sociais. João Pessoa*: Editora Universitária/ UFPB, 2000.

_____. *O labirinto da educação popular*. In BRENNAND, Edna Gusmão de Góes. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia. Enfoque científico e estratégico*. Porto Alegre, 2002.

ESTATUTO da ECOVARZEA. Sapé, 2004. (mimeografado)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

FROMM, Erich. *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FURTADO, Odair. Psicologia e o compromisso social. In: BOCK, Ana Mercês Bahia.(Org.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. Para chegar lá juntos e em tempo: caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. In: *21 Reunião Anual da ANPED*. Caxambu, 1998.

GARCIA, Regina Leite. *Aprendendo com os movimentos sociais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GONH, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes: 1996.

IENO NETO, Genaro e Thomas Bamat (Coord.). *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa:UNITRABALHO / UFPB, 1998.

IENO NETO, Genaro. *Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido – Projeto Lumiar na Paraíba*. Tese de Doutorado, UFPB/CCHLA/PPGS. João Pessoa, 2005.

LANE, Silvia T. M. Avanços da psicologia social na América Latina. In. LANE, S.T.M e SAWAIA, B.B. (Orgs.). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 1995.

_____. Emoções e Pensamento: uma dicotomia a ser superada. In. Bock A. M. B. *A Perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópoles, RJ: Vozes, 2003.

LIMA, Joselita Ferreira. *A dimensão educativa da mística na luta política do MST*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2003.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MELO NETO, José Francisco de. *Educação popular: enunciados teóricos*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

_____. Educação popular uma ontologia. In. SCOCUGLIA, Afonso Celso; MELO NETO, José Francisco de (Org.). *Educação popular: outros caminhos*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2001.

MILIBAND, Ralph. Reflexão sobre a crise dos regimes comunistas. In BLACKBURN, Robin (Org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

OLIVEIRA, Rosângela Alves. *A Feira Agroecológica da Várzea Paraibana: Práticas educativas para uma economia popular solidária*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2004.

PETERSEN, Paulo; TARDIN, José Maria. *Gestão do conhecimento agroecológico – subsídio para o seminário interno da ASPTA*. (mimeografado) 1998.

SÁDER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STÉDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

TOURAINE, Alain. *O pós-socialismo*. Tradução Sonia Goldfeder e Ramon Américo Vasques. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VIGOTSKI, Levi Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WINNICOTT, D. W. *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1994.

Apêndice A

Roteiro de entrevista

Como se originou a idéia de participar da Feira Agroecológica?

O que mobilizou as pessoas a participarem da feira?

Quais os interesses em torno da feira?

O que fez com que esse grupo se juntasse?

Como se dá o processo de organização da feira?

O que fez com que esse grupo se juntasse?

Quais os problemas encontrados pelo grupo nessa experiência?

O que tem de mais significativo? Quais os avanços?

O que faz com que essa experiência exista?

O que tem de diferente de outras feiras tradicionais?

Você considera que existe algum aspecto educativo nessa experiência?

O que mudou na sua vida com essa experiência?

Apêndice B

Conteúdo de Entrevistas

Entrevista - 1

L - Meu nome é L, moro no Assentamento Dona Helena, que é localizado município de Cruz do Espírito Santos.

N: Qual sua idade?

L: Eu tenho 22 anos.

N: Como se originou a idéia da feira?

L: Como ainda eu sou recente na feira, sigo as orientações das pessoas mais antigas, surgiu da necessidade dos agricultores escoar sua produção, porque a questão do atravessador é muito intensa ainda hoje nas áreas, principalmente dos assentamentos, isso tinha uma necessidade muito grande de se valorizar o projeto que era da terra, depois vem à questão do orgânico, seria uma valorização a mais então, teria que se ter um reconhecimento, você vendendo ao consumidor você pode ter a questão de abater preço de uma forma de negociação melhor, então assim, é uma forma de escoamento da solução e também uma forma de reconhecimento, onde a agricultura familiar, ela pode sair do papel e passar realmente para prática, então foi aí, onde surgiu a necessidade dessa comercialização, um ponto de comercialização onde a gente pudesse comercializar, foi aí que surgiu essa idéia da feira ecológica, onde poderia pessoas entrar, teria alguns critérios, a princípio teria assentamentos, uma série que; teria que obedecer, para participar dessa feira, e aí explodiu na Paraíba, e acho que já tem várias coisas.

N: O que mobilizou as pessoas a participarem da feira?

L: Foi à questão social, também as pessoas que são dessa feira, nós estamos ligados a questão da igreja, movimento social, então assim, já estão mais por dentro da realidade das coisas, então fez com que despertasse, para ver esse novo horizonte, seria uma nova forma de buscar, de resolver alguns problemas que a gente enfrenta, não só no sítio, mas na Paraíba, no Brasil e aí, sentimos a necessidade, agente que somos organizados quando sabe consegue as coisas, juntou todo mundo num ideal só, e estamos aí mostrando o trabalho.

N: Quais os interesses em torno da feira?

L: O maior interesse a princípio, visível a olho nu, é a questão, assim a preocupação, eu produzo, mas eu vou vender aonde, a quem? Então assim um dos interesses é a comercialização, ter um ponto onde essa pessoa possa escoar a produção dela e ela possa sobreviver também daquilo, que agente sabe que tem uma condição de sobrevivência, então um dos principais é essa questão da comercialização e também da valorização do trabalho.

N: Valorização do trabalho como assim?

L: Assim porque quando você trabalha, você planta, trata, faz aquela coisa e você pode ir para uma feira mostrar a qualidade do seu produto, mostrar que aquilo ali é o suor do seu trabalho, então assim, é uma valorização é diferente de você, chamar os consumidores que chega para comprar isso, não sabe quanto custou aquele produto para chegar até ali, então às vezes tem gente que chega pedindo para abater preço, pedindo demais até, quando agente não pode baixar não acham bom, mas deixa-me ver, porque existe uma valorização por trás de tudo isso.

N: Como se dá o processo de organização da feira?

L: Ele se vai, nós temos uma parte de estrutura, assim, por exemplo, nós temos reunião mensal, lá onde a gente discute, a princípio nós temos, reuniões semanais, todas vezes quando termina a feira a gente tem uma reunião, onde a gente esclarece, algumas pessoas que quebrarem algumas regras, são colocadas na pauta da reunião, discutidas, é uma discussão rápida, os assuntos mais complicados, eles vão para Assembléia, e aí são discutidos todos problemas e também as soluções para melhorar esse ambiente.

N: Quais as maiores dificuldades?

L: As maiores dificuldades ainda é a conscientização do pessoal, assim porque, nós seres humanos temos muitos defeitos, no meu eu, vou pensar só no meu eu, e não pensar quem está ao meu lado, essa coisa toda, pois a gente sabe que em todo grupo isso existe, é uma dificuldade a ser enfrentada, você abrir mão de uma coisa que você sabe que tem direito, que você está certo para vê o grupo crescer, então você tem que abrir mão desse desejo, então isso é uma das coisas difíceis, ainda tem pessoas que acha que por causa da aproximação da família, tem uma série de antecedência que influencia para que uma pessoa seja individualista tem uma série de fatores, também a questão do local, no inverno tem muita lama, não é calçada, nós temos no verão um sol muito intenso, a estrutura não é uma estrutura boa, nem tanto pra gente nem também para os clientes, então é uma das nossas dificuldades muito grande.

N: O que você considera mais significativo nessa experiência?

L: Mais importante?

N: Sim.

L: Acho que é essa convivência, porque assim você aprende a se limitar, é como lhe falei anteriormente, aprende a dividir as coisas, a escutar mais e falar menos, também eu acho que é um dos pontos que para mim, fez amadurecer muito, tanto como pra minha vida, não só aqui na feira, como para a vida familiar, isso tem influenciado bastante, a questão da limitação, o que a gente agüenta escutar, e o que não agüenta, então assim, a partir daí eu vou me conhecendo, saber as minhas limitações até onde eu possa chegar e a feira tem me ensinado isso, porque é um grupo, onde são várias cabeças, cada um tem sua opinião e para entrar em consenso a gente sabe que é um pouquinho difícil, mas é um desafio.

N: O que é que você acha que faz com que sua experiência exista?

L: Eu acho que é a força de vontade de mudanças, eu acho que não tenho certeza, porque a gente se acostuma a viver na pobreza, a comer uma comida só, alimenta a esse tipo de coisa, o que alimenta a gente é essa força de mudança mesmo, para ter uma melhoria de

vida, para ter uma qualidade de escolaridade, para ter uma boa saúde, uma certa estrutura a família também para sociedade acho que a gente influencia bastante trazer um produto totalmente sem agrotóxico para vender a comunidade e não vai ter receio de comer aquela comida, pensando que está comendo veneno, então eu acho que a gente tem contribuído para essa mudança.

N: O que essa feira tem de diferente das outras feiras?

L: Essa feira é diferente pelo nome, ela não é só feira, feira é um nome muito vago. Então a gente diz Feira Agroecológica, tem um nome mais abrangente, e ela diz exatamente, porque o próprio nome já diz Agroecológica, são aqueles produtos de fabricação nacional, são produtos nacionais, a gente temos uma estrutura, não somos aleatoriamente, aqui não é de todo jeito, ou você segue as regras ou você exclui.

N: E essas regras são decididas por quem?

L: Pela associação e todas pessoas que participam dela, eu tenho voz ativa de falar, e lá é decidido de que forma, põe em votação, quem tiver mais voto, principalmente a questão de 50 mais 1, mais da metade é aprovado.

N: Tem discussões?

L: Tem, às vezes por conta do tempo, às vezes porque é complicado nê, como agente sabe, às vezes é discutido, às vezes não é, quando não é discutido que começa a surgir problemas que volta de novo para se rediscutir a idéia, saber se foi o melhor caminho e se preciso voltar atrás.

N: Você considera que tem algum aspecto educativo nessa experiência?

L: Eu acho que sim sabe, por exemplo: logo quando eu entrei aqui eu já tinha vindo antes aqui participar efetivamente na feira, nós mandávamos os produtos, nós possamos mais de anos mandando e eu nunca tinha visto muita curiosidade, eu vi que era meio precário a questão da educação, a questão do balancear o popular mesmo, às vezes nem entendia o que eles estavam falando, inconveniente mais estavam falando, mas desde que entrei tenha visto mudança, a questão do lixo, cada pessoa tem que varrer seu ambiente de trabalho

deixa limpinho, então jogar o lixo se você não for estimulado a fazer isso, você não vai fazer, esta com a toalha limpa, cabelos, unhas roupa, tudo isso contribuiu para o crescimento e também para a organização da feira.

N: O que mudou em sua vida?

L: Mudou bastante, nunca pensei que eu fosse parar numa feira, mas tem contribuído muito porque, eu também vejo o lado do consumidor hoje, porque antes eu era consumidora ainda sou, mas assim hoje em sou vendedora e quando eu ia pechinchar e fiquei vendo porque os clientes passa a pechinchar, então assim quando a pessoa vem pechinchar um produto que a gente também já conhecia cada cliente, a gente já sabe como é mais ou menos a personalidade de cada um e quando vem pechinchar um já penso duas vezes se eu dou a pechincha ou se não dou, por exemplo: assim a minha questão de ir pra feira é um compromisso e eu não posso faltar e assim, pra mim é bom participar da feira, porque toda feira tem uma coisa diferente, um aprendizado diferente e são experiências novas que vão contribuir mais pra frente era o que eu mais queria, que a gente pudesse produzir e por fim comercializar.

N: Tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar?

L: Eu acho que essa questão da feira que está havendo aí, ainda vão surgir outras, acho que deve ter uma mudança alimentar, uma vida mais saudável, já que sabemos que hoje tudo é enlatado, então através dessa feira e outras que vão surgir, que a gente consiga mudar a conscientização da sociedade e trazer de volta o pouquinho do natural para que se viva mais, que vai contribuir para evitar esses males que prejudica a sociedade.

Entrevista – 2

N: Como surgiu a idéia da Feira?

S: Surgiu depois que os agricultores viu que tava perdendo muito. Plantavam e vendiam sua produção aos atravessadores, então ele lucrava mais do que a gente, quer dizer, a metade, então a gente discutiu uma possibilidade pra gente vender os nossos produtos diretamente ao consumidor. Então foi uma idéia que deu certo porque a gente vende no preço de mercado.

N: Qual o interesse em participar dessa feira?

S: Em vender meus produtos, comercializar.

N: Como se dá a organização da feira?

S: Fazendo assembléia na associação, na associação dos feirantes que a Ecovazia. A partir da necessidade a gente começou a se organizar fazendo reuniões e a partir daí, tá a feira aí na rua.

N: E agora como é que vocês fazem para realizar?

S: faz assembléia mensalmente, aí tem comissão que se senta uma vez, três dias antes da assembléia pra discutir os pontos, pra se encaminhar.

N: O que fez com que esse grupo se juntasse?

S: O que fez foi a organização.

N: Como é essa organização?

S: Não...porque nós somos já de área de assentamento; depois a gente já tinha lutado pela terra e depois a gente viu que só a terra não era suficiente, tinha que ter mais uma condição financeira melhor, então, a partir dessa organização a gente começou a discutir: qual era o caminho que a gente ia seguir porque só terra não tem futuro. Então, a gente conseguiu colocar essa feira aqui na universidade.

N: Vocês já participavam de outros grupos?

S: Da associação, participava dos encontros com a CPT. A maioria são filiados ao PT, também, quer dizer, já tem uma consciência já mais.

N: Quais as maiores dificuldades dessa experiência?

S: A maior dificuldade hoje, é a gente sair de casa 2 horas da madrugada, pra vim pra essa feira, pra mim é uma dificuldade grande. Pagar passagem, sem ter um transporte da gente. Porque transporte a gente paga. Então frete é caro, no final a gente tira as despesas, fica pouco pra gente porque a despesa é alta ainda.

N: O que faz com que essa experiência exista?

S: O que faz a gente vir toda semana é a necessidade financeira porque se a gente tivesse outra renda a gente não vinha, não, pra essa feira. Que é muito cansativo, mas você vem que você sabe que tem o dinheiro da sua feira garantido, é isso que motiva.

N: O que tem essa experiência diferente das tradicionais?

S: O que tem de diferente é que o consumidor são pessoas amigas da gente. Então eles vem não é só pra comprar não, a maioria vem pra ajudar porque sabe que nós somos de área de assentamento, que tem um produto que não leva veneno mais, que é orgânico. Então é isso que faz a diferença da nossa feira.

N: Você considera que existe algum aspecto educativo nessa experiência?

S: Sim. Com certeza. O educativo porque além da gente tá aprendendo a trabalhar a nossa própria renda, gerar nossa própria renda; a gente participa de encontro, planejamento, então é um processo educativo.

N: Você acha que essa experiência mudou alguma coisa na sua vida?

S: Pra mim o que mudou foi que a partir dessa feira eu toda semana eu tenho dinheiro da minha feira. Apesar de trabalhar muito mas eu tenho... porque eu sou uma pessoa separada. Então nessa feira tem uma maneira de se conseguir, se trabalhar e ter o dinheiro certo; não preciso ir pra casa de família, trabalhar, se eu não vivesse da minha parcela vivia trabalhando na cozinha dos outros. Quer dizer minhas filhas ficavam jogadas na casa de minha mãe. Na feira eu tenho como arrumar o dinheiro da feira e elas ficam em casa. Tô em casa e tô no meu trabalho todo dia. Então isso foi uma mudança.

N: Tem alguma coisa que você gostaria de acrescentar?

S: O que eu queria acrescentar é que era bom que a gente tivesse outra feira, invés de uma só, isso era o ideal que a gente trabalhasse duas feiras por semana. Aí a partir daí a renda ia aumentar mais ia ter um padrão de vida melhor.

Entrevista - 3

L: Moro no Assentamento Padre Gino e sou um dos coordenadores dessa associação ou dessa produção e Feira Agroecológica.

N: Como é que surgiu, como foi a origem dessa experiência?

L: Essa origem começou em 21 de abril de 1996 que foi com a ocupação de três fazendas no município de Sapé, onde foram quinhentas famílias acampadas naquele dia e em dezembro do mesmo ano, conquistamos duas delas, fomos assentados em “21 de abril” e em “Padre Gino”. A CPT deu apoio desde o início e continuou com o apoio até hoje.

N: E o assentamento Dona Helena?

L: O assentamento dona Helena que também já tinha sido desapropriado naquela época, entre 95 e 96 que foi visto esses assentamentos é o forte da luta pela terra na várzea. Depois de tantos assentados, então todos os meses tinha reunião da pequena agricultura, reunião da agricultura familiar. Essa reunião era para ver a questão da produção e a da comercialização que era o ágio maior, por que a gente achava que a produção a gente tinha só que não tinha comercialização e aí era um grande desgaste porque as culturas que a gente plantava que era cultura branca, lavoura branca o milho, batata, macaxeira, inhame, etc. Todo mundo planta num período só, que é no inverno e quando chega nesse tempo todo mundo tem. Quando todo mundo tem um produto, só dá baixa na feira, então a gente tinha um grande prejuízo e achava que o grande problema era a comercialização, só que quatro anos discutindo isso com esses apoio que após quatro anos chegou o apoio da Caritas.

N: Antes era o apoio de quem?

L: Antes só era o apoio da CPT, quatro anos depois chegou o apoio da Caritas, do Gabinete do Frei Anastácio e com essa discussão fizemos várias reuniões em Sapé com várias entidades com o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, INCRA, SEBRAE para ver essa questão da produção e comercialização, pensava-se num centro público, num espaço fixo que pudesse comercializar até o grosso, tanto no varejo como no grosso, em Sapé, mas ficamos amarrados nessa discussão e não conseguimos. Mas em 2001 o grupo já pequeno, dissemos não vamos ver se a gente encontra um novo caminho para gente ver essa questão da comercialização.

N: Por que? Desistiu alguém?

L: Alguns desistiram. Porque quatro anos sem ver êxito de nada, de encaminhamento e fruto, o pessoal foi se desestimulando, mas em 2001, a gente tentou essa questão mais seriamente e a chegou a uma visão assim, que com essa produção que a gente tinha talvez não fosse a lugar nenhum e talvez, esse deveria está sendo o problema da gente não ter tido nenhum êxito com essas reuniões durante quatro anos. A gente tinha Arnaldo, que é um técnico que fez algumas visitas de intercambio no Rio Grande do Sul e lá conheceu uma experiência de feiras agroecológicas. O pessoal tinha uma produção agroecológica com grupos e familiares. Eles organizados tinham sua infra-estrutura com barracas, sacolas, conseguiram um espaço na cidade para comercializar o seu produto, ou seja, eles produziam e comercializavam diretamente aos consumidores ou clientes lá nas feiras eles já tinham um público certo. E isso tava dando certo. Quando ele chega era nós no auge que a gente tava já no fim, com pessoal com baixo astral das reuniões mais chegou com essa alimentação e a gente disse, não, então vamos ver se realmente é isso, como deve ser e como vai ser daqui pra frente e começamos a discutir inclusive junto com a Caritas e os demais. Vamos pensar nessas idéias, o pessoal começou a se empolgar, um grupo bom de Padre Gino e de dona Helena, de Boa Vista e dos outros assentamentos tinham poucas. Mas a gente segurou a peteca, o Arnaldo deu algumas formações, a Caritas também. Começou a gente ver, formar gente no processo da economia solidária. Que a gente não sabia na verdade o que era isso e a gente começou a se engajar e querer, gostar dessa proposta e já fomos adiantando o processo era tempo que a gente tinha uma produção mais

era pouca, o veneno o pessoal já não tava usando mais porque não tinha condições até de comprar, que era caríssimo, ainda é caríssimo e é isso, não o produto que a gente tem já dar para gente dar uma começada nisso. Então vamos ver algumas entidades para ver se a gente consegue estruturar o local para gente começar esse negócio. Fomos atrás do Banco do Brasil, banco do Nordeste, até o INCRA e outras entidades e não conseguimos nada. O pessoal disse o que é que a gente vai fazer, pois precisava de uma infra-estrutura, no mínimo dez barracas, a gente precisava entrar em 10 barracas e a gente pensava em comercializar em primeiro momento aqui na universidade e ficou aquela preocupação. A Caritas disse a gente tem um dinheiro que trabalha com um “fundo rotativo”, a gente pode emprestar esse dinheiro, agora a gente tem um tempo determinado para pagar que até 2003, no máximo fevereiro de 2003, vocês têm que pagar esse dinheiro. Então vamos ver como é que vai ficar isso. Ela liberou e mandamos fazer 10 barracas, batas, bonés, caixas, sacolas. Vamos marcar um dia para iniciar essa feira, a grande preocupação era o local por que aqui no momento se encontrava em greve e no momento nós tínhamos que se estabelecer, fomos para Santa Rita, conversamos com o senhor responsável pela questão das feiras, ele disse que não dava certo porque podia entra em conflito com o comércio local e desistimos. Viemos para mangabeira, alguém deu o palpite de mangabeira e foram em mangabeira, conversaram com um padre, numa praçazinha perto da igreja, o padre disse, não, eu não tenho nada contra vocês, podem fazer a feira de vocês. Fomos, vimos a questão do carro que levava, organizamos a produção e partimos para feira, isso foi em 18 de novembro de 2001. Dezoito de novembro começou a primeira feira, eu sei que da 1ª até a 6ª feira, nós fizemos seis feiras lá, da primeira até a sexta, a renda da feira reduziu, ela não subiu, ela reduziu e nós estávamos pagando 120 reais do frete. Foram 10 ou 12 famílias que participaram e nós dissemos não dá porque nós estamos tendo prejuízo, nós vamos dar uma parada para se organizar, questão de planejamento, o controle de produção para que a gente possa fazer essa comercialização. No processo da organização a gente viu a questão da comissão que precisava para organizar o processo, uma comissão que saiu coordenador, tesoureiro, secretário, uma comissão de ética e formamos um fundo de feira de 2% da renda bruta de cada pessoa. Para girar em torno das despesas da feira.

N: Desde a primeira Feira?

L: Desde a primeira, isso nasceu. E a gente ver como é que a gente vai pagar as barracas, então, vamos aumentar o fundo de 2% para 5%, porque 2% ficaria para o fundo de feira e 3% para a devolução e pagamento das barracas. E assim a gente fez essas feiras, não deu certo paramos, vamos articular o processo da organização da produção. A CPT já chegou com mais um técnico, Luiz Sena. Depois foi se implementando, gostando da idéia, e nós nos organizamos essa produção quando foi no dia 10 de maio de 2002, nos fizemos aqui a primeira feira. Com doze famílias e a renda naquela época foi de R\$ 517,00, a renda bruta, até hoje essa renda nunca se reduziu, ela sempre teve aumento e nós tivemos um grande processo de responsabilidade que foi manter esse grupo porque a preocupação ela foi muito grande e ainda hoje existe isso, primeiro que a gente não tinha uma prática nessa questão de planejamento, de organização da produção, porque o consumidor espera o produto toda sexta feira, mas não quer saber de onde vem, mas ele tem que ter o produto. Para você ter um produto permanente no comércio é preciso você está organizado, ter um planejamento, mas os técnicos contribuíram processo em que já estávamos com o desejo e ansiedade de que esse processo desse certo. Nós continuamos firmes e com grandes preocupações, mas a gente manteve sempre o processo de organização para manter a Feira.

N: O que você acha que mobilizou essas pessoas, esses trabalhadores e trabalhadoras em torno dessa experiência da Feira Agroecológica?

L: Esse processo tem vários aspectos: primeiro o grupo tem tido desde o início uma grande autonomia, assim, em si, mas tem os apoios, mas os apoios estão mesmo é para apoiar, para dá assessoria, quando precisar, mas questão de discussão, de encaminhamento, é um processo totalmente autônomo dos trabalhadores. Então a gente se sente, assim, um pouco como se fosse o dono, como se fosse o dono não, nós somos os donos da história, então, nós temos o gosto de não deixar essa peteca cair e a outra coisa é que você mantém um processo organizado com uma produção e vendendo direto ao cliente, você está ganhando tudo; primeiro que você está eliminando o atravessador, você está tendo uma produção diversificada que está garantindo 90% de sua alimentação. E parte do excedente porque está se plantando mais do que se consome na família porque exatamente que é para garantir a feira, então isso se organiza, é de dá gosto as famílias. Você tem ou grande ou pequena uma

renda por semana fixa, porque isso tem sido o grande mal eu acredito que 70% dos assentados hoje não têm uma renda fixa para se manter na sua parcela. Semanalmente e isso tem estabilizado, esse grupo de famílias que estão nesse processo porque nós temos tido hoje uma renda em torno de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.500,00, em média. Nós temos tido por média de R\$ 80,000 a R\$ 150,00 por cada família.

N: Por feira?

L: Por feira. Então isso tem dado um grande estímulo as famílias para que elas possam participar diretamente do processo. A outra coisa é a formação que nós recebemos do processo da economia solidária porque isso tem dado uma grande visibilidade porque o processo de comercialização que a gente tem é diferente do convencional, ou seja, diferente das feiras livres porque a maioria das barracas, toda ela, onde tem coentro, nas demais, difícil uma não ter, ou seja, todo o produto que tem uma tem, praticamente as demais venham ter, agora isso o processo de formação ele enriquecer o grupo, porque não existe, como é que se chama, o processo de concorrência entre nós não existe, se eu não tenho um produto, companheiro tem, companheiro tem vá lá faça suas compras, não tem ganância nenhuma entre o grupo, ninguém disputa a essa questão de cliente, que está lá, você está vendendo, você não chama cliente, não existe esse processo, existe um entendimento entre todo mundo, que todos tem a possibilidade de vender o seu produto e ficar com a sua renda e servi aquilo que tem direito, aquilo que é determinado pelos critérios do regimento interno da feira.

N: E o que é que alimenta realmente, essa experiência, o que é que você acha que mais faz com que ela exista?

L: Eu acho que o processo de organização desse grupo tem sido fundamental como eu já citei a questão da autonomia.

N: Como é a organização, podia falar melhor?

L: Hoje a gente já tem um grupo totalmente oficial, juridicamente, está registrado, é uma associação com o nome ECOVARZIA que é a associação dos agricultores e agricultoras agroecológica da Várzea Paraibana. Onde eu sou um dos coordenadores, tem uma organização em primeiro de quatro pessoas que eu sou o coordenador, tem a vice-coordenadora, tem o coordenador tesoureiro e o coordenador secretário. Temos um conselho de ética com 4 pessoas; 3 pessoas e temos um conselho fiscal com 3 pessoas também, então é em torno de 10 pessoas, o grupo. A gente tem esse grupo está sentando uma vez por mês para discutir os problemas internos e externos das feiras, tem uma assembléia mensal, toda última quarta-feira do mês, em que se aprova prestação de contas, leitura de ata, todo o processo de discussão que faz parte desse processo, isso tem dado uma visibilidade fundamental para o grupo e a gente tem com os apoios que hoje cresceu. A CPT, a Caritas, gabinete do Frei, agora tem a UFPB que tem sido um apoio fantástico, não só com o local desde o início, mas agora com o apoio de outros professores já com projetos formado para acompanhar os trabalhadores, o Banco do Brasil vai se chegando, o Bando do Nordeste também já chegou a dá apoio, o INCRA, a DFA e outros. Então a gente está ampliando e melhorando.

Nós temos o processo de organização da questão do pagamento das dívidas, ou seja, das barracas o primeiro crédito que a gente tinha foi pago com os 3% e a gente pagou esse crédito dentro de três anos sem ninguém esquentar a cabeça. Depois disso a gente manteve os 5% para o fundo de feira e começou a emprestar alguns dinheiros para produção, etc. A forma de pagamento desses empréstimos não era da forma que foi os da barraca e a gente começou a sentir dificuldade, ficou miúdo para as pessoas pagar 5 por semana, 10, assim uma pessoa cobrando e a gente estava tendo muita dificuldade em todas as assembléias tendo sempre questionamentos, então foi estudada uma nova proposta.

N: Surgiu de que essa proposta?

L: Eu criei a proposta, eu pensei no processo anterior do pagamento.

N: A partir da experiência?

L: A partir da experiência do pagamento das barracas dentro da porcentagem dos 10%, tentei alimentar 10%, levei uma proposta de 10% para coordenação, onde se era 10%, descontar 10% da porcentagem, 3% para o fundo de feira e 7% para o pagamento das dívidas, que as dívidas se tem alguns empréstimos e tem um crédito que nós recebemos da DFA, agora em janeiro de 36 mil reais para 39 famílias e foi definido em assembléia que a gente ia devolver 50% desse valor.

N: Esse valor foi a fundo perdido?

L: Esse valor foi a fundo perdido e os 50% que vai ser arrecadado vai ser para o próprio grupo, o fundo interno para que a gente possa manter ele com o que possa precisar.

N: Qual é o objetivo desse fundo?

L: O objetivo desse recurso foi para a plantação, para investir na produção, do que recebemos agora os 50% que nós vamos receber é para despesas, não para as despesas, não, desse dos 50% da DFA ele vai ficar especificamente para a área da produção que é um empréstimo. Qualquer coisa coletiva que se pensar em comprar a gente tem 36 mil reais, mas praticamente vai ter 18 mil reais em caixa e vai servir mais para pequenos empréstimos de emergência de última hora, para ir alimentando o grupo.

N: É uma poupança coletiva?

L: É mais ou menos isso. Cria também autonomia do grupo financeiramente, que você não ta a mercê de banco ou de outras entidades afim de arrecadar dinheiro só a burocracia que se tem hoje para pegar um recurso mesmo a fundo perdido é muito grande e se a gente tentasse manter, tentamos manter agora no processo de organização com essa questão de uma pequena poupança. E o mínimo de finanças cobre da associação para gente, então, isso é muito mais viável principalmente para aquele momento mais emergencial do grupo, então, isso é uma organização fantástica que há dois anos, há dois meses cobrando, assim de 5 reais, de 10, teria uma quantia insignificante de 50, 100 reais por mês, o primeiro mês ainda tendo como experiência, a gente recebendo, ou seja, foi arrecadando no mês passado

800 reais, e já dentro de 6 meses você vai ter quase R\$ 5.000,00 em caixa desse dinheiro. E o importante é que você paga de acordo com sua produção, se você tem uma renda de 100 reais você vai pagar de acordo com ela, se é de 10 reais, também é de acordo com ela e paga tranquilamente sem sentir quase nada porque está sendo descontado na porcentagem no final de cada feira, do dinheiro de cada família.

N: Você acha que essa é uma lógica diferente do que tem acontecido no mundo financeiro capitalista?

L: O processo aqui é numa visão da economia solidária onde o grupo todo quer crescer, o grupo tem uma visão não só individual, ou seja, eu não visio financeiro, nem o crescimento meu ou da minha família, mas o processo organizativo do grupo, é o grupo que tem que crescer, que tem que se desenvolver, que tem que mostrar pra sociedade que esse é um processo diferente até porque a produção é diferente. E o processo da agroecologia onde traz todo um envolvimento de bem estar, numa visão futura para todos e isso tem dado uma visibilidade para a sociedade. Eu já tenho dito várias vezes e vou repetir que dado a sustentabilidade aqui da reforma agrária no estado da Paraíba, ou seja, tem outro nome que eu esqueci, agora, que eu sempre falo mas isso tem mostrado porque essas feiras agroecologica que a nossa foi uma, uma não, foi a primeira que começou aqui no Estado e através dela nós já temos, hoje, quase doze feiras nesse processo no Estado da Paraíba. No nosso controle temos a nossa que comercializa aqui na UFPB, temos a do Bessa que tem a produção lá no litoral. E temos a do Valentina e temos o início de produção que já se comercializou no shopping SEBRAE que é o pessoal do vale mamanguape aqui na nossa região então, isso tem crescido fantástico e eu me sinto realizado em cumprir os compromissos ou o compromisso que a gente tem feito desde o início desse processo que no âmbito da discussão da pratica desse processo dissemos o seguinte nós temos a responsabilidade não só de organizar esse grupo e ver essa prática de produção e comercialização, mas também, de passar esse processo pra as demais pessoas. E hoje ta aí, além dessa que já se tem, tem o pessoal de Lagoa Seca, o pessoal do Sertão, que ta como eu já falei anteriormente tem mínimo de doze feiras com esse processo aí, começou da nossa.

N: Quais são as dificuldades maiores que vocês encontram nessa experiência?

L: Nós temos “n” dificuldades. Uma delas é a forma de produção, nós temos tido uma forma, tem tido uma grande dificuldade na produção primeiro porque os trabalhadores não vieram dessa linha, ou seja, nos fomos, viemos da cana. Da questão da monocultura da cana, abacaxi, da mandioca, assim, mas da roça porque esse pessoal trabalhava como diarista. Não tinha a noção de trabalhar um pouco diversificado, sem veneno e se os produtos químicos, porque lá eles faziam tudo isso, era mandado e fazia isso, agora conseguem a terra. Primeiro não se tem um processo, uma prática de planejamento, isso é muito ruim, não tem controle até mesmo de administração, até mesmo do próprio trabalho em si e aí pra gente ter uma produção dessa planejamento nas feiras então fica preciso a gente ter um estudo. Tivemos estudo e fizemos varias visitas de intercambio em outras áreas desse processo pra que a gente pudesse se atualizando nesse processo, então, a gente recebemos varias formação dos técnicos, do pessoal da caritas, a própria CPT, eu...

N: E dos agricultores vocês receberam alguma formação?

L: de outros agricultores foi nas visitas de intercambio, por exemplo, acho que a melhor é você ver o processo que ele tá, ter instalado lá na sua área e aí as informações que tem dado e aí a grande formação do processo dos insumos naturais, da urina de vaca, do bio fertilizante, da maniqueira, da cinza, da pimenta malagueta, urtiga branca, o próprio esterco do gado lá na água sem outros ingredientes, recebemos essa, vimos isso, lá. Recebemos essa formação por parte deles, então, isso ajuda, primeiro que você está com o desejo de realizar o trabalho, já está realizando um pouco tímido, mas com essas visitas de intercâmbio, isso deixa a gente um pouco influenciado para dá continuidade ao trabalho, essas visitas de intercâmbio tem enriquecido muito o processo do grupo.

N: Em que você acha que avançou, em que vocês conseguiram avançar?

L: Eu acho que foi a consciência, que não foi tanta que ainda tá, é um processo de mudança muito lento, mas já avançou muito que a gente tem hoje. Um processo muito bem instalado, bem discutido, bem organizado. Mas ainda falta muita coisa a gente vê, assim, o processo

mesmo na comercialização que não tem a questão do individualismo, das famílias não existe tanto porque a proposta e a discussão tem sido e a gente tem tido esse interesse e tem visto nas famílias o desejo de que elas, de que não é só elas que estão envolvidas só os pais, mas tem, é o grupo da família tanto na produção, como nas assembléias, nas reuniões, e na comercialização, então vem pai, mãe, filho, ta todo mundo envolvido.

O processo de organização ta com as famílias totalmente da produção até na comercialização, nas assembléias, nas reuniões e vem todo mundo para feira, pra onde quer que seja tão indo o grupo completo, jovens, crianças, adultos, todos envolvidos.

As mulheres então é uma produção bem diversificada tanto na produção, mesmo, como no trabalho das pessoas.

N: Como você tem visto as relações entre as pessoas do grupo?

L: As relações entre o grupo, assim, um pouco mais tímida, a gente tem tido, têm momentos que tem sido riquíssimo, assim, inclusive em alguns eventos de discussões da feira, festivo da feira. Mas é um relacionamento, também, comum da sociedade, qualquer um tipo de parte de situação, tem discussões, tem briga, tem arenga, tem essa questão é um pouco normal, mas o bom disso é que essas discussões ela existe mais para o futuro e o desenvolvimento de melhoria desse processo.

N: O que é que tem de diferente nessas relações?

L: É essa diferença, não sei se eu to entendendo bem o que você disse em relação diferente, porque tem visto aí em outras reuniões, assembléias e até discussões que ferrenhas e que essas pessoas levam a sério, até acha que é problema pessoal, que as vezes não é e que essas pessoas não levam a discussão, ou seja, depois daquilo ali, fica com cara feia, com intrigas, tem essas questões; não aposta bem naquela pessoa, acha que ela é isso, acha que ela é aquilo; nas nossas discussões quando tem acontecido isso é naqueles momentos de discussão, de debate, de pratica daquele evento mais depois o processo se dá normalmente, a gente tem tido problema, por exemplo as vezes na produção as pessoas que não estão dentro ou que não estão praticando o processo determinado pelo grupo, regimento, tem

momento que a gente tem discussão dura, as pessoas engrossam a cara mas depois a gente tenta alimentar pra ele e diz: olhe pessoal a gente fala isso no processo que tem que ser falado, tem que se discutido, isso duramente que o processo de disciplina entre o grupo tem que ser mantido mas tem os momentos de, doce dizer, olha, a gente não tá mesmo para excluir as pessoas, punir de uma vez mas pra chamar pra conversar.

Doce assim de trazer, de colher o grupo pra ele perceberem que você tem uma visão que não é uma visão sua, ou é só sua, não é só seu querer pra seu desenvolvimento mas pra ajudar fazendo aqui para que aquelas pessoas cresçam, mude pra uma coisa melhor, em outras discussões, em outros eventos, em outras ações diferente a essa eu não tenho visto se tratar bem dessa forma, talvez, tenha sido pela pouca formação que nós recebemos, no processo das pessoas.

N: Tem algum sentimento que você considera que sempre ocorre no grupo ou relação mais psicológica?

L: Tem, e se necessita disso, a gente tem momentos, por exemplo, em todos os momentos, não no momento de começar a feira que é muito perturbado. Depois da feira a gente tem um momento de oração muito importante quando a gente coloca, após a feira numa simples reunião, não se sai sem fazer a oração, a gente agradece a deus a forma que saiu de casa até que chegou, por ter comercializado. Pela pessoa que apóia a gente, por aquele que está envolvido nessa luta, é um processo de oração da palavra de Deus. Isso ocorre também nas assembléias, em todo momento de trabalho nosso, a gente costuma iniciar e também finalizar nesse processo.

N: O que é que faz com esse grupo exista de fato, Luizinho?

L: Perguntar isso é um pouco misturado esse processo, eu acho que é o processo de organização do grupo porque nasceu um grupo pequeno, veio mantendo a sua ética, a sua responsabilidade, tanto com a produção familiar, com a alimentação da família, também com a produção para os consumidores, então isso cria aquele grande relacionamento, aquele grande laço com as famílias que produzem e as famílias que consomem. É que

consomem, então a gente está mantendo um pacto de responsabilidade, tanto não para gente quebrar esse pacto, isso a gente vê em determinados momentos, por exemplo, feriado, quando sai um feriado na sexta-feira, o pessoal diz: sexta-feira é feriado, e a feira? Não vem, não vem não, outros dizem: sendo feriado a gente tem prejuízo e aí eu tenho dito muitas vezes: olha, prejuízo é aqui é lucro. O que eu quero dizer com isso? Não dá pra você deixar de não vim uma feira porque vai apurar só a metade da renda, por exemplo? E aí a responsabilidade com o consumidor? Sabe que não vem todos os consumidores mas você tem que manter a responsabilidade com aqueles que vêm e então isso tem dado um processo de força, de organização, de compromisso com o processo, né? E essas discussões a gente tem dito, olha, a reforma ela tem que dá certo e depende de nós, então, esse grupo tem mostrado pra sociedade que a reforma agrária quem ta nela assentado tem visibilidade, tem possibilidade, agora o que falta na verdade é um maior apoio, inclusive político, na questão dos recursos políticos, política agrícola, que venha beneficiar, realmente, esse grupo, porque esse grupo ta com essas ações do começo até agora não foi mas foi uma coisa pensada, organizada, decidida pelos trabalhadores, pelos apoios que tem hoje, que a gente diz: graças aos apoios, né? Agora hoje tem muita gente que quer já chegar e dar o apoio, mas é um processo que eu acho que isso mantém a força; a gente tem uma associação agora que a gente determina tanto faz ta o apoio lá, como não ta, a gente faz a reunião tranqüilamente, encaminha tranqüilamente, porque o grupo tem ... queira ou não, uma autonomia.

N: Você acha que tem um processo educativo nesse trabalho?

L: com certeza tem, queira ou não ele vai se educando, nós vamos nos educando, a gente um contador lá que faz o processo, tesoureiro, ele faz um trabalho na prestação de conta.

O contador é Marcos que é assentado de dona Helena, que é o tesoureiro da associação que pega toda a contabilidade, organiza e no dia da prestação de conta que é no dia da assembléia, ele expõe, expõe lá no quadro e faz.

N: Ele já fez algum curso pra isso?

L: não, ele não é uma pessoa formada tem assim a formação na prática. Como qualquer um de nós, não só ele na tesouraria, mas Nino na secretaria, eu na coordenação e os demais é um processo que a gente vem se ajudando, vem se aprendendo desde o início isso também porque existe o interesse de se aprender. Também tem essas questões, mas o grupo tem desenvolvido esse processo.

N: E o restante do grupo você acha que ele tem desenvolvido também?

L: Queira ou não ele tem se desenvolvido porque ele tá numa produção dia-a-dia, tem a preocupação de fazer esse trabalho. Tá nas assembleias ativamente, tá nas visitas de intercâmbio, quando se tem, ativamente, então o grupo tem isso como iniciativa futura. Um processo que venha haver um desenvolvimento maior, acho que não só dele mas a própria família tá envolvida com eu falava anteriormente e isso tem dado a gente tem visto assim. claro que não é 90%, não é 100% mas 90% apresenta assim uma visibilidade bem maior de interesse de crescer, de ver outros meios de comercializar de aumentar a produção pra ter um processo mais, ter uma vida até mais digna, nesse processo aí.

N: Você acha que o grupo tem assumido essa, tá aprendendo também, de tá se, educando junto com vocês pra assumir isso também pra não ser uma coisa só de vocês, só da coordenação?

L: tem. Até porque o trabalho que está sendo feito a gente tem visto, isso, em alguns momentos, olhe, essa assembleia é uma aprendizagem, ou seja, ela é uma escola que amanhã eu não vou tá? Porque eu tenho dois anos pra fazer esse trabalho como coordenação; eu não posso assumir... isso tá no estatuto, tá no regimento...

N: Você acha que tá se preparando algumas pessoas pra isso?

L: É com certeza, tem algumas pessoas se preparando. A gente nunca pode dizer que as pessoas não estão se preparando. Porque cada um tem a sua personalidade, seu talento, nós acredita nisso, então, estamos aqui para investir nessas pessoas e ajuda-las.

N: O que mudou na sua vida com essa experiência?

L: Eu acho que o processo de mudança, ele é fantástico. Desde o início eu lembro que eu era um cara que cortava cana, não tinha onde morar que não participava de organização nenhuma. Então, o processo pela terra do início até agora ele tem sido fantástico. Com esse processo da discussão dessa produção e comercialização e esse processo de organização nosso, então, a gente cresce, a gente aprende a cada dia com o professor, com o técnico, com o trabalhador, com o aluno da Universidade, etc. Então, isso, queira ou não, a gente cresce, mesmo que você não queira mais você tá crescendo mais aí... mesmo assim que há um eu tenho um grande desejo de tentar, pelo menos de fazer aquilo que eu posso porque meu grau de estudo ainda é pequeno e não tenho tempo de estudar no momento, mas a gente tá aí na prática do dia-a-dia que tem dado que tem jeito aquilo que sabe, aquilo que deseja, que tenta fazer. Isso, isso muda fantástico. Eu acho que nós estamos ainda num processo muito importante porque é uma agricultura agroecológica, ou seja, diferente do convencional. Então, fazer um processo desse, você tem uma cultura de formação e passa agora a praticar uma coisa diferente, ou seja, praticar não aquela cultura que você viveu, aquilo que você nasceu e se criou, mas outra coisa. Então, isso é muito difícil, mas nós estamos conseguindo passo a passo.

N: E em relação a questão da economia solidária?

L: A economia solidária tem feito, tem ajudado nesse processo que a gente tem feito, dessa formação, parte disso que está acontecendo a gente tem, essa riqueza tem vindo uma parte dela. Porque hoje, o mundo individualista, por exemplo, ele é muito amplo, a visão capitalista que existe nas pessoas é muito ampla. Então esse processo que nós temos conduzido diversificado garante a minha alimentação, não isso quer dizer que você não está em capital, não está pensando em ter lucro, quem pensa em ter lucro, está na linha da monocultura, está no processo do agronegócio, que é plantar para grande produção. Para produzir, não visa o mal que está causando o veneno, o mal que está causando o adubo químico, as grandes queimadas, a poluição das águas. Então esse grupo nesse processo visa tudo isso, então ajuda a ser solidário no processo de construção tanto da terra, da vida da

terra, dos seres vivos, do bem está e saúde da população e de todos. Então, esse processo da economia solidária.

N: Com relação a autogestão?

L: A autogestão é fundamental nesse processo porque como falamos, anteriormente, que não é eu que defino. Aconteceu um fato recentemente, sábado, companheiro ligou e disse: olha, diga ao carro que venha por aqui, eu não discuti com ele mas disse pra os companheiros que foram: oh! Fulano disse que o carro fosse por lá, pegar ele, então vocês vejam se dar pra ir, ou não, nem mandei ir mas eu conversei e os companheiros disse: não, a gente não vai pegar porque não dar tempo... tal, aí o outro companheiro que tava esperando veio pra pista e houve uma pequena discussão; na assembléia ele levantou o caso: - mais você deveria ter mandado o carro ir. eu disse: eu não decido nada, nós temos a reunião, a assembléia para decidir as coisas, então, eu apenas coordeno o trabalho, eu não mando eu coordeno o trabalho. Então o que a gente decidir junto, a gente encaminha.

N: Isso é autogestão?

L: eu acho que seja (risos). Porque isso na, nas gestões de outras.. privadas, por exemplo, não existe isso, é o patrão que manda.

N: Qual a diferença?

L: A diferença é que um grupo que discuti, define, encaminha e faz e lá é um só que diz: tu faz isso, tu faz aquilo. E o processo aqui é meu, quem manda sou eu, quem define sou eu. Vai embora se eu quero, trabalha seu eu quiser, pago quando eu quiser e faço o que eu quiser.

N: Em relação ao econômico?

L: Exatamente, ao econômico porque, também, ao econômico porque é dele. Aqui é do grupo, o grupo é quem define, a gente se cria proposta, pode ser minha, pode ser do outro; avalia-se, se discute e vai para assembléia, se a assembléia aprova se pratica, se não aprova.

N: Em relação aos recursos, qual a diferença que você faz dessa experiência pra uma experiência do mundo capitalista?

L: Os recursos... a grande diferença que tem ao meu ver... nesse grupo chega um pequeno recurso se divide em partes quase iguais pra todo mundo; no mundo capitalista, seja no processo privatizado o que vim, seja grande.... quem define lá é só com o dono ele vai aplicar onde ele quer determinando, paga quanto ele quer. Eu não sei explicar tanto essas coisas, mas é mais ou menos assim que eu entendo, porque é uma definição sozinha, é um processo que ele esta.... sozinha... isso não causa é... um processo de desenvolvimento amplo., coletivo; processo individual com a visão capitalista que são ele quer pra ele. Paga pouco pro trabalhador, massacra o trabalhador. Então quem ta lá não ta se educando, ta se escravizando.

N: E aqui?

L: Aqui é diferente. Eu quero desenvolvimento pra mim, eu quero pra o grupo todo e todo mundo ta crescendo e muito mais ainda que esse grupo não pensa em ficar só nisso, a gente tinha dez barracas, aumentou pra quinze, hoje tem vinte, tem mais famílias que querem vim pra feira e não tem aonde, então tem a visão de ver outro processo de aumentar a produção, de organizar o grupo. Então não é uma coisa privada é uma coisa que tem que se ampliar; o pessoal tem que mudar, tem que praticar esse processo porque todo mundo tem que viver bem, tem que ter essa oportunidade.

N: O que você gostaria de acrescentar?

L: Não, eu só gostaria de dizer que esse processo que a gente vive hoje, nesse mundo, acho que ninguém pensa, por parte, acho que 90%, hoje da população não pensa da forma da gente. Mudar o sistema de agricultura no Brasil é um pouco isso que estamos pensando.

Mudar o sistema de gestão participativa, como a gente tem, poucos pensa nisto. No mundo do capitalismo, no mundo individual todos querem. O pessoal só pensa em si, só pensa em sua família, seu grupo pequeno. Acho que é isso... a terra pra todo mundo trabalhar, ela tem que se produzir, os trabalhadores tem que se desenvolver, tem que ter mais apoio. Inclusive político e agente tem que se mover nesse processo amplo, acho que a política e a vida no todo do povo tem que ser envolvida em todo canto e tem que ter a participação de todo mundo, o processo tem que ser coletivo; as discussões tanto políticas como qualquer outra que seja, na escola, na comunidade, lá no campo de futebol. O processo hoje ele tem que ser mais participativo, não dar pra “A” ou “B” definir o que a sociedade quer.

Entrevista - 4

N: Como é que surgiu a idéia da Feira Agroecológica?

M: Surgiu através da nossa necessidade e da organização como assentados da reforma agrária. Nossa produção é temporária e o produto era vendido ao atravessador muitas vezes perdendo até cinquenta por cento do lucro e mão-de-obra. Então a gente viu a necessidade de se organizar e nossa saída foi se juntar, assentados com outros assentados de outras áreas e partir para o comércio livre, vender direto ao consumidor.

N: E por que vocês resolveram se juntar em grupo?

M: A gente se juntou em grupo por que é uma forma coletiva. Nós que viemos de área de assentamento e entramos na luta todo mundo organizado, todo mundo junto e então a gente viu que é se unir para conseguir os objetivos. Hoje, estamos aqui reunidos com 30 famílias do assentamento Dona Helena, uma média de 30 de Padre Gino e 6 do assentamento Rainha dos Anjos e 2 do acampamento Ponta de Gramame.

N: São quatro áreas?

M: Quatro áreas.

N: O que mobilizou as pessoas a se juntarem em torno da Feira Agroecológica?

M: O diferente, a gente que trabalha nas áreas de assentamento, conseguiu a terra para viver e dá a vida a terra. Vimos que o jeito de arrumar o nosso sustento, a nossa sobrevivência seria trabalhando sem usar agrotóxico, sem queimar, sem desmatar, da forma agroecológica.

N: Qual é a vantagem de trabalhar de forma agroecológica?

M: A vantagem, naturalmente, tá dando valor ao meio ambiente, tirando um sustento com qualidade para a saúde de sua família e para a saúde dos consumidores.

N: O que é que essa experiência tem de diferente de outras experiências que existem por aí?

M: Acho que essa experiência é fundamental para a cara da reforma agrária. Onde os trabalhadores saíram de uma situação precária, das pontas de rua, do canavial, e do trabalho nas fazendas e se uniram e hoje com essa realidade de trabalhar, produzir com sua família e hoje está aqui coletivamente junto com outros, famílias vendendo os seus produtos para os consumidores. Acho que é uma experiência e tanto, onde está beneficiando de modo geral o meio ambiente e a saúde de todos.

N: Qual a vantagem de trabalhar de forma coletiva? Quais as fragilidades que você encontra nesse trabalho, nessa experiência?

M: Apesar da gente ter muitas coisas boas, mas a gente tem muitas dificuldades. Uma delas é a questão de como produzir, de um recurso adequado. Então, diante desta situação a gente não avança tanto na diversificação e assim no crescimento da produção. A gente não consegue avançar mais ainda. Então nesse sentido, ainda é uma dificuldade muito grande por que a gente não conseguiu atingir aquele anseio que o consumidor tem. Mas eu acho que com força de vontade e a união de nós trabalhadores, a gente chega lá.

N: Em que vocês consideram que já cresceram, avançaram, desenvolveram mais?

M: Eu acho que uma coisa importante é a relação, o homem do campo, o homem da cidade, a mulher da cidade, a questão de buscar o coletivo, já conseguimos alguns pequenos projetos com essa força de união, a solidariedade. Nós temos um fundo de caixa coletivo que move essa organização.

N: Podia falar mais desse fundo? Como se dar essa organização desse fundo?

M: Essa organização desde o início que a gente teve o apoio da CPT e da Caritas e o Gabinete do Frei Anastácio pra gente iniciar essa feira, então a gente precisa de um recurso, da infra-estrutura o caso era as barracas, era os bonés, as batas, as caixas para carregar os produtos. E então a gente buscou. A gente buscou e a gente conseguiu um projeto pela Caritas, um projeto de seis mil reais e a partir daí a gente se organizou como a gente devolver esse dinheiro. Então ficou decidido em assembléia que a gente devolveria 3 % para o projeto e 2% para o fundo de caixa. Graças a Deus em dois anos e meio a gente já pagou os seis mil reais e continuamos com um fundo de 5 % que ta girando para as despesas das assembléias, passagem da coordenação, alimentação em assembléias, alguns pequenos empréstimos. E hoje a gente estar com 3% que nós diminuimos 2%, aí ficou 3% para o fundo de feira, e ficou 7% que foi uma nova aprovação para a devolução do empréstimo que a gente recebeu a fundo perdido do DFA, mas a gente ta devolvendo 50% desse valor. De 30 mil reais para o fundo de caixa pra ter continuidade.

N: Foi a fundo perdido, mas vocês estão devolvendo para o coletivo?

M: Para nós mesmos, para o coletivo, 50% para o dinheiro ir sempre em frente.

N: Como se dar essa arrecadação desse fundo?

M: Ela se dar de acordo com a produção de cada família, por exemplo, se eu hoje aqui arrecadei bruto cem reais, aí dos cem reais eu pago dez de porcentagem, vai três reais para o fundo de caixa, para o coletivo. E 7 % que é sete reais vai para a devolução do empréstimo que é de 50% do que eu recebi para dar continuidade a esse fundo rotativo.

N: E quando não se tem nenhum projeto pra ser devolvido como é que se dá o fundo?

M: Quando não se tem nenhum projeto, aí o fundo fica em 5%, pra esses 5%, ele fazer girar essa organização nossa, né? Como eu já falei, todas as despesas coletivas..

N: Esse fundo é coletivo?

M: É quer dizer lê vai pra um caixa comum. Vai servir para o comum.

N: É como se fosse uma poupança que é de todos?

M: É, muito bem. É isso.

N: O que é que alimenta esse grupo a continuar junto, a continuar essa experiência de forma coletiva?

M: Uma das coisas é a sobrevivência de cada família, de cada pessoa; pr que aí ele tem seu sitiozinho, sua parcelazinha, produzindo com a sua família, ta garantindo sua rendazinha semanalmente ou muito.ou pouco tem aquele dinheirozinho. Além disso, ta garantindo uma saúde melhor para o meio ambiente, para terra , para todos os seres vivos da natureza.

Para saúde da sua família, para a saúde dos consumidores. Então, eu acho que isso é fundamental e o nosso desejo é que isso melhore mais ainda.

N: Em relação a questão afetiva, a questão das relações humanas, como é que se dar entre vocês?

M: É interessante, essa relação se dá muito bem, graças a Deus até hoje, nós não tivemos nenhum atrito mas a gente sabe que em família, em todos os grupos existe alguns ... vamos dizer assim desentendimentos que durante a caminhada normalmente já aconteceram várias vezes mas a gente tem todo jeito de como se dar com essas situações e a gente ..., quando acontece uma coisa desagradável a gente chega junto coletivamente e conversa e volta tudo ao normal e a vida continua.

N: Quais os sentimentos que já apareceram durante esse processo de organização?

M: Algum desânimo de algumas pessoas, mau humor. Existe algumas pessoas que já vem de casa com algum problema familiar e as vezes não sabe como controlar e explode, às

vezes, entre os companheiros de feira, mas como eu já falei aí a gente procura conversar, outras pessoas que ta assim mais por fora, é que tem mais assim a questão psicológica, mesmo, tenta ajudar, se ajuda; E aí a gente procura deixar os problemas de lado.

N: Em relação a questão da economia solidária, como é isso p/ vocês, como é trabalhar de alguma forma os princípios dessa abordagem?

M: O trabalho manual ele se dá individualmente com a família, a família é que faz o trabalho de produção; agora o solidário é a questão do planejamento que a gente senta em assembléia pra gente planejar a nossa produção, a questão dos preços, como a gente melhorar a questão da comercialização, a relação com os consumidores, alguns seminários, alguns intercâmbios com outras comunidades. Então no momento de comercialização a gente socializa toda a nossa arrecadação dos produtos que nós vendemos. Nós sentamos no final pra agradecer junto, aquela venda do dia. Então, dessa forma que se dá o solidário é dentro da nossa organização.

N: E como é essa historia de se juntar no final?

M: A gente inicia a feira de manha e quando a gente termina de 13h30 a 2h, nós se junta pra informar alguma coisa que vai haver futuramente na próxima semana e agradecer pelo dia, alguma pessoa que tem alguma informação ou tem alguma pessoa precisando de alguma ajuda, aquele grupo, naquele momento vê uma saída a questão se alguém tem algum problema de saúde, se alguém precisa de alguma ajuda, nós coletivamente junta cada um dá sua contribuição pra aquela pessoa. Então é dessa forma, no final da feira.

N: Em relação a questão educativa, tem algum momento que você considere que nesse processo de organização a questão educativa esteve presente?

M: E nós no inicio a gente teve alguns cursozinhos de como a gente comercializar, teve curso como produzir os adubos natural, os inseticidas natural, é... e nesse processo a gente entende que todo dia-a-dia nossa caminhada é educativa. Mas além disso, no momento de assembléia a gente tem o momento de confraternização onde se dá essa educação.

N: Em que mais você vê esse momentos educativos, ele acontece num momento só.?

M: Não, ele se dá no dia-a-dia, quando a gente se decidiu, que a gente veio de uma realidade de canavieiro, mas quando a gente colocou o pé na terra pra lutar pela terra na ocupação, a terra, a desapropriação e hoje estamos assentados. Então, a partir daí, quando a gente decidiu, a hoje, entrar nesse diferente, trabalhar agroecologicamente. Então, a partir daí já é tudo educativo. Existe alguns atropelos porque aí quando você tá aprendendo você. claro que em algum ponto você vai chegar o momento de errar mas você tá criando aquela capacidade de não errar mais. Então, eu acho que o educativo tá cada vez mais fortalecendo a consciência das pessoas, a questão de você reclamar, perdes aquela timidez, aquela vergonha que você tinha em chegar perto de uma pessoa e falar e dizer a origem do seu produto, a qualidade, pra que ele serve, o que ele contém. Eu acho que na maioria das pessoas que fazem parte dessa feira o conhecimento é total.

N: Você acha que as pessoas que participam dessa feira já cresceram, se desenvolveram?

M: Se desenvolveram. Por pouco que seja o desenvolvimento de cada um, a gente sabe que tem as diferenças, uns se desenvolveram outros se desenvolveram menos mas tá sendo muito positivo. Porque a gente que vive no dia-a-dia a gente observa que tem aquele mais um pouco assim, tímido, mais fechado. Após esses dois anos e meio, três anos, a gente vê que essas pessoas não era o que era antes, melhorou em vários aspectos, a gente dá pra sentir.

N: E isso se dá por quê?

M: Se dá por esse processo até hoje. Começando na luta pela terra até hoje, a esse momento, porque é muito gratificante quando o agricultor produz lá na sua parcela e diretamente ele leva seu produto, eu não diria para comercializar, mas pra trocar o seu produto pelo dinheiro, pra que ele tenha aquele dinheiro e possa comprar outras coisas que não consegue produzir com a sua parcela como a questão da roupa, questão das despesas, energia, alguma medicação. Então, é dessa forma que tem muito valor.

N: O que você gostaria de acrescentar a essa conversa?

M: Agradecer o apoio da CPT, da Caritas, do Gab. do Frei Anastácio, de todos os movimentos popular, de todos os professores e alunos que durante essa caminhada... a gente aprendeu com eles e com certeza eles aprenderam com a gente também e que todas essa caminhada teve várias pesquisas. No início você falou de educação mas eu esqueci de falar isso, que a gente mesmo sendo uma pessoa da roça, com pouco estudo mas a gente fomos de grande valor para a sociedade porque a partir daí vários grupos de professores e estudantes fizeram pesquisa com nossa realidade e hoje estamos aqui, trabalhando junto e pra gente é muito gratificante.

N: Você acha que essa feira tem algumas ligações com outras experiências. Qual é o objetivo mesmo dessa feira que vocês tão vivendo aqui?

M: Não, eu acho que é uma experiência totalmente diferente de que nos estamos resgatando uma origem anterior mas com qualidade hoje e a gente estamos transformando, buscando uma solução para o meio ambiente, eu acho que o pouco que nós agricultores e agricultoras se a sociedade que ta apoiando essa organização, ta contribuindo para a melhoria do meio ambiente, pela melhoria da saúde humana, ta indo contra a política dos grandes produtores de agrotóxicos, dos grandes monocultores que planta uma cultura só. Então a gente está num processo de diversificação, onde a gente está ajudando esse ecossistema a se erguer. Porque eu acho que está sendo destruído e eu acho que o objetivo de nos trabalhadores e a sociedade que quer transformar eu acho que esse é o caminho, tem que cada um fazer o seu pouco.

N: E como é a relação com outras experiências, com outros trabalhadores?

M: Nós fizemos várias visitas aos produtores que hoje também comercializa em Lagoa Seca, que é uma área forte na questão da agroecologia. Nós fizemos visitas em Abreu e Lima, Pernambuco, Glória de Goitá e outros companheiros fizeram visitas até fora do país, conhecendo novas experiências, engrossando esse apoio, essa transformação e esse

objetivo. Se gente não mudar, quando for daqui a um tempo, o planeta vai deixar de existir, a gente tem que fazer de tudo para que possa existir a natureza dentro desse planeta.